

CINTHYA ANDRADE DE PAIVA GONÇALVES

**OS USOS POLÍTICOS DO CIBERESPAÇO
PELAS REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS**

Florianópolis, 2001

CINTHYA ANDRADE DE PAIVA GONÇALVES

**OS USOS POLÍTICOS DO CIBERESPAÇO
PELAS REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito.

Orientador:
Prof. Dr. ANTONIO CARLOS WOLKMER

Florianópolis, julho de 2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO-PROGRAMA DE MESTRADO
TURMA ESPECIAL -CONVÊNIO UFSC/ SEDES, UVV-ES

**OS USOS POLÍTICOS DO CIBERESPAÇO
PELAS REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS**

CINTHYA ANDRADE DE PAIVA GONÇALVES

Florianópolis, 31 de julho de 2001

BANCA EXAMINADORA:


Prof. Dr. ANTONIO CARLOS WOLKMER - Orientador


Prof. Dr. AIRES JOSÉ ROVER - Membro da Banca

Prof. Dr. JOSEL MACHADO CORREIA - Membro da Banca

PROFESSOR ORIENTADOR:


Prof. Dr. ANTONIO CARLOS WOLKMER

COORDENADOR DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO:

Prof. Dr. CHRISTIAN GUY CAUBET



Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para essa dissertação, principalmente, à minha família e, em especial, à minha mãe pela paciência e compreensão. À minha tia Kátia pela ajuda e colaboração. À minha amiga Ane Priscila por estar sempre ao lado. Às minhas alunas Laila, Lilian, Mariana e Samina por não permitirem que eu desanimasse. À Cristina pela ajuda em todos os momentos. Ao André Favero por proporcionar tranquilidade na defesa da dissertação. À Gilsilene pelas dicas úteis. À Patrícia pela ajuda em todo o período do mestrado. Ao professor Aires pela dedicação espontânea e pela amizade cultivada nesse período e ao professor Wolkmer por sua infinita paciência e por compreender as limitações de sua orientanda.

"A árvore está virtualmente presente na semente." Pierre Lévy

A cidadania está virtualmente presente na Constituição. Cinthya Paiva

SUMÁRIO

RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - A SOCIEDADE EM REDE.....	5
1.1 A sociedade informacional.....	6
1.2 O pluralismo jurídico na sociedade em rede.....	19
1.3 A formação do espaço do saber na sociedade em rede.....	32
CAPÍTULO 2 - OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE.....	42
2.1 O conceito de redes de movimentos sociais.....	45
2.2 As características e os tipos de redes de movimentos sociais.....	54
2.3 As redes de movimentos sociais como sujeitos coletivos de Direito.....	61
2.4 As redes de movimentos sociais e a democracia informacional.....	69
CAPÍTULO 3 - AS REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS NO CIBERESPAÇO.....	79
3.1 A composição, características e os usos do ciberespaço.....	86
3.2 Os usos políticos do ciberespaço.....	98
3.3 As mudanças político-estruturais das redes de movimentos sociais através do uso do ciberespaço.....	106
3.4 A Rede Criança - uma experiência local.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	139
ANEXOS.....	144
Anexo 1.....	145
Anexo 2.....	146

RESUMO

As novas tecnologias da informação e da comunicação mudaram as estruturas da sociedade, fornecendo a base material para que houvesse a expansão de uma nova morfologia social, as redes. A lógica das redes modificaram as estruturas dos movimentos sociais que passaram a se articular e organizar sob a forma de redes de movimentos sociais. Essas redes, de acordo com o modelo aqui proposto, caracterizam-se pela sua articulação em rede e pelo seu compromisso com a transformação social. Identificam-se, devido a suas práticas e princípios, com os sujeitos coletivos de Direito que são fundamento material do pluralismo jurídico comunitário-participativo e contribuem para a construção da inteligência coletiva através da sua movimentação no ciberespaço. As redes de movimentos sociais utilizam-se da tecnologia que as modificou para ampliar o acesso à informação, contribuir para a inclusão digital e para a efetivação dos direitos humanos de quinta geração e, assim, através de práticas plurais e horizontais, reordenar o espaço público, mesmo que imperfeito já que nem todos participam, e gradativamente reconstruir a sociedade civil que é tão essencial para a democracia e para a cidadania. Dessa forma, a dissertação analisará, primeiramente, as mudanças da sociedade, fará um perfil das redes de movimentos sociais e, por último, abordará os usos políticos do ciberespaço pelas redes de movimentos sociais, trazendo um estudo de caso sobre uma experiência local, a Rede Criança.

ABSTRACT

The development of communications and information technologies is central to understand the changes that happened in the social structures, providing the material base for the expansion of a new social morphology, the networks. Its logical modified the structure of the grassroots movements that became civic networking movements. The civic networking movement is founded in work as a net and in the commitment to the social development. They can be identified as collective citizens which is one of the law pluralism material fundamental and they also contribute to the construction of collective intelligence by the placement of actions in the cyberspace. Using the new technologies that had modified them, the civic networking movement can expand the access to the information, contribute to the digital education and to the implement of the fifth generation of the human rights and like this reordenate an imperfect public space since not everybody has access to it yet and reconstruct the civil society that is so essential to the democracy and to the citizenship. This essay will analyse the changing of the society, will delineate the aspects of the civic networking movement and, finally, will show the political uses of the cyberspace by the civic networking movement, bringing up a study case of a local experience, the Rede Criança.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação possui como temática geral as redes de movimentos sociais, mais especificamente os usos políticos do ciberespaço por essas redes.

Um processo de transformação social foi desencadeado no final do século XX em razão do novo paradigma socioeconômico surgido devido à Revolução Tecnológica. As novas tecnologias aceleraram as mudanças estruturais na sociedade impondo uma lógica única a todos os setores da sociedade. Os movimentos sociais para sobreviverem aos novos tempos tiveram que se institucionalizar e passar a trabalhar em rede. Essa mudança tão radical exigiu o uso inteligente e social dos novos meios de comunicação, assim como dos instrumentos da informação, já que a transparência e o acesso global à informação e às novas tecnologias serão necessários nos próximos anos para a atividade interativa e a solidariedade mundial, criando uma globalização democrática.

Para que tais condições fossem alcançadas, perspectivas humanísticas e científicas foram trazidas nessa dissertação a fim de demonstrar que o uso coletivo das novas tecnologias pelas redes de movimentos sociais pode contribuir para a reordenação do espaço público, que está cada vez mais global, através de práticas descentralizadas e horizontalizadas. Acredita-se que o ciberespaço, por já ser em si fruto de uma construção coletiva da humanidade, possa ajudar a renovar o laço social por meio de uma inteligência coletiva que tem como base a valorização do homem pelo seu saber e por sua diferença. Dessa forma, os efeitos positivos dos novos meios e das tecnologias da informação poderão ser ampliados e suas conseqüências negativas minimizadas.

Destaca-se, então, como objetivo geral dessa dissertação, o estudo da potencialização e da ampliação dos movimentos sociais através do uso coletivo das novas tecnologias como a Internet, enfatizando a contribuição dessa utilização para a reconstrução democrática da sociedade civil. Como objetivos específicos destacam-se o estudo da origem das novas tecnologias e do seu desenvolvimento, apresentando noções e conceitos importantes para o entendimento dessa estrutura e a análise das mudanças que estão ocorrendo na sociedade civil e no Estado devido ao uso dessa tecnologia, fazendo um breve estudo sobre impacto causado por esses novos meios tecnológicos em institutos jurídico-políticos como a democracia e a cidadania. Também como objetivo específico tem-se o estudo dos movimentos sociais urbanos, suas origens e seu desenvolvimento, verificando o seu papel na nova ordem global a fim de demonstrar a sua importância para a consolidação da democracia como instrumento de construção da cidadania global e, ainda, a análise da entrada desses movimentos sociais na Internet e o uso desse instrumento para a ampliação de suas ações, enfatizando-se a formação das Redes de Movimentos Sociais, suas características e sua forma de atuação. E finalmente, procurou-se demonstrar, através de exemplos e casos, como o uso da Internet por essas Redes de Movimentos Sociais pode ampliar a ação dos movimentos sociais isolados e contribuir para uma efetiva cidadania.

Para que tais objetivos fossem demonstrados, procurou-se, no primeiro capítulo, analisar as transformações da sociedade devido às novas tecnologias da informação, estudando as novas relações no espaço e no tempo e explicando como a sociedade se articula em um sistema policêntrico e de redes. Nesse estudo foram apresentadas as modificações que afetaram a sociedade civil, o Estado, o modo de produção e o próprio Direito. Também, procurou-se trazer propostas que vêem a modificação como uma oportunidade para que se construa um novo espaço público, como as do pluralismo jurídico e a da inteligência coletiva.

No segundo capítulo procurou-se focar a formação das redes de movimentos sociais na América Latina, o seu surgimento, os tipos e as

características, além de seu funcionamento de uma forma generalizada. Dentro do campo jurídico procurou-se demonstrar que as redes de movimentos sociais consolidam a proposta do pluralismo jurídico comunitário-participativo como fontes de produção jurídica e ideais na reordenação do espaço público devido as suas características. Por último, analisou-se a importância das redes de movimentos sociais na reconstrução da democracia, ampliando a participação dos cidadãos na política.

O terceiro capítulo examinou o ciberespaço e as suas possibilidades de uso pelas redes de movimentos sociais para fins políticos. Para tanto, foi feita uma breve explicação sobre a composição e as características do ciberespaço e demonstrados os usos mais frequentes pela sociedade. A seguir, procurou-se identificar os usos para fins políticos e os fenômenos decorrentes, através de exemplos encontrados na bibliografia em geral. No último item desse capítulo, procurou-se relatar uma experiência local do uso político de ciberespaço para a transformação social.

Para a execução dos capítulos acima referidos utilizou-se o método de abordagem indutivo. Com relação ao método de procedimento valeu-se do monográfico. Ainda quanto à metodologia utilizada, especificamente à técnica de pesquisa, a forma preponderante foi a documental e a bibliográfica.

No que é pertinente ao embasamento teórico utilizado, há quatro teóricos que compuseram a base desta dissertação. Para explicar as transformações da sociedade sob o ponto de vista socioeconômico utilizou-se Manoel Castells, mais especificamente sua trilogia sobre a era da informação. A abordagem de Pierre Lévy foi utilizada com o propósito de analisar as modificações socioeconômicas sob um ponto de vista antropológico e assim conseguir uma abordagem humanística. Para conceituar as redes de movimentos sociais foi utilizada a obra de Ilse Scherer-Warren e analisando-as sob o ponto de vista jurídico-político utilizou-se a proposta de pluralismo jurídico de Antonio Carlos Wolkmer.

Para relatar a experiência local foram utilizados documentos e relatórios fornecidos pela Rede Criança, além de dados buscados *in loco*, por meio de

entrevistas às várias pessoas envolvidas. Além das contribuições acima, foram consultados livros estrangeiros sobre o tema bem como vários artigos em periódicos e jornais retirados, inclusive, da Internet devido à escassez de livros nacionais sobre o assunto.

CAPÍTULO 1

A SOCIEDADE EM REDE

As novas tecnologias da informação que aceleram a mudança na sociedade, forçam a humanidade a adaptar-se às novas relações no espaço e no tempo. Trata-se agora de compreender como se articulam as formas de atuação dispersas em um mundo ao mesmo tempo globalizado e com novos desenvolvimentos locais, um sistema policêntrico

As modificações afetaram a sociedade civil, o Estado, a forma de governo, o modo de produção e o próprio Direito. As multinacionais e as redes de comunicação passam a reordenar o mercado como uma espécie de sociedade civil global, com maior capacidade decisória que os partidos, sindicatos e movimentos sociais de alcance nacional. Diante da sociedade do século XXI surge uma nova ordem mundial, produto de uma nova forma de soberania, baseada no poderio econômico e na ampliação da velocidade e quantidade da troca de informações em nível global que é o império.

Assim, procura-se neste capítulo analisar como essas mudanças influenciaram e penetraram nas estruturas da sociedade e criaram um conjunto aqui chamado, parafraseando CASTELLS¹, de sociedade em rede, apresentando as propostas jurídico-políticas e antropológicas de valorização humana através do uso social da tecnologia.

¹ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. 3. ed. São Paulo: Paz e terra, 1999, v. 1.capa

1.1 A sociedade informacional

Uma nova estrutura social surge e manifesta-se sob várias formas conforme a diversidade de culturas e instituições em todo o planeta. Essa nova estrutura social está associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção, que no final do século XX CASTELLS² chama de informacionalismo e que é constituído pelo surgimento de um novo paradigma tecnológico baseado na tecnologia da informação.

Nesse novo paradigma informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimento, de processamento da informação e de comunicação de símbolos. Na verdade, conhecimentos e informação são elementos cruciais em todos os modos de desenvolvimento, visto que o processo produtivo sempre se baseia em algum grau de conhecimento e no processamento da informação.

O que é específico ao modo informacional de desenvolvimento é a ação de conhecimento sobre os próprios conhecimentos como principal fonte produtividade. O informacionalismo visa o desenvolvimento tecnológico, ou seja, a acumulação de conhecimentos e maiores níveis de complexidade do processamento da informação. A busca por conhecimentos e informação caracteriza a produção tecnológica no informacionalismo.

Esse novo paradigma da tecnologia da informação possui algumas características básicas que servem para entender a transformação da sociedade neste fim de século :

- A primeira característica seria que a informação é sua matéria prima e a tecnologia desenvolvida serve para agir sobre a informação.

- A segunda característica refere-se à penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias. Como a informação é uma parte integral de toda a atividade humana, todos os processos de existência individual e coletiva são diretamente afetados pelos novos meios tecnológicos.

² CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**....p.34

- A terceira característica, e a mais importante no que se refere a esse trabalho, é a lógica das rede em qualquer sistema ou conjunto de relações, usando essas novas tecnologias da informação. A morfologia da rede é a que está melhor adaptada à crescente complexidade de interação e aos modelos imprevisíveis do desenvolvimento derivado do poder criativo dessa interação. A rede pode ser agora implementada materialmente em todos os tipos de processos e organizações graças às recentes tecnologias da informação. Sem elas, tal implementação seria bastante complicada. Contudo essa lógica das redes é necessária para estruturar o não-estruturado preservando, porém, a flexibilidade, pois o não-estruturado é a força motriz da inovação na atividade humana.

- Um quarto fator importante desse paradigma está em sua flexibilidade. Essa característica faz com que os processos sejam mais facilmente reversíveis, podendo as organizações e as instituições serem modificadas através da reorganização de seus componentes sem que haja quebra na sua estrutura. Assim, a flexibilidade confere a sociedade a capacidade de reconfiguração, o que garante a fluidez e a constante mudança organizacional.

- Como quinto aspecto tem-se a integração das tecnologias, as antigas e as novas, fazendo com que esses meios sejam impossíveis de serem separados. Como exemplo tem-se que a microeletrônica, as telecomunicações e os computadores estão todos integrados nos sistemas de informação.

Devido às características acima apresentadas, o paradigma da tecnologia da informação evolui sob a forma e com a abertura de uma rede de acessos múltiplos. A conclusão de CASTELLS³ sobre esse novo paradigma é que ele "É forte e impositivo em sua materialidade, mas adaptável e aberto em seu desenvolvimento histórico. Abrangência, complexidade e disposição em forma de rede são seus principais atributos."

Com base nesse paradigma, percebe-se que a tecnologia e as relações técnicas de produção difundem-se por todo o conjunto de relações e estruturas

³ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**....p. 81.

sociais, penetram nas relações de poder existentes, misturam-se às experiências do cotidiano e as modificam. Precipualemente, os modos de desenvolvimento modelam toda a esfera de comportamento social com destaque, nessa era da informação, para a comunicação simbólica que vai dar origem a novas culturas e identidades.

Como disse LÉVY⁴,

Além de certas repercussões comerciais, parece-nos urgente destacar os grandes aspectos civilizatórios ligados ao surgimento da multimídia: novas estruturas de comunicação, de regulação e de cooperação, linguagens e técnicas intelectuais inéditas, modificação das relações do tempo e espaço etc.

Nota-se que como o informacionalismo baseia-se na tecnologia de conhecimentos e informação, há uma íntima ligação entre cultura e forças produtivas no modo de desenvolvimento informacional. Assim sendo, deve-se esperar o surgimento de novas formas históricas de interação, controle e transformação social. Todo esse contexto proporciona o surgimento da chamada sociedade informacional.⁵

Na sociedade informacional, o termo informacional indica o atributo de uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas surgidas nesse período histórico. A informação e o conhecimento nessa sociedade são fatores importantes mas as transformações produzidas pela tecnologia da informação vão além, principalmente quando o novo modo de produção penetra nas estruturas sociais e provoca mudanças estruturais, culturais e de identidades. Uma das características dessa nova formação da sociedade é a lógica em redes de sua estrutura básica.

Esse novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para a expansão das Redes em toda a estrutura social. As redes, assim, constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão

⁴ LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1999. p.13.

⁵ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede...** p. 46.

da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. CASTELLS⁶ define rede como: "...um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta." O nó será definido de acordo com o tipo de rede no qual está inserido. Podem ser exemplificados vários tipos de nós de acordo com as redes que estes integram. São nós, as ONGs no caso das redes de Movimentos Sociais; os conselhos nacionais de ministros e comissários europeus da rede política que governa a União Européia; sistemas de televisão, estúdios de entretenimento, meios de computação gráfica, equipes para cobertura jornalística que geram, transmitem e recebem sinais na rede global da nova mídia entre outros exemplos de redes existentes nessa sociedade informacional.

Interessante notar que em uma rede a distância, ou mesmo, a intensidade e a freqüência da interação entre dois pontos, será reduzida e nos últimos dois casos ampliada, se ambos os pontos forem nós de uma mesma rede do que se pertencerem a redes diferentes. Já entre os fluxos de uma determinada rede, não há que se falar em distância ou que estes fluxos possuem a mesma distância entre os nós. Há que se falar, por isso, de uma equidade entre os diferentes pontos de uma mesma rede, mas isso já não é possível quando está se tratando de redes diferentes, pois a distância amplia-se.

Outro ponto a ser ressaltado com relação às redes é que tratam-se de estruturas capazes de se expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação. Isso é interessante quando se fala, por exemplo, em redes de movimentos sociais pois estas compartilham os mesmos códigos já que possuem os mesmos interesses e acabam por formar identidades coletivas e grupos de consenso. Essa dinâmica proporcionada pela estrutura em redes faz com que as redes sejam suscetíveis a inovações sem que haja ameaças ao seu equilíbrio.

⁶ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede...** p. 498.

As relações de poder também são afetadas com a estrutura social baseada em redes. Segundo CASTELLS⁷ "as conexões que ligam as redes representam os instrumentos privilegiados do poder. Assim, os conectores são os detentores do poder. Uma vez que as redes são múltiplas, os códigos interoperacionais e as conexões entre redes tornam-se as fontes fundamentais da formação, orientação e desorientação das sociedades." Porém, as redes, por terem laços múltiplos, impedem que haja uma concentração de poder nesses conectores, tornando-se estruturas descentralizadas e sem vínculos hierárquicos devido à possibilidade de relações horizontais entre os diversos nós integrantes da rede.

Pelo fato das redes impedirem a concentração de poder, o poder do Estado⁸ vem sendo minado pelas forças do capitalismo informacional. O Estado está comprometido de forma decisiva pela globalização⁹ das principais atividades econômicas e pela globalização da mídia e da comunicação eletrônica.

O Estado, como conceito e realidade, não deixará de existir mas está realmente em declínio e passa por uma fase crítica, buscando reformular-se. As forças sociais e econômicas presentes na sociedade informacional que operam em escala global, desafiam o Estado-Nação, com a sua soberania, como lugar de hegemonia.¹⁰

Percebe-se que a globalização econômica está substituindo a política pelo mercado, como instância privilegiada de regulação social. Os capitais financeiros tornam-se imunes a fiscalizações governamentais por estarem

⁷ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**.... p. 499.

⁸ O conceito de Estado-nação aqui utilizado será aquele dado por Luiz Carlos Bresser Pereira: "É o aparelho com capacidade de legislar e tributar sobre a população de um determinado território. A elite governamental, a burocracia e a força militar e policial constituem o aparelho do Estado. O Estado porém, é mais do que seu aparelho, porque inclui todo o sistema constitucional-legal que regula a população existente no território sob sua jurisdição. Esta população, por sua vez, assume o caráter de povo, ao se tornar detentora do direito da cidadania, e se organiza como sociedade civil. Sociedade civil e Estado constituem o estado-nação." em PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Estado, sociedade civil e legitimidade democrática. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n.36, p.85-104, 1995. p. 90

⁹ Sobre o tema ver: IANNI, Octavio. Globalização: Novo paradigma das ciências sociais.

Estudos Avançados, São Paulo, v.8, n.21, mai/ago, 1994.

¹⁰ IANNI, Octavio. op.cit.p.152

sempre em fluxo, em movimento. As atividades produtivas em Estados distintos vão se fragmentando, se desterritorializando e vão reduzindo as sociedades nacionais ou locais a meros conjuntos de grupos e mercados unidos em rede. Em suma, estes aspectos vêm esvaziando parte dos instrumentos de controle dos atores nacionais, isto é, do Estado-Nação. Ocorre que,

À medida que o processo decisório foi sendo transnacionalizado, as decisões políticas tornaram-se crescentemente condicionadas por equilíbrios macroeconômicos que passaram a representar um efetivo princípio normativo, responsável pelo estabelecimento de determinados limites às intervenções reguladoras e disciplinadoras dos governos.¹¹

Num primeiro momento a abertura dos sistemas econômicos nacionais para o exterior e sua progressiva inserção numa economia globalizada propiciam maior competitividade e ganhos de escala para os mercados nacionais. No entanto, é igualmente correto que, eles acarretam a redução da soberania nacional, com graves repercussões sociais e políticas, pois há a proliferação de mecanismos de auto-regulação econômica gerada pela globalização. As instâncias decisórias nacionais perdem seu papel como locus privilegiado de deliberação, condução e proteção, tendendo a operar sob a forma de "redes" formais ou informais articuladas por empresas, sindicatos e entidades representativas preocupadas em negociar questões específicas e assegurar interesses particularísticos.¹²

Essa soberania compulsoriamente partilhada, e por isso reduzida, do Estado-Nação o tem obrigado a rever sua política legislativa, a reformular a estrutura de seu direito positivo e a redimensionar a jurisdição de suas instituições judiciais amplas e ambiciosas de estratégias de desregulamentação, deslegalização e desconstitucionalização, implementadas paralelamente à promoção da ruptura dos monopólios públicos.

¹¹ FARIA, José Eduardo. Direitos humanos e globalização econômica: notas para uma discussão. **Estudos Avançados**. vol. 1, nº1 1987, São Paulo: IEA, 1997.p.43

¹² FARIA, José Eduardo. **Direito e Globalização Econômica: Implicações e Perspectivas**. São Paulo: Malheiros, 1996.p.37

Em suma, os Estados-Nações ao atuarem estrategicamente na arena internacional, estão sujeitos a um tremendo desgaste interno. Tem-se o seguinte paradoxo:

Por um lado, para estimular a produtividade e a competitividade de suas economias nacionais e obedecer a regras globais que favoreçam os fluxos de capital, enquanto rogam às suas sociedades que aguardem pacientemente pelos benefícios gradativos advindos da engenhosidade corporativa. Além disso, para serem considerados bons 'cidadãos' de uma ordem mundial multilateral, os Estado-Nação têm de atuar em regime de cooperação mútua, aceitando 'hierarquia' da geopolítica...Quanto mais triunfam no cenário internacional, em parceria direta como os agentes da globalização, menos representam suas bases políticas nacionais. A política do final do milênio, praticamente no mundo todo, está profundamente marcada por esta contradição.¹³

Além do Estado-Nação, o espaço e o tempo estão sendo revolucionados por esse capitalismo informacional provocado pelos desenvolvimentos científicos e tecnológicos incorporados e dinamizados pelos movimentos da sociedade informacional. IANNI¹⁴ explica essa transformação da seguinte forma:

As realidades e os imaginários lançam-se em outros horizontes, mais amplos que a província e a nação, a ilha e o arquipélago, a região e o continente, o mar e o oceano. As redes de articulação e as alianças estratégicas de empresas, corporações, conglomerados, fundações, centros e institutos de pesquisas universidades, igrejas, partidos, sindicatos, governos, meios de comunicação impressa e eletrônica, tudo isso constitui e desenvolve tecidos que agilizam relações, processos e estruturas, espaços e tempos, geografia e histórias. O local e o global estão distantes e próximos, diversos e mesmos. As identidades embaralham-se e multiplicam-se. As articulações e as velocidades desterritorializam-se e re-territorializam-se em outros espaços, com outros significados. O mundo se torna mais complexo e mais simples, micro e macro, épico e dramático.

E citando o geógrafo Milton Santos complementa:

Há, hoje, um relógio mundial, fruto do progresso técnico, mas o tempo-mundo é abstrato, exceto como relação. Temos, sem dúvida, um tempo universal, tempo despótico, instrumento de medida hegemônico, que comanda o tempo dos outros. Esse tempo despótico é responsável por temporalidades hierárquicas, conflitantes, mas

¹³ CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2. ed.vol.2. São Paulo: Paz e terra, 2000. p. 357.

¹⁴ IANNI, Octavio. op. cit. p. 155-156.

convergentes. Nesse sentido todos os tempos são globais, mas não há um tempo mundial. O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares.¹⁵

É preciso reconhecer que a sociedade informacional é global e que possui os seus próprios paradigmas pois corresponde a uma nova realidade, uma totalidade abrangente, subsumindo formal ou realmente as sociedades nacionais. E como o espaço e o tempo são vinculados a sociedade, esses conceitos transformaram-se. O espaço se contextualiza na expressão da sociedade enquanto o tempo é delineado pelas práticas sociais. O espaço vem a ser construído pela dinâmica de toda a estrutura social, assim como o tempo é definido por essa dinâmica o que torna o espaço "tempo cristalizado"¹⁶.

A definição de espaço dentro da teoria social é trazida por CASTELLS¹⁷: "espaço é um produto material em relação a outros produtos materiais - inclusive pessoas - as quais se envolvem em relações sociais [historicamente] determinadas que dão ao espaço uma forma, uma função e um sentido social."

Ocorre que, atualmente, as práticas sociais da sociedade informacional, incluindo aqueles que têm acesso às tecnologias de informação, têm sido realizadas não em um lugar físico, mas em um espaço que não é fixo pois as práticas realizam-se por meio de fluxos. Entende-se por fluxos "as seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade."¹⁸ Forma-se então o que CASTELLS¹⁹ denomina de espaço de fluxos que seria a "organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos."

¹⁵ SANTOS, Milton citado por IANNI, Octavio. op.cit. p.156.

¹⁶ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**....p. 435

¹⁷ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**.... p. 435-436

¹⁸ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**....p. 435-436.

¹⁹ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**.... p. 436

O espaço de fluxos pode ser descrito por três camadas de suporte material que juntas constituem esse espaço. A primeira camada é constituída por um circuito de impulsos eletrônicos, incluindo aí a microeletrônica, as telecomunicações, o processamento computacional, os sistemas de transmissão e o transporte em alta velocidade, que são a real base material do espaço de fluxos. Tem-se que:

A articulação espacial das funções dominantes ocorre em nossas sociedades na rede de interações, possibilitadas pelos equipamentos da tecnologia da informação. Nessa rede nenhum lugar existe por si mesmo, já que as posições são definidas por fluxos. Conseqüentemente, a rede de comunicações é a configuração espacial fundamental: os lugares não desaparecem, mas sua lógica e seu significado são absorvidos na rede. A infra-estrutura tecnológica [a infovia] que constrói a rede define o novo espaço como as ferrovias definiam as regiões econômicas. Essa infra-estrutura tecnológica é a expressão da rede de fluxos, cuja arquitetura e conteúdo são determinados pelas diferentes formas de poder existentes em nosso mundo.

A segunda camada é constituída pelos nós das redes de fluxos. Esses nós podem ser centros estratégicos ou centros de comunicação que interconectam, organizam e coordenam todos os elementos que se integram à rede. O espaço de fluxo se move dentro dessas redes eletrônicas que conectam lugares diferentes e específicos. O nó passa e repassa as informações, as práticas geradas dentro de cada um dos grupos. As características de cada nó dependerão do tipo de rede que se forma ou se quer formar:

Alguns lugares são intercambiadores, centros de comunicação desempenhando papel coordenador para a perfeita interação de todos os elementos integrados na rede. Outros lugares são os nós ou centros da rede, isto é, a localização de funções estrategicamente importantes que constróem uma série de atividades e organizações locais em tomo de uma função-chave na rede.²⁰

A terceira camada desse espaço refere-se à organização espacial das elites gerenciais dominantes, que exercem as funções direcionais em torno das

²⁰ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**....p. 437.

quais esse espaço é articulado. Parte-se da suposição de que as sociedades são organizadas de maneira assimétrica em torno de interesses dominantes específicos a cada estrutura social e com isso percebe-se que o espaço de fluxos não é a única lógica espacial de nossas sociedades, mas é a lógica espacial dominante porque pertence a essa elite informacional. O espaço desempenha um papel fundamental na forma de dominação pela elite para sua organização e desorganização de outros grupos da sociedade. Tem-se que:

Em resumo: as elites são cosmopolitas, as pessoas são locais. O espaço de poder e riqueza é projetado pelo mundo, enquanto a vida e a experiência das pessoas ficam enraizadas em lugares, em sua cultura, em sua história. Portanto, quanto mais uma organização social baseia-se em fluxos a-históricos, substituindo a lógica de qualquer lugar específico, mais a lógica do poder global escapa ao controle sociopolítico das sociedades locais/nacionais historicamente específicas.²¹

E assim, tem-se que o espaço de fluxos vai se expandindo, cada vez mais para abranger uma elite informacional mais global do que local. Isso ocorre não só pela expansão do poder mas também pela própria capacidade que os nós de várias redes têm de se interconectarem e, com isso, se expandirem.

O tempo nesse espaço também modificou-se de duas formas, tornou-se simultâneo e intemporal. A informação tornou-se instantânea em todo o globo utilizando-se dos equipamentos das tecnologias da informação. Exemplos dessa instantaneidade podem ser vistos desde transmissões de guerras ao vivo até a comunicação mediada por computadores em que há diálogos em tempo real que reúnem pessoas de diversas partes do globo em conversas multilaterais.

Outra transformação foi a intemporalidade do tempo ou melhor dizendo, um tempo não-sequencial. Isso ocorre porque atualmente as informações tornam-se disponíveis de forma assíncrona, sem que haja uma seqüência, um antes ou depois. Percebe-se facilmente isso quando se observa um hipertexto de multimídia que traz em si várias informações sem que essas sejam

organizadas cronologicamente. A abertura de cada informação dependerá daquele que a utiliza e não de uma ordem baseada no tempo. Interessante é o exemplo dado por CASTELLS²²:

Se as enciclopédias organizaram o conhecimento humano por ordem alfabética, a mídia eletrônica fornece acesso à informação, expressão e percepção de acordo com os impulsos do consumidor ou decisões do produtor. Com isso, toda a ordenação dos eventos significativos perde seu ritmo cronológico interno e fica organizada em seqüências temporais condicionadas ao contexto social de sua utilização.

Assim, essa característica do tempo é percebida com maior ênfase quando as especificidades de um determinado contexto causam confusão na ordem seqüencial dos fenômenos sucedidos naquele encadeamento. Essa confusão pode tomar a forma de compreensão da ocorrência dos fenômenos, visando à instantaneidade, ou então de introdução de descontinuidade aleatória na seqüência. A eliminação dessa seqüência cria um tempo não-diferenciado.

O tempo e espaço da sociedade informacional se complementam. O espaço determina a forma como o tempo irá se desenvolver. Pode-se falar em um tempo para os lugares e um tempo para o espaço de fluxos. O tempo dos lugares será biológico e a sua seqüência será feita pelos atos sociais, definido pela ordem de sucessão das coisas. O tempo da sociedade informacional que é o tempo do espaço do fluxos, não possui uma seqüência baseada em uma ordem cronológica, apresentando-se descontínuo e simultâneo e de efeito instantâneo.

À medida que o espaço torna-se fluido e o tempo tão veloz que quase instantâneo, o Estado também flexibiliza sua extensão de poder que é baseada nos seus limites territoriais. O seu poder jurisdicional também se flexibiliza e conseqüentemente o Direito. Nas palavras de FARIA²³:

²¹ CASTELLS, Manuel. *A sociedade em Rede*.... p. 440.

²² CASTELLS, Manuel. *A sociedade em Rede*....p. 487.

²³ FARIA, José Eduardo. *Direitos humanos e globalização econômica*....p.44.

Como foram concebidos para atuar dentro de limites territoriais precisos, com base nos instrumentos de violência monopolizados pelo Estado, seu alcance ou seu universo tende a diminuir na mesma proporção em que as barreiras geográficas vão sendo superadas pela expansão da microeletrônica, da informática, das telecomunicações e dos transportes. E quanto maior é a velocidade desses processos, mais os tribunais passam a ser atravessados pelas justiças emergentes, quer nos espaços infra-estatais (os locais, por exemplo) quer nos espaços supra-estatais. Os espaços infra-estatais estão sendo polarizados por formas inoficiais ou não-oficiais de resolução de conflitos - como usos, costumes, diferentes estratégias de mediação, negociação e conciliação, autocomposição de interesses e auto-resolução de divergências, arbitragens privadas ou mesmo a imposição da lei do mais forte nos guetos inexpugnáveis controlados pelo crime organizado e pelo narcotráfico (constituindo assim uma espécie de direito marginal).

Já os espaços supra-estatais têm sido polarizados pelos mais diversos organismos multilaterais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial da Propriedade Intelectual, etc.), por conglomerados empresariais, instituições financeiras, entidades não-governamentais(...).

A flexibilização do espaço refletiu-se na flexibilização dos problemas, colocando-os a nível global, não se limitando mais a um território único. Problemas relacionados ao meio ambiente e aos direitos humanos, o crime organizado, dentre outros, que causam impacto na opinião pública, demonstram a incapacidade do Estado e tem levado as organizações não-governamentais e os movimentos de caráter supranacional a assumirem gradativamente as responsabilidades da cidadania global²⁴. Como percebe CASTELLS²⁵:

Assim, Anistia Internacional, Greenpeace, Medicina Sem Fronteiras, Oxfam e tantas outras organizações não-governamentais transformaram-se em uma força de grande importância na conjuntura internacional dos anos 90, muitas vezes promovendo maior captação de recursos, atuando com melhor desempenho e tendo sua legitimidade bem mais reconhecida que iniciativas internacionais patrocinadas pelos governos.

A constatação de que nem o Estado e nem o mercado conseguem resolver os problemas mundiais, provocando uma crise global, fez com que o papel das ONGs fosse fortalecido enquanto organizações da sociedade

²⁴ Sobre a questão VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

²⁵ CASTELLS, Manoel. **O poder da identidade**. p. 313.

informacional global como entidades capazes de construir alternativas e mecanismos de cooperação transnacionais. As ONGs seguem a lógica das redes pois suas ações procuram fortalecer a autonomia e a capacidade das organizações da sociedade civil local em todas as partes do globo e tentam levantar os problemas do nível local ao global e vice-versa. As ONGs

tendem assumir o papel crescente nas negociações transnacionais, como catalisadoras de mudanças destinadas a incorporar a sociedade civil no processo de tomada de decisões [a nível global], e como um instrumento emergente de uma cidadania planetária enraizada em valores humanos universais.²⁶

Sua estrutura é descentralizada, pluralista e democrática além de ter na informação a sua base de ação, pois essas organizações que trabalham a nível global tratam de recolher dados sobre os problemas em várias regiões, além de participarem em Fóruns Mundiais²⁷ lançando discussões e apresentando alternativas e soluções.

A lógica das redes, portanto, domina todos os aspectos dessa sociedade informacional. Os mercados, as empresas e os capitais financeiros articulam-se em rede, os meios de comunicação tradicionais e eletrônicos funcionam em rede e constituem a própria rede e o espaço se torna móvel, fluxo que tem como base as redes eletrônicas. O tempo dilui-se na fluidez do espaço, tornando-se instantâneo. As organizações da sociedade civil atuando em rede institucionalizaram as ONGs como representantes da sociedade informacional global. Na mesma proporção, as instâncias decisórias infra e supra-estatais são obrigadas a operar em redes articuladas por empresas, sindicatos e entidades representativas, e portanto, o Estado vai sendo obrigado a sucumbir à lógica das redes corporativas. O Direito, por sua vez, vai perdendo sua racionalidade como sistema devido a sua pretensão de abarcar a pluralidade de interesses e comportamentos particularísticos.

²⁶ VIEIRA, Liszt. op.cit. p. 120

²⁷ Fóruns iniciados com o Eco-92 no Rio de Janeiro, Conferências sobre a População no Cairo em 1994, Cúpula Social em Compenhague 1995, Mulheres em Pequim 1995 e Fórum Mundial Social em Porto Alegre, 2000, dentre outros.

O Estado em rede fica obrigado a reconhecer toda essa pluralidade de decisões infra e supra estatais, que se constituem como " direitos autônomos, com normas, lógicas e processos próprios, entreabrindo a coexistência (por vezes sincrônica, por vezes conflitante) de diferentes normatividades; mais precisamente de um pluralismo jurídico de natureza infra-estatal ou supra-estatal."²⁸O Estado, então, acostumado a ser a fonte única de produção jurídica vai sendo obrigado a ceder e legitimar outras fontes de produção jurídica para não desaparecer como instância reguladora da sociedade.

A sociedade em rede e sua lógica atingem, portanto, o monismo jurídico do Estado, obrigando-o a descentralizar o seu poder jurisdicional e a reconhecer a pluralidade de formas jurídicas da sociedade, o que dá base ao pluralismo jurídico que será analisado no próximo tópico.

1.2 O pluralismo jurídico na sociedade em rede

Como foi visto no tópico acima, o Estado Moderno formulado como paradigma teórico e realidade, baseado no povo, território e soberania estatal vem sendo enfraquecido pelas transformações da sociedade informacional que impõe uma lógica descentralizada e flexível, única capaz de responder à complexidade social crescente.

Com a flexibilização dos elementos da sociedade (tempo, espaço, mercado e o próprio Estado), houve uma ampliação de fontes jurídicas e uma multiplicação de fatores que vêm forçando o Estado a se adequar à realidade vivida nos paradigmas da sociedade informacional. O Estado está em crise devido à globalização econômica e aos meios de comunicação, além do fortalecimento de organizações não-governamentais na esfera transnacional e nacional que corroem seu poder soberano e refletem-se na perda de legitimidade estatal tanto internamente quanto externamente. Externamente, o Estado é constantemente minado por normas e acordos internacionais

²⁸ FARIA, José Eduardo. Direitos humanos e globalização econômica....p.45.

decorrentes da assinatura de estatutos de organizações mundiais tais como a OMC, o Banco Mundial e o FMI e ONGs como o Greenpeace e Anistia Internacional. Internamente essa perda de poder estatal reflete-se na própria organização da sociedade. Ao mesmo tempo em que os agentes como o tráfico de drogas e o crime se organizam no interior de instituições estatais como os presídios, a polícia e a política como também na casa de representantes estaduais e municipais, além do próprio Congresso Nacional, as associações de bairro, as ações em favor da cidadania, o movimento de voluntariados e as ONGs vão se institucionalizando e legitimando-se como instâncias próprias de solução de conflitos e ocupando o espaço deixado pelo Estado pela perda de sua capacidade reguladora.

Nesse quadro, tem-se que o Estado enfraquecido cedeu espaço para outras fontes de produção jurídica apresentando de acordo com a classificação de José Eduardo Faria²⁹ os seguintes tipos de ordem normativas:

- Lex mercatoria/ Direito de Produção que seria um conjunto de normas técnicas formuladas para atender às exigências de padrões mínimos de qualidade e segurança dos bens e serviços em circulação no mercado transnacionalizado. Adotam normas pragmáticas e casuísticas, dentro de uma racionalidade procedimental que se formaliza pelo contrato. Adotam a transação e mediação como procedimento para resolução de suas tensões. Integram esse direito organismos econômicos flexíveis e sistemas auto-regulados, que têm a sua efetividade baseada na aceitação e na inclusão.

- Direito inoficial ou de normatividade auto-produzida pelas partes: trata-se de um direito que se preocupa com os conflitos materiais, procurando alcançar soluções substantivas através da conciliação e da arbitragem. Integram esse direito, os membros do campo social semi-autônomos, como organizações da sociedade civil, que tentam adaptar as soluções ao contexto sócioeconômico. Utilizam-se, para tanto de uma racionalidade material.

- Direito positivo ou oficial - que trata dos litígios jurídico-processuais, buscando soluções formais através do Direito codificado e decisões. Atua no

²⁹FARIA, José Eduardo. Direitos humanos e globalização econômica.... p.46

campo normativo estatal, utiliza-se de uma racionalidade formal e tem a pretensão de aplicabilidade universal.

- Direito marginal - trata de agressões, buscando contestar, utilizando-se da lei do mais forte. Trata-se de um direito irracional em que há a ausência de formalização, que consegue sua eficácia através da repressão atuando na marginalidade.

Ocorre o que é chamado pela doutrina de pluralismo (em contraposição ao monismo) quando "há a existência de mais de uma realidade, de múltiplas formas de ação prática e da diversidade de campos sociais com particularidade própria, ou seja, envolve o conjunto de fenômenos autônomos e elementos heterogêneos que não se reduzem entre si."³⁰ O quadro acima exposto nada mais é do que reflexo da situação de enfraquecimento do Estado que é imposto pelo capitalismo informacional e está comportando diversas realidades que não se reduzem entre si. Portanto, conclui-se que há um quadro de pluralismo jurídico, reflexo dessas várias fontes de produção jurídica coexistindo no mesmo espaço. Boaventura de Souza Santos³¹ define o pluralismo jurídico como:

Existe uma situação de pluralismo jurídico sempre que no mesmo espaço geopolítico vigoram, oficialmente ou não mais de uma ordem jurídica. Esta pluralidade normativa pode ter uma fundamentação econômica, rática, profissional ou outra; pode corresponder a um período de ruptura social como, por exemplo, num período de transformação revolucionária; ou pode ainda resultar, como nas favelas, de conformação específica do conflito de classes numa área determinada da reprodução social...

As várias instâncias decisórias supra e infra-estatais do quadro acima exposto revelam a existência de um pluralismo sociológico e político. O pluralismo político poderia ser definido como

uma diretriz histórico-estratégica ou modo de análise assentado em práticas de direção descentralizadas, [que] realça a existência de um

³⁰ WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito**. 2ed. São Paulo: Alfa-omega, 1997. p.158.

³¹ SANTOS, Boaventura de Souza. Notas sobre a História Jurídico-Social de Pasárgada, in: SOUSA Jr., José Geraldo de (org). **O Direito Achado na Rua**. Brasília: UnB, 1987. p.46

complexo corpo societário formado pela multiplicidade de instâncias sociais organizadas e centros autônomos de poder, que, ainda que antagônicos ou mantendo conflitos entre si, objetivam restringir, controlar ou mesmo erradicar formas de poder unitário e hegemônico, principalmente a modalidade suprema de poder corporificado no Estado.³²

Trata-se do quadro vivido na sociedade informacional, em que o Estado enfraquecido é subjugado por outras forças supra e infranacionais, tanto econômicas (OMC, FMI, empresas multinacionais) como decorrentes da sociedade civil organizada (ONGs nacionais e internacionais, grupos de pressão, crime organizado).

A complexidade social da sociedade informacional faz com que exista uma situação de pluralismo sociológico consolidado "na medida em que socialmente se ampliam os papéis, as classes e as associações profissionais no âmbito da sociedade industrial."³³

O pluralismo como base teórica é importante para a sociedade informacional porque além de reconhecer a pluralidade de sujeitos, de instâncias decisórias e fontes jurídicas, preza por valores como a autonomia, a descentralização, a participação, localismo, diversidade e tolerância.

A adequação dos valores do pluralismo à sociedade informacional é grande, pois essa sociedade convive com a autonomia de diversos grupos sociais e econômicos que se constituem sob a forma de redes autônomas, porém, conectadas entre si. Redes que por sua estrutura descentralizam as conexões de poder da sociedade e do Estado e garantem a diversidade entre os vários nós que a integram. A sociedade em rede é tolerante com a diferença, pois necessita dessa diferença para se auto compor. A participação e o localismo são garantidos pelas inúmeras instâncias que agem tanto localmente quanto globalmente e pelos meios de comunicações que se encontram abertos sem controle de um poder único.

A sociedade informacional requer, portanto, um Direito que abarque todas essas características plurais e descentralizadas e que seja, também,

³² WOLKMER, Antonio Carlos. op.cit. p.159

³³ WOLKMER, Antonio Carlos. op.cit. p.158.

aberto, possibilitando a participação dos diversos sujeitos que a compõem. Assim, diante da crise do Direito positivo e de sua racionalidade formal universalizante, abre-se a perspectiva de crítica teórica e construção de uma práxis normativa sedimentada num "novo" tipo de pluralismo.

O pluralismo deve ser entendido como marco de ruptura, como paradigma alternativo no âmbito da cultura jurídica, como expressão mais direta dos reais interesses e das exigências históricas da sociedade devendo ser visualizado tanto como um fenômeno de possibilidades e dimensões de universalidade cultural, quanto um modelo que incorpora condicionantes inter-relacionados (formal e material) adequado às especificidades e às condições históricas de micro e macro sociedades políticas.³⁴

Esse "novo pluralismo jurídico", de características participativas, é concebido a partir de uma nova racionalidade e de uma nova ética, pelo refluxo político e jurídico de novos sujeitos - os coletivos; de novas necessidades desejadas - os direitos construídos pelo processo histórico; e pela reordenação da sociedade civil - a descentralização normativa do centro para a periferia; do Estado para a Sociedade; da lei para os acordos, os arranjos, a negociação. É, portanto, a dinâmica de um espaço público aberto e democrático. Esse pluralismo configura-se como proposta de um pluralismo jurídico comunitário-participativo como referencial prático-teórico de uma nova cultura.³⁵

Pode-se dizer que essa proposta do pluralismo jurídico comunitário-participativo é a que melhor se adequa às transformações socioeconômicas e culturais ocorridas no fim do século e correspondentes ao paradigma da sociedade informacional. O pluralismo como tal deve ser entendido pelo reconhecimento de outras fontes jurídicas além do Estado, legitimando a ação de novos sujeitos coletivos de Direito como produtores autônomos de sua própria regulação e com a capacidade de criar novos direitos que ainda não foram regulados pelo Estado.

³⁴ WOLKMER, Antonio Carlos. op.cit. p.156

³⁵ WOLKMER, Antonio Carlos. op.cit. p.157

O pluralismo jurídico, portanto, tende a reconhecer além do direito estatal oficial outras manifestações normativas não-estatais servindo como um instrumental para que os sujeitos coletivos de Direito consigam construir uma cidadania mais ampla baseada na efetivação dos direitos já garantidos pelo Direito posto e na criação de novos direitos. Para SOUZA JR.³⁶ o pluralismo jurídico deve ser valorizado a partir "...da atuação jurídica dos novos sujeitos coletivos, numa opção teórica e política de questionamento do monopólio estatal de produção e circulação do direito..."

Portanto, nada mais adequado do que o pluralismo jurídico para que o Direito consiga contemplar todas as fontes nascentes dessa sociedade complexa, com seus inúmeros sujeitos pertencentes a múltiplas classes e que lutam por causas amplas que abarcam vários interesses ao mesmo tempo. Talvez, o pluralismo jurídico seja o único que comporte a flexibilidade que essa sociedade civil em reconstrução necessita.

Mas quem são esses novos sujeitos coletivos de Direito? Os novos sujeitos coletivos de Direito são sujeitos sociais que se encontram no interior dos movimentos populares que antes estavam dispersos e privatizados e agora passam a se definir, a se reconhecer mutuamente, a decidir e a agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas. Além disso, esse sujeito, embora coletivo, não se apresenta como portador da universalidade definida a partir de uma organização determinada que operaria como centro, vetor e fim das ações socio-políticas e para a qual não haveria propriamente sujeitos, mas objetos ou engrenagens da máquina organizadora.³⁷

Fala-se em novo sujeito coletivo, pois este vem a substituir o antigo sujeito histórico que se tratava de um sujeito "individualista, abstrato e universal, que na tradição da periferia latino-americana vinha sendo representado, dentre tantos, por oligarquias agrárias, setores médios da

³⁶ SOUZA Jr., José Geraldo de. Movimentos sociais - emergência de novos sujeitos: O sujeito coletivo de direitos. In: ARRUDA Jr., Edmundo Lima de (org). **Lições de Direito Alternativo**. São Paulo: Acadêmica, 1991.p.142.

³⁷ SOUZA Jr., José Geraldo de. op.cit. p.138.

burguesia nacional, elites empresariais e por burocracias militares."³⁸ São exemplos de novos sujeitos coletivos os movimentos sociais rurais como o movimento sem-terra, os movimentos sociais urbanos que lutam por questões relacionadas com a moradia, etnia, cidadania e exclusão social.

O novo sujeito coletivo nasce de classes populares e das suas diferentes histórias produzidas pela diversidade de condições que afetam sua existência. Tratam-se de manifestações autônomas, despojadas de concepções preestabelecidas, e constituem um novo sujeito histórico que faz de seu cotidiano um novo espaço político, inaugurando novas práticas de mobilização e de organização social. O sujeito coletivo é uma nova identidade plural, que por meio de diferentes expressões, nas suas diferentes experiências de luta, aceleram o processo de democratização do Estado e das relações sociais.³⁹

Esses sujeitos são os operadores da reconstrução da sociedade civil, contemporaneamente. Essa noção de sociedade civil revitalizada surge principalmente na década de 80, com os movimentos sociais democratizantes da América Latina mas que vão se consolidar com os movimentos sociais libertários, típicos dos anos 90, proponentes de projetos civilizatórios democráticos, sensíveis à diversidade cultural e à justiça social.

A sociedade civil em construção é concebida como "a esfera da interação social entre a economia e o Estado, composta principalmente pela esfera íntima (família), pela esfera associativa (especialmente associações voluntárias), movimentos sociais e formas de comunicação pública."⁴⁰ A construção de um novo tipo de sociedade civil envolve também um conjunto novo de direitos que teriam como o seu centro o direito de comunicação ao invés do direito de propriedade.⁴¹ A sociedade civil não engloba toda a vida

³⁸ WOLKMER, Antonio Carlos. op.cit. p.213.

³⁹ NARDI, Maria Elenir. O acampamento da Telebrasília e a sua luta pelo direito de morar. In: Núcleo de Prática Jurídica e Escritório de Direitos Humanos e Cidadania. **Direito à memória e à moradia: realização de direitos humanos pelo protagonismo social da comunidade do Acampamento da Telebrasília**. Brasília: UnB, 1999. p.27

⁴⁰ VIEIRA, Liszt. op.cit. p. 45.

⁴¹ ARATO, Andrew & COHEN, Jean. Sociedade Civil e Teoria Social. In: AVRITZER, Leonardo (org). **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994. p.181.

social fora do Estado e da economia. É necessário distinguir a sociedade civil tanto de uma sociedade política de partidos, organizações políticas, parlamentos, quanto de uma sociedade econômica composta de organizações de produção e distribuição, em geral empresas, cooperativas, firmas etc.

O pluralismo jurídico, tal qual proposto, prevê uma sociedade civil capaz de preservar sua autonomia e formas de solidariedade em face do Estado e da economia. Como define VIEIRA⁴² "a sociedade civil deixa de ser vista apenas de forma passiva, como um conjunto de instituições, para ser percebida também ativamente, como o contexto e o produto de atores coletivos que se autoconstituem." Isto é, os sujeitos coletivos de Direito, fundamento material do pluralismo jurídico-político comunitário, são atores coletivos que se autoconstituem e querem reordenar o seu espaço político com práticas democráticas e pluralistas. A sociedade civil como reordenadora do espaço comunitário é produtora de democracia e solidariedade social. Democracia aqui definida

...enquanto capacidade dos movimentos sociais interativos de constituir associativamente uma terceira esfera, a esfera da sociedade civil. ... [que se identifica] com a vigência de uma democracia radical autolimitada, na qual a ação das instituições sistêmicas [Estado e economia] seriam limitadas pelo pluralismo e associativismo, assim como pela constituição de fóruns intermediários entre a sociedade civil, o Estado e o mercado.⁴³

A proposta do pluralismo jurídico defendido por WOLKMER pretende um modelo político e jurídico que integra um pluralismo legal com um pluralismo comunitário-participativo⁴⁴, tendo como fundamentos a emergência dos novos sujeitos coletivos de Direito, a satisfação das necessidades humanas fundamentais além da reordenação do espaço público mediante uma política democrática-comunitária descentralizada e participativa.

⁴² VIEIRA, Liszt. op.cit. p. 48.

⁴³ Avritzer, Leonardo. Introdução. In: AVRITZER, Leonardo (org). **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994. p.15.

⁴⁴ Maiores informações em WOLKMER, Antonio Carlos. op.cit.

A reordenação do espaço público encontra fundamento, também, na proposta de democratização de AVRITZER⁴⁵, que ressalta: " a democratização implica no surgimento de uma esfera específica encarregada de renovar os potenciais do pluralismo e da cultura política democrática."

Os sujeitos coletivos de Direito são os principais agentes de transformação desse espaço público pois através de suas lutas deram uma real efetividade aos direitos formalmente declarados. E a noção de democracia também passa pela idéia de uma sociedade aberta que permite a consolidação dos direitos já instituídos e a criação de novos direitos. Os sujeitos coletivos de Direito são os principais autores dessa criação por meio de uma cidadania que se define e se constitui "na criação de espaços sociais de luta (movimentos sociais) e na definição de instituições permanentes para a expressão política (partidos, órgãos públicos), significando, necessariamente, conquista e consolidação social e política."⁴⁶

A cidadania nessa reconstrução do espaço público tendo como agente os sujeitos coletivos de Direito supera a visão de ser apenas um direito político de votar e ser votado, mas se apresenta como estratégia política⁴⁷ ligada à luta por direitos realizada pelos movimentos sociais. A cidadania por isso não é um conceito estanque mas é fruto da construção histórica de cada sociedade e evolui de acordo com a conquista e consolidação de direitos.⁴⁸

DAGNINO⁴⁹ trabalha essa nova noção de cidadania partindo da concepção de um direito a ter direitos⁵⁰ que não se limita a conquista legais ou

⁴⁵ Avritzer, Leonardo. op.cit.p.15.

⁴⁶ VIEIRA, Liszt. op.cit. p. 40.

⁴⁷ DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.p.103.

⁴⁸ Ver Bobbio, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro:Campus, 1992; Na mesma linha MARSHALL, T.H. **Cidadania,Classe social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

⁴⁹ DAGNINO, Evelina. op.cit. p. 108 e ss.

⁵⁰ Hanah Arendt preocupada com os direitos dos apátridas em sua maioria refugiados de guerra observou que a cidadania corresponde ao direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade em direitos não é um dado mas um construído da convivência coletiva que requer um espaço público em comum. É o acesso a esse espaço público que é o vínculo original da cidadania que significa o direito de pertencer a uma comunidade política o que permite a construção de um mundo em comum através do processo de asserção dos direitos humanos. (apud LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. **Estudos Avançados**. vol. 1, nº1 1987,São Paulo:IEA,1997.p.55)

acesso a direitos previamente definidos, ou à implementação efetiva de direitos formais e inclui a criação de novos direitos que emergem de lutas específicas e da sua prática concreta. Essa noção ampliada de cidadania requer e constitui-se na formação de novos sujeitos sociais ativos que definem o seu próprio direito e lutam pelo seu reconhecimento sendo por isso uma estratégia para os excluídos. Também, constitui-se como uma proposta de sociabilidade que trata da difusão de uma cultura jurídica que se propõe a afetar não só a relação da sociedade/indivíduo com o Estado mas que se preocupa em construir dentro da própria sociedade civil uma cultura de respeito e de convivência com o outro cidadão, emergente da luta dos movimentos sociais. A cidadania ativa com base nos sujeitos coletivos de Direito requer e luta, não só, para ter mais acesso ao sistema político mas, também, para ter o direito de definir e participar efetivamente do próprio sistema.

Cada vez mais os sujeitos coletivos de Direito estão sendo considerados legítimos para se autoorganizarem e recomporem a sociedade civil na sua reconstrução. Se por um lado o ressurgimento de uma sociedade baseada em grupos faz com que seja possível construir uma sociedade com bases democráticas, por outro essa legitimação das organizações civis como canalizadores das necessidades sociais faz com que haja uma crise de representatividade⁵¹ e a conseqüente perda de legitimidade por parte dos Partidos Políticos que se constituíam como o único canal de acesso, aumentando o fosso no plano do Estado e a chamada sociedade civil organizada.

Essa mudança decorreu das transformações socioeconômicas da última década, que pelo seu caráter impositivo acabaram refletindo na estrutura desses movimentos sociais que tiveram que se adaptar, modificando o seu projeto social e sua estrutura, para sobreviverem aos novos tempos. Os

⁵¹ Sobre o tema ver: WOLKMER, Antonio Carlos. Crise de representação e cidadania participativa na Constituição brasileira de 1988. In: WOLFGAN, Ingo. **O direito público em tempos de crise- estudos em homenagem Ruy Rubem Ruschel**. Porto Alegre: Livraria do advogado, 1999. p.39-48

movimentos sociais, por isso, foram se institucionalizando, expandindo os seus objetivos e ampliando seus membros. A institucionalização foi necessária para que os sujeitos coletivos fossem aptos a captar recursos provenientes tanto do mercado quanto do Estado. Como percebe VIEIRA⁵²: "Os movimentos sociais levantam a bandeira da autonomia e da democratização da sociedade, mas seria um erro imaginar que possam prescindir das instituições do Estado enquanto sociedade politicamente organizada." A necessidade de uma estratégia política dual pelos movimentos sociais foi prevista por COHEN & ARATO⁵³ que pregam que estes devem atuar no plano institucional e extra-institucional, apoiados ao mesmo tempo nas organizações da sociedade civil e em outros autores, como os partidos e sindicato:

Os princípios da legitimidade democrática e da representação implicam na livre discussão de todos os interesses envolvidos no interior de uma esfera pública institucionalizada (o parlamento) e a primazia do mundo da vida em relação aos dois subsistemas [família e associações]. Todavia, o desacoplamento entre a esfera pública e uma forma genuína de participação conduz à exclusão de uma gama de interesses e questões da agenda de discussão política. Por outro lado, como as políticas ambíguas do estado do bem-estar social revelam, as pressões do mundo da vida não podem simplesmente ser ignoradas pelos sistemas representativos, mesmo na forma altamente seletiva de funcionamento adotada contemporaneamente.

As ONGs (organizações não-governamentais) surgem e se fortalecem por serem mais adequadas a essa nova situação e por se constituírem como entidades de caráter não-governamental, não-mercantil, não-corporativo e não-partidário, e, portanto, aptas a assumir um papel estratégico enquanto novos sujeitos coletivos de Direito que levantam a bandeira da ética, da cidadania, da democracia e da busca de um novo padrão de desenvolvimento que não produza a exclusão social e a degradação ambiental. Também pode se dizer que são aptas tanto pelo grau de institucionalização que possuem quanto pela sua capacidade técnica. Ainda assim, o fortalecimento das ONGs incentivou e estimulou toda uma camada de movimentos sociais de ação local, com um grau menor de institucionalização mas que são essenciais para a

⁵² VIEIRA, Liszt. op. cit.p. 61.

⁵³ ARATO, Andrew & COHEN, Jean. op.cit. p.168.

consolidação dos ideais democráticos a que esses novos movimentos se propõe. As ONGs vêm ocupando um papel de relevância tanto no espaço público local quanto a nível transnacional, não só por exigência dos paradigmas da sociedade informacional mas pelo fato dos problemas serem de ordem global. O fato de agirem como elos dessas duas esferas, a global e a local, além de terem que lidar com vários atores sociais informais ou institucionalizados que se proliferaram na reconstrução do espaço público, faz com que haja a necessidade de que esses vários tipos de sujeitos coletivos articulem-se como redes tal qual o paradigma da sociedade informacional. As redes, como foi visto, são estruturas capazes de se expandirem de forma ilimitada, integrando novos nós (atores sociais) através de compartilhamento dos mesmos interesses. As ONGs, por sua vez, são os nós dessas redes que possuem pontos equidistantes devido ao seu caráter democrático e descentralizado.

Cabe ressaltar que trata-se agora da consolidação e não mais da emergência de novos sujeitos coletivos, através das redes de movimentos sociais que contribuem para efetividade material do pluralismo, não só como sujeitos legítimos para fonte de produção jurídica mas com uma estrutura organizacional baseada na autonomia, participação, articulação e descentralização que identificam-se com a proposta de reordenação do espaço público do pluralismo jurídico.

As redes de movimentos sociais transitam na sociedade informacional pelo espaço de fluxos através das redes eletrônicas de comunicação. Ao conseguirem se comunicar por esse meio, compartilham as experiências e os problemas em comum e reconfiguram, juntamente com outros atores presentes no espaço de fluxos, o espaço público. A perspectiva do uso dos meios de comunicação eletrônicos na reordenação democrática do espaço público foi prevista por COHEN & ARATO⁵⁴.

No domínio da esfera pública literária, não se pode pensar o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa apenas como

⁵⁴ ARATO, Andrew & COHEN, Jean. op.cit. p.169.

um sinal puramente negativo da mercantilização ou da distorção administrativa da comunicação. Certamente, a possibilidade de controle social aumenta com o modelo de comunicação de massa de cima para baixo e do centro para a periferia. No entanto, as formas generalizantes de comunicação desprovincializam, expandem e constituem novos públicos. Além do mais, o desenvolvimento técnico dos meios eletrônicos de comunicação não conduz, necessariamente, à centralização, tal como parece evidente atualmente. Ele pode também levar à criação de formas mais horizontais, autônomas e criativas de pluralismo comunicativo. Portanto, nesse caso, as alternativas são entre a lógica manipulativa da indústria cultural e a emergência de *contrapúblicos* e *contraculturas* capazes de utilizar os novos meios de comunicação de massa de formas não hierárquicas.

Na proposta aqui apresentada será ressaltada a possibilidade das redes de movimentos sociais interagirem utilizando-se das novas tecnologias da informação, tal qual é previsto na sociedade informacional, de forma que possam buscar a reordenação do espaço público democrático e participativo e assim contribuir para a efetivação de um real acesso à informação e, paralelamente, para a implementação e consolidação dos direitos humanos que advêm da realidade virtual e do desenvolvimento da cibernética, também chamados de direitos de quinta geração⁵⁵.

As redes de movimentos sociais constituem os sujeitos coletivos dos anos 90 que são fundamentos do pluralismo jurídico e pré-requisitos para a noção ampliada de cidadania assim como construtores dos direitos humanos já instituídos ou a serem reconhecidos. Com a utilização dos recursos de informática para a organização de suas estruturas as redes de movimentos sociais passaram a ser, mesmo que indiretamente, promotoras da educação digital proporcionando o acesso e a difusão da informação relativa tanto aos meios tecnológicos quanto aos conteúdos do ciberespaço⁵⁶. O ciberespaço, tal qual proposto por LÉVY e que será explicado a seguir, proporciona para essa sociedade informacional e para as redes de movimentos sociais nela inseridos uma oportunidade de renovarem os laços sociais e construir o que ele

⁵⁵ OLIVEIRA JR., Alcebiades. Cidadania e novos direitos. In: OLIVEIRA JR., Alcebiades. **O novo em Direito e Política**. Porto Alegre: Livraria do advogado, 1997. p. 193.

⁵⁶ Ciberespaço trata-se do espaço formado no interior das redes de comunicação mediada por computadores. O ciberespaço se assenta sobre a vasta estrutura de telecomunicações, mas não se reduz a ela. Em: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Poder no ciberespaço: o Estado-**

chama de inteligência coletiva. Trata-se de uma proposta antropológica, humanística e de renovação do uso da tecnologia como forma de desenvolvimento social.

1.3 A formação do espaço do saber na sociedade em rede

A abordagem de LÉVY é mais otimista com relação à mudança da sociedade. Logicamente, fala-se nas dificuldades e nos obstáculos a serem vencidos, como por exemplo o aumento da distância entre ricos e pobres, excluídos e bem-posicionados, entre o analfabeto e o analfabeto digital⁵⁷, mas fala-se também de uma era ou melhor dizendo, de um espaço que está se iniciando com oportunidades que podem ser comparadas até mesmo à descoberta de novos mundos na época das grandes navegações. O interessante é que a mudança proporcionada pelas novas tecnologias é tamanha que é como se a humanidade estivesse descobrindo novas terras, lugares onde existem esperanças, medos e obstáculos a serem vencidos. Tem-se a oportunidade de se construir uma nova filosofia com a simples modificação da tecnologia. Isso é tão raro na história da humanidade, que vale a pena se pensar nela ou ao menos indicar caminhos para que essa mudança seja em prol da própria humanidade e não em seu malefício.

Portanto, a importância da mudança que está em jogo é muito maior do que as dificuldades que a ela se impõem. E basta lembrar que essa mudança é irreversível e os problemas ligados a ela também. Por isso, não basta apenas criticar, as soluções devem ser extraídas da própria mudança.

Uma das soluções está na utilização dos novos meios de comunicação no sentido de renovar profundamente as formas do laço social, criando uma

Nação, a regulamentação e o controle da Internet. 169 f. Dissertação. Mestrado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.p. 10

⁵⁷ Analfabetismo digital é o termo utilizado para quem não possui conhecimentos que possibilitem o acesso às tecnologias como Internet, o computador. Na mesma linha o excluído digital é aquele que não possui acesso às tecnologias. CÉBRIAN utiliza o termo cidadãos

maior fraternidade e ajudando a resolver os problemas com os quais a humanidade hoje se debate. Na verdade, não se trata de uma solução, mas sim de um projeto.

Como a forma e o conteúdo desse ciberespaço que se abriu com as novas tecnologias da informação e comunicação ainda são indeterminados (e serão por muito tempo indeterminados graças a sua mutabilidade), não há que se falar em um determinismo tecnológico ou econômico. Vale dizer que nem o Estado ou as empresas que produziram e continuam a inventar novas tecnologias planejaram ou anunciaram o desenvolvimento da informática pessoal, o das interfaces gráficas interativas para todos, o do BBS⁵⁸ entre outras técnicas ou tecnologias, como a criptografia⁵⁹, aquelas que sustentam as comunidades virtuais⁶⁰. O uso dessas tecnologias compartilhados por vários atores, tornaram indeterminados os caminhos que iriam seguir.

O caráter indeterminado dessas modificações talvez seja propício para que se construa ao longo dessa mudança um projeto que possa acompanhar o ritmo dessas mudanças sem desmoronar. A pergunta inicial desse projeto pode ser extraída das considerações de LÉVY⁶¹:

Escolhas políticas e culturais fundamentais abrem-se diante dos governos, dos grandes atores econômicos, dos cidadãos. Não se trata apenas de raciocinar em termos de *impacto* (qual o impacto das 'infovias'⁶² na vida política, econômica ou cultural?), mas também em termos de projeto (com que objetivo queremos desenvolver as redes digitais de comunicação interativa?).

conectados e cidadãos não-conectados. Conferir em CÉBRIAN, Juan Luis. *A rede*. Trad. Lauro Machado Coelho. São Paulo: Summus, 1999. p.78.

⁵⁸ BBS significa *Boletim Board System* nome dado para os primeiros sistemas de troca de mensagens que funciona como um quadro de avisos.

⁵⁹ Criptografia é a técnica de codificação e decodificação de mensagens, utilizando matemática complexa para produzir chaves de leitura em forma de equações ou senhas. É utilizada para manter a integridade e/ou a autenticidade de um documento.

⁶⁰ Comunidades virtuais são aquelas formadas no ciberespaço.

⁶¹ LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva...* p.13

⁶² Infovias ou autopistas da informação, via pela qual passa a informação. Esse termo não é muito adequado sendo mais completo a utilização do termo ciberespaço para significar o espaço onde as informações circulam e são armazenadas e os cibernautas (navegadores do ciberespaço) interagem entre si. Porém o ciberespaço pode ser utilizado num sentido mais amplo.

Partindo desse questionamento e observando as transformações da sociedade sob um olhar antropológico, LÉVY constrói teoricamente o Espaço do Saber. O Espaço do Saber é um novo espaço antropológico⁶³ onde são valorizados os saberes coletivos e a inteligência. Nesse Espaço, os saberes da humanidade são reconhecidos como fonte de todas as outras riquezas. As suas principais características são a velocidade de evolução dos saberes, a massa de pessoas que pode ser convocada a aprender e a produzir novos conhecimentos e o surgimento de novos instrumentos, novos espaços, novos sujeitos (chamado por ele de "ferramentas" como o ciberespaço) que promovem o surgimento de novos laços entre cada sujeito. Essa renovação do laço social por intermédio do conhecimento é traçado como projeto a ser alcançado por esse Espaço do Saber, assim como a construção de uma inteligência coletiva.

A velocidade da troca e evolução dos saberes é característica marcante desse Espaço. As modificações são muito rápidas assim como a interferência dessas no cotidiano, no trabalho, nos meios de comunicação e na relação com o corpo, com o espaço e, principalmente, com o tempo, são cada vez mais acentuadas. A massa refere-se ao "coletivo humano que deve, daqui por diante, se adaptar, aprender e inventar para viver melhor no universo complexo e caótico em que passamos a viver."⁶⁴ Já as ferramentas são "instrumentos institucionais, técnicos e conceituais para tornar a informação 'navegável', para que cada um possa orientar-se e reconhecer os outros em função dos interesses, competências, projetos, meios, identidades recíprocos no novo espaço."⁶⁵

A necessidade de utilização de ferramentas surge devido à quantidade de informações em circulação que impossibilita a filtragem de informações

⁶³ Espaços antropológicos "não são eras, nem idades, nem épocas, pela boa razão de que não substituem uns aos outros, mas coexistem. E, no entanto, enquanto espaços estruturantes e autônomos, aparecerem sucessivamente. Como o espaço que se desenvolveu de maneira consistente torna-se irreversível, ele não é eliminado pelo que vem depois dele." (LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**.... p. 189). São identificados quatro espaços antropológicos a Terra, o Território, o Espaço das Mercadorias e o mais recente o Espaço do Saber, cada um com suas especificidades.

⁶⁴ LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**....p.25

segundo a subjetividade de cada um. Além disso, a utilidade dessas ferramentas é fornecer aos grupos humanos instrumentos para reunir suas forças mentais a fim de constituir intelectuais coletivos. Tenta-se, assim, definir o papel da técnica nesse novo espaço e conseqüentemente o objetivo dessa tecnologia:

A informática comunicante se apresentaria então como a infraestrutura técnica do cérebro coletivo ou do hipercórtex de comunidades vivas. O papel da informática e das técnicas de comunicação com base digital não seria 'substituir o homem', nem aproximar-se de uma hipotética 'inteligência artificial', mas promover a construção de coletivos inteligentes, nos quais as potencialidades sociais e cognitivas de cada um poderão desenvolver-se e ampliar-se de maneira recíproca.⁶⁶

A renovação do laço social como proposta a ser alcançada surge exatamente quando é necessário criar-se uma identidade que não tenha vínculos laços étnicos, nacionais ou religiosos. Deve-se tentar reconstruir um laço social baseado no saber humano.

Para essa reconstrução alguns pressupostos são necessários. O aprendizado recíproco deve ser visto como mediador das relações humanas. Além disso, deve-se partir do princípio que todos os homens possuem conhecimento, saberes pois constituem a espécie *homo sapiens*. Cada homem dentro de suas competências e peculiaridades deve ser encarado como detentor de conhecimentos e saberes adquiridos ao longo de sua vida.

Nessa renovação do laço social, os homens se relacionariam para adquirir conhecimento uns dos outros. O que um ser humano não soubesse o outro poderia saber. A idéia do outro passaria, então, a ser construída em relação ao que ele pode saber ou pode complementar em termos de conhecimento. Praticar-se-ia a valorização do conhecimento alheio. O valor estaria na possibilidade de complementação e troca de saberes. Nas palavras de LÉVY⁶⁷:

⁶⁵ LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**....p.25

⁶⁶ LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**....p.25

⁶⁷ LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**....p.27

O outro não é mais um ser assustador, ameaçador: como eu, ele ignora bastante e domina alguns conhecimentos. Mas como nossas zonas de inexperiência não se justapõem ele representa uma fonte possível de enriquecimento de meus próprios saberes. Ele pode aumentar meu potencial de ser, e tanto mais quanto mais diferir de mim. Poderei associar minhas competências às suas, de tal modo que atuem melhor juntos do que separados. As 'árvores de competências', hoje comuns em empresas, escolas e quartéis, permitem desde já ver o outro como um leque de conhecimentos no Espaço do saber, e não mais como um nome, um endereço, uma profissão ou um *status* social.

O que se pretende nessa proposta de reconstrução da identidade a partir dos saberes de cada um é justamente a valorização do ser humano e do seu conhecimento sem que haja conceitos pré-formados, rótulos e sim um ser humano pronto e apto para transferir e receber conhecimentos. Dentro dessa reconstrução, há o objetivo de se valorizar cada um pela sua diferença já que será esse o ponto de intercâmbio dos saberes:

O Espaço do saber começa a viver desde que se experimentam relações humanas baseadas nesses princípios éticos de valorização dos indivíduos por suas competências, de transmutação efetiva das diferenças em riqueza coletiva, de integração a um processo social dinâmico de troca de saberes, no qual cada um é reconhecido como uma pessoa inteira, não se vendo bloqueada em seus percursos de aprendizado por programas, pré-requisitos, classificações *a priori* ou preconceitos em relação aos saberes nobre ou ignóbeis.⁶⁸

Cabe lembrar que, para LÉVY⁶⁹, conhecimento é o saber adquirido da relação com os signos e com as informações; competência seria a capacidade desenvolvida quando há a interação dos seres humanos com as coisas e o saber é adquirido na relação com os outros mediante a iniciação e transmissão. Os três referem-se à inteligência humana. Trata-se, assim, de saberes não especializados mas espalhados pelo espaço e vivendo dentro de cada ser humano, dentro de cada identidade. Cada um é valorizado por seu conhecimento, seus saberes e suas competências.

Na medida em que se renovam os laços sociais, é construída a inteligência coletiva. A inteligência coletiva é "uma inteligência distribuída por

⁶⁸ LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva*....p.28

⁶⁹ LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva*....p.27

toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências."⁷⁰ Além disso, tem-se como base e objetivo da inteligência coletiva o reconhecimento e o enriquecimento mútuos das pessoas.

A mobilização efetiva das competências é um ponto que deve ser enfatizado. Essa mobilização deve partir necessariamente do reconhecimento das competências de cada um. Quando se reconhece as competências de um sujeito, sua identidade social é valorizada e permite-se sua mobilização para um projeto coletivo de acordo com as suas capacidades. Quando, ao contrário, essas competências não são reconhecidas, inicia-se um processo de exclusão e de desfiguração que recusa a própria identidade social do sujeito.

A inteligência coletiva não é uma inteligência que valoriza o todo em detrimento do indivíduo. Trata-se de um projeto em que é necessário valorizar a inteligência de cada um, para que se crie esse coletivo. Da interação com as diversas comunidades, os indivíduos se transformam continuamente.

Nesse projeto humanístico tenta-se incluir e ampliar "o 'conhece-te a ti mesmo' para um 'aprendamos a nos conhecer (sic) para pensar (sic) juntos', e que generaliza o 'penso, logo existo' em um 'formamos uma inteligência coletiva, logo existimos eminentemente como comunidade'"⁷¹. Não se trata de fundir as inteligências individuais em uma, mas sim de um processo de crescimento, de diferenciação e de retomada recíproca das singularidades que compõem a inteligência coletiva.

Ressalte-se que, a inteligência coletiva requer uma coordenação em tempo real. Para isso são necessárias as tecnologias digitais da informação que devem oferecer aos membros de uma comunidade os meios de coordenar suas interações no mesmo universo virtual de conhecimentos. A melhor ferramenta para essas comunidades seria o ciberespaço.

O ciberespaço é um dispositivo interativo e comunitário, uma ferramenta característica do Espaço do Saber, que se apresenta justamente como um dos instrumentos privilegiados da inteligência coletiva. Ciberespaço pode ser

⁷⁰ LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva....**p.28

definido como o espaço da comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores, incluindo aí, o conjunto de sistemas de comunicações eletrônicos, na medida que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização.⁷² Também pode ser chamada de rede. O ciberespaço pode ser designado como o espaço onde ocorrem os modos originais de criação, de navegação no conhecimento e de relação social. Constitui um campo aberto, vasto e indeterminado que não pode ser reduzido a um só dos seus componentes, como por exemplo, reduzir o ciberespaço à Internet⁷³.

As novidades técnicas que compõem o ciberespaço são a cada dia atualizadas e renovadas pela inventividade humana. O homem cria mas não cria só, pois através do uso coletivo das novas técnicas tem-se a possibilidade de inovar cada vez mais. A partir do uso coletivo é que estão surgindo novas tecnologias o que torna ilimitada a inventividade humana. O fato do ciberespaço não encerrar em si todas as possibilidades mas ser inclusive fonte do progresso de si próprio é que tornam essas possibilidades ilimitadas. O ciberespaço por isso não pode ser considerado o espaço em si, mas a interação das tecnologias nele utilizadas. LÉVY⁷⁴ :

Diante das novidades técnicas percebidas isoladamente como objetos caídos do céu, esquecemos o sistema aberto e dinâmico que elas constroem, sua interconexão no *ciberespaço*, sua inserção conflituosa nos processos culturais em andamento. Permanecemos cegos às diferentes possibilidades que elas oferecem ao devir humano, leque de possibilidades que raramente é percebido em sua totalidade e que deveria constituir objeto de deliberação, de escolha, de juízos de gosto, e não só parte da parte de especialistas de máquinas.

A partir do seu uso, o ciberespaço torna-se cada vez mais um espaço móvel das interações entre conhecimentos e conhecedores de coletivos inteligentes desterritorializados que são concebidos no seu próprio meio.

⁷¹ LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**....p.31-32

⁷² LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa.. 2 ed. São Paulo: Ed.34, 2000.p. 92

⁷³ Internet é a rede mundial de computadores.

⁷⁴ LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**....p.31-32.

Esses coletivos inteligentes são novas formas de organização já centradas na inteligência coletiva e na valorização do saber humano em sua variedade.

As atuais organizações mesmo que dirigidas de forma inteligente não conseguem mais enfrentar a complexidade das situações. Dentro da proposta antropológica do Espaço do Saber, os coletivos humanos ou coletivos inteligentes devem ser considerados inteligências coletivas que elaboram e reelaboram seus projetos e recursos e refinam constantemente suas competências, visando indefinidamente o enriquecimento de suas qualidades. Esses grupos presentes nesse Espaço reorganizam-se em tempo real, minimizando os atrasos e aproveitando todo ato humano, valorizando cada qualidade.

Essa forma de organização e valorização do laço social como proposto faz com que os coletivos inteligentes trabalhem em conjunto e que as criatividade, as iniciativas, a pluralidade de competências e as qualidades individuais entrem em fusão, sem encerrá-las ou limitá-las. A política dessa organização não concebe um modelo pronto e acabado, um planejamento fixo e delimitado, mas redefine-o a partir do surgimento de modificações através da reunião das competências pertencentes àquele grupo.⁷⁵ Quanto mais flexível a política organizacional, mais adaptável ela é para as prováveis mudanças desse espaço.

Os coletivos inteligentes identificam-se como as redes de movimentos sociais que se utilizam das ferramentas do ciberespaço para compartilharem conhecimentos e saberes e criam uma inteligência coletiva que se materializa na prática de suas ações, que renovam os laços sociais e reordenam o espaço público de uma forma democrática e plural. Dentro das redes de movimentos sociais cada membro possui uma autonomia que é respeitada enquanto ponto de conexão dessa rede e devido à diferença que é vista como fator de valor, já que serão acrescentadas novas idéias a inteligência coletiva em construção.

A multiplicação de coletivos humanos baseados na proposta da inteligência coletiva supõe um ciberespaço tanto mais navegável e acessível

⁷⁵ LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**....p.56-57

quanto mais o conjunto das novas tecnologias de comunicação e informação, estiver disponível a baixo custo. Para que se construa nesse ciberespaço uma inteligência coletiva em tempo real e em grande escala é necessária uma infra-estrutura técnica adequada. Assim :

...como as mensagens do ciberespaço interagem e invocam-se de um extremo a outro de um plano desterritorializado, os membros dos coletivos moleculares [coletivos inteligentes] se comunicam transversalmente, reciprocamente, fora de categorias, sem passar pela via hierárquica, dobrando e redobrando, cosendo e recosendo, complicando a seu bel-prazer o grande tecido metamórfico das cidades calmas.⁷⁶

A renovação do laço social vai muito além do que o surgimento de novas identidades. A constituição de um novo modo de identificação, aberto e vivo, contribui, sobremaneira, para a construção de novas formas de democracia que estariam adaptadas à complexidade dos problemas contemporâneos.

Vários aspectos desse Espaço do saber podem ser aproveitados como orientadores dessa sociedade informacional. A construção de uma identidade baseada na valorização do saber humano e na valorização das diferenças como fator enriquecedor da cultura e da identidade e a construção da inteligência coletiva contribuem para a construção de uma nova democracia. O simples reconhecimento da pluralidade como algo positivo faz nascer novas possibilidades para que a democracia se promova por caminhos nunca antes vistos.

A proposta do espaço do saber identifica-se sobremaneira com a proposta do pluralismo jurídico comunitário-participativo que com base nos sujeitos coletivos de Direito que seriam os coletivos inteligentes aqui abordados, construiriam e reordenariam o espaço democrático através de participação. A reordenação desse espaço pode ser feita através da construção da inteligência coletiva que pretende o reconhecimento de cada ser humano por seu saber e a valorização do outro pela diferença, tendo assim os mesmo princípios do pluralismo que se funda na diversidade e na tolerância. A

autonomia e a participação são vistos como princípios a partir da valorização de cada inteligência como fonte que não se funde com as outras inteligências mas interage com estas, o que possibilita uma complementação do coletivo e que exige a participação de cada um.

No próximo capítulo, procurar-se-á demonstrar a formação desses coletivos inteligentes (grupos que utilizam-se da inteligência coletiva) através dos movimentos sociais e como estes podem transformar o espaço público. Os movimentos sociais, dentro do paradigma da sociedade informacional, já atuam em rede e não mais isoladamente, utilizando-se das novas tecnologias de comunicação e informação e contribuem, dessa forma, para a construção da inteligência coletiva.

⁷⁶ LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva....**p.57

A maioria dos autores se apoiam no conceito de rede para defender o papel da OMB.

CAPÍTULO 2

OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE

Como foi visto, nos anos 90 a sociedade civil passou por várias transformações decorrentes, entre os inúmeros fatores, da crise do Estado e da globalização. A globalização da economia e o fato do Estado não mais deter o monopólio do espaço público vêm provocando o desenvolvimento da esfera pública globalizável e que tem permitido a emergência de um ator imprescindível ao processo de globalização: a sociedade civil global. A sociedade civil planetária refere-se a uma multiplicidade de organizações em nome de direitos e do bem comum que não se submetem nem às razões de Estado nem aos mecanismos do mercado e que constituem-se, sobretudo, na formação de ONGs e nos movimentos sociais que vêm se articulando mundialmente. Articulam-se mundialmente mas agem localmente e por isso provocam modificações de acordo com o espaço que atuam e surgem devido a causas específicas de cada sociedade.

Na América Latina essa sociedade civil mundial é reflexo das transformações dos anos 90 e dos movimentos democratizantes dos anos 80 que tiveram que se adaptar. Nesse cenário de transformações, aparecem nos anos 90, movimentos sociais com características distintas dos movimentos sociais das décadas de 70 e 80. Esses movimentos sociais novos (terminologia utilizada em contraposição à terminologia dos novos movimentos sociais da década de 80) centram-se em temáticas referentes a questões éticas ou de revalorização da vida humana de uma maneira geral e não mais tão específica. Os movimentos sociais novos têm como principais conflitos temas mais amplos que envolvem inúmeros interesses e pluralidade de pessoas. Para exemplificar, os que antes abrangiam classes como os

nas
cooperativas

favelados, os sem-terra, os sem-teto, agora abrangem problemáticas como a fome, o desemprego, a moradia, que são questões que atingem vários sujeitos da coletividade e não mais uma classe específica.

O novo dos movimentos sociais dos anos 90 pode ser observado em vários aspectos. Em relação às temáticas, retoma-se a luta pelos direitos sociais diante à crise do Welfare State e os movimentos moralizatórios ganham destaque principalmente em relação à política. Quanto à forma de instituição e organização, as ONGs aparecem em destaque devido ao seu crescimento e ao seu grau de institucionalização. As ações coletivas desses novos movimentos têm em vista as políticas de parcerias implementadas pelo poder público.

Ainda dentro do objetivo de caracterização do novo dos movimentos sociais dos anos 90 tem-se que as ações reivindicativas tradicionais presentes nos movimentos sociais dos anos 80 dão lugar às ações solidárias alternativas, em que parte das necessidades devem ser enfrentadas coletivamente e não apenas demandadas. Dentro dessa nova modalidade de ação coletiva aqueles que reivindicam também seriam os executores da implementação e gestão do serviço reivindicado. Isso modifica de maneira significativa a forma de agir dos movimentos sociais na década de 90, ou melhor, a sua ação social coletiva. Isso porque, a coletividade ou a comunidade tem que se estruturar passando a ser grupos organizados que têm como referência projetos, propostas de soluções, sugestões, planos e estratégias de execução das ações demandadas. Nessa relação, o poder público se torna repassador de recursos captados tanto dos cofres público quanto da iniciativa privada. As ONGs, por terem um maior grau de institucionalização e o conhecimento técnico na estruturação e na execução dos projetos, tornam-se agentes mediadores dessa relação entre Estado e comunidade. GOHN¹ denomina essa nova forma de agir coletivamente como redes :

↓
 > saber > poder

¹GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez; 1997.

ONGs
participam
fazem
destaque

80
x
90

ONGs
mediadora
ent. e
Estado
e
comunidade

mas Govern. coloca
nas ONGs e as Redes
uma natureza
ideológica, solidária,
livre.

Nos locais em que havia movimentos organizados, o novo paradigma da ação social tem gerado redes de poder social local. Estas redes são formadas pelas lideranças dos antigos movimentos, por uma base militante pequena, que agora assume o papel de responsável por etapas ou processos dos projetos em andamento, e por técnicos das ONGs, profissionais semiqualeificados ou com qualificação, mas principiantes no mercado de trabalho, atuando como assalariados num campo de trabalho pouco preocupado com as questões ideológicas ou político-partidárias, e mais preocupado com a eficiência das ações, com o êxito dos projetos, pois disso depende a sua continuidade e, portanto, seu próprio emprego.

Como característica dos anos 90, no que se refere às lutas e ações sociais, cumpre registrar a questão da participação da população nas estruturas de conselhos e colegiados tal qual previsto na Carta Magna e como decorrentes de diferentes políticas públicas específicas. Assim, tem-se que a estratégia política pela maioria dos planos e projetos governamentais nos anos 90 tentaram viabilizar a participação da população na esfera política de uma maneira institucional, através de conselhos, colegiados e do orçamentos públicos. Dessa interação formaram-se novos espaços de discussão que conseqüentemente provocaram o surgimento da vontade coletiva no sentido plural e não-corporativo ou partidário. Essa mudança na forma de participação política faz com que o Estado não seja mais um inimigo, mas um parceiro que necessita da sociedade civil para implementação de suas políticas. Mais ainda, essa necessidade faz com que os movimentos sociais possuam uma ação própria e planejada para que não sejam alvo de políticas experimentais e passageiras e conquistem um espaço permanente. Um espaço que se situa entre o público e o privado, sendo chamado de espaço público não-estatal².

ONGs
e
Estados
parceiros!

Outra característica dos anos 90 está no plano das análises onde se destacam a cidadania coletiva e a exclusão social. A novidade em termos de cidadania está em se pensar a cidadania em termos coletivos através de

² Trata-se do espaço em que "organizações ou formas de controle 'públicas' porque voltadas ao interesse geral ; são não-estatais porque não fazem parte do aparato do Estado, seja por não utilizarem servidores públicos, seja por não coincidirem com os agentes políticos tradicionais." A esfera pública não-estatal "está voltada para o interesse público, não tem fins lucrativos, ainda que regida pelo direito privado." In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser & GRAU, Nuria Cunill. Entre o Estado e o mercado: o público não-estatal. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser & GRAU, Nuria Cunill(org). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro:Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.16-17

grupos que se institucionalizaram e apresentam-se como pessoas jurídicas de direito privado com fins públicos. A Constituição Federal de 1988 abriu espaço³ para que os novos movimentos sociais trabalhassem de uma nova forma, privilegiando a participação organizada e qualificada, com propostas, e não apenas com demandas.

Com relação à exclusão social, estão sendo analisadas temáticas como a violência generalizada, a desagregação da autoridade estatal, o surgimento de poderes paralelos ao Estado, todos resultados das condições socioeconômicas vividas nas últimas décadas que geram a desagregação social como contraponto à organização da própria sociedade.

Com a preocupação de traçar um perfil em comum dos movimentos sociais dos anos 90 poderia se dizer que tratam-se de movimentos que estão se articulando sob a forma de redes de movimentos sociais e trazendo com isso uma nova concepção de sociedade civil que na sociedade informacional tende a se tornar uma sociedade civil planetária. Para se tentar entender as redes de movimentos sociais originadas a partir das transformações tecnológicas e sociais que ocorreram no mundo na última década, serão tratados neste capítulo o conceito de redes, as causas principais de sua formação, os tipos de redes e suas características, além da sua forma de atuação.

2.1 O conceito de redes de movimentos sociais

As redes de movimentos sociais que apareceram na América Latina na última década surgiram devido a inúmeros fatores decorrentes principalmente das transformações políticas ocorridas nessa região nesse período.

Além disso, o processo de democratização dos países subdesenvolvidos possibilitou e abriu espaço para a consolidação dos movimentos sociais reivindicativos surgidos inicialmente em prol da

³ Sobre a previsão de participação popular na Constituição de 1988 ver WOLKMER, Antonio Carlos. Crise de representação e cidadania participativa na Constituição brasileira de 1988.... p.39-48.

desmilitarização dos governos e que na última década se modificaram para continuarem a existir. Convencionou-se chamar de Organizações Não-Governamentais, ONGs, aqueles movimentos que se transformaram e organizaram em instituições se definindo como pessoas jurídicas de direito privado com fins públicos, que não possuem fins lucrativos e que contam com a participação voluntária de seus membros, principalmente do seu conselho diretor.

As ONGs distinguem-se dos movimentos sociais anteriores por sua forma institucionalizada e pela inovação na área de atuação pois além das instituições de assistência social, recreativas, etc incluem-se como ONGs aquelas participantes como parceiras nas políticas públicas e aquelas preocupadas com a mobilização política da sociedade. Essas últimas são inovações da própria sociedade civil que ao invés de apenas reivindicar passa a cooperar com o Estado, tentando promover transformações dentro da própria sociedade travando lutas contra a discriminação social, étnica e de gênero, de meio ambiente. Além disso procura desenvolver a própria sociedade atuando com relação a desigualdade e a qualidade de vida.

ONGs
x
Movimentos
sociais

No campo teórico, como fator que favoreceu ao aparecimento das redes, está a crise das utopias tradicionais próprias dos movimentos de esquerda que atribuíam um papel central a um sujeito histórico privilegiado e agora tendem a modificar seus paradigmas de interpretação abrindo espaço para a possibilidade de novas formas de atuação política através de sujeitos coletivos plurais. No campo jurídico-político, o pluralismo jurídico com a proposta comunitária-participativa vem atender justamente essa necessidade de construção teórica. Essa modificação de paradigmas fez com que se questionasse a atuação política dos movimentos sociais das décadas de 70 e 80 e esses redirecionassem sua forma de atuação política, tornando-a mais plural, menos reivindicativa embora mais atuante. Portanto, a idéia de rede é interessante para os anos 90, pois essa nova forma de articulação resume a complexidade social das sociedades pós-modernas onde há múltiplos grupos e a sociedade civil encontra-se atomizada, e se articula dentro dos ideais de

Sujeito
histórico
privilegiado
x
Sujeito
coletivo

solidariedade e de cooperação. Solidariedade significa responsabilidade social com o bem comum, conciliando interesses individuais e comunitários.

Paralelamente a esse fortalecimento da sociedade civil, outro fator que contribui para a formação de redes de movimentos sociais foi o desenvolvimento tecnológico que otimizou a troca de informações através da Internet, de correio eletrônico, e possibilitou a formação de banco de dados, publicação de textos, difusão de idéias de forma mais rápida e econômica. Graças aos novos meios de comunicação, houve a possibilidade de uma articulação mais integrada entre as organizações sociais de âmbito local com as organizações sociais internacionais. Esse movimento de internacionalização das demandas locais decorre de um processo que vem estimulando e apoiando a formação de redes transnacionais entre ONGs e movimentos sociais o que contribui para a formação da sociedade civil planetária. Além disso, as redes de movimentos sociais articuladas através da rede eletrônica de computadores podem atuar mesmo a nível local de forma mais ágil.

desenvolvimento
tecnológico
↓
criação de
redes informacionais
do 3º setor.

Para se falar em redes de movimentos sociais, é necessário, primeiramente, definir o que seriam movimentos sociais. SCHERER-WARREN⁴ define os movimentos sociais como formas de ações coletivas que desenvolvem práticas reativas em determinado momento histórico-social. Essas práticas definem o caráter dos movimentos sociais que podem ter como finalidades: a denúncia e o protesto; a solidariedade e a cooperação para a resolução de problemas; ou a construção de uma identidade coletiva, baseada em uma utopia de transformação que prevê projetos alternativos e propostas de mudanças. Contudo, essas práticas – reivindicativa, solidarística e propositiva – podem se desenvolver num mesmo movimento de acordo com o seu projeto civilizatório.

Definição
de
movimentos
sociais

Essa definição retrata de forma bem clara os movimentos sociais típicos dos anos 90, que prevêem além das ações reivindicativas ou contestadoras,

⁴SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 14

práticas que sugerem a participação dos movimentos sociais como parceiros na solução dos problemas sociais e que objetivam o surgimento de um ideário ético-político promotor de uma visão emancipadora da sociedade civil.

Essa mudança é percebida pelas definições dadas pelos sociólogos na década de 80 que retratavam os movimentos sociais em sua época. Nesse período, GOHN⁵ definia os movimentos sociais urbanos como "espontâneos, policlassistas, reivindicatórios e defensivos. São fruto de manifestações coletivas, que giram em torno de um núcleo articulador e não de um líder, como os antigos movimentos operários." Assim como CAMACHO⁶ que definiu os movimentos sociais "como uma dinâmica gerada pela sociedade civil, que se orienta para a defesa de interesses específicos. Sua ação se dirige para o questionamento, seja de modo fragmentário ou absoluto, das estruturas de dominação prevaletentes, e sua vontade implícita é transformar parcial ou totalmente as condições de crescimento social." Percebe-se nessa definição o caráter reivindicatório ou contestador dos movimentos sociais urbanos presentes nas décadas de 70 e 80, porém, não se pode falar ainda em uma prática propositiva preocupada com a transformação de identidade coletiva, que é uma característica típica dos movimentos sociais dos anos 90.

Para a melhor compreensão do fenômeno movimento social urge distingui-lo das categorias de associativismo civil e sujeitos sociais, ressaltando que os movimentos sociais constituem categoria mais ampla e que inclui as outras duas.

Utilizando-se da escola européia e com base no conceito de ator social de Alan Touraine, SCHERER-WARREN⁷, define Sujeito social como aquele que:

...refere-se à relação de responsabilidade e de autocriatividade positiva, não destrutiva, que o indivíduo estabelece consigo mesmo e com a sociedade em que vive. É a idéia do sujeito-no-mundo ou do

⁵GOHN, Maria da Glória. **Reivindicações populares urbanas**. São Paulo: Cortez, Autores Associados. 1982.p.12.

⁶ CAMACHO, Daniel. Movimentos Sociais: algumas discussões conceituais. In: KRISCHKE, Paulo J. & SCHERER-WARREN, Ilse (orgs.). **Uma revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: brasiliense, 1997. p.216-217.

⁷ SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras....** p. 15.

cidadão-no-mundo. Por isso fala-se de construção de sujeitos, pois este se constitui nas relações sociais, que inclui a autonomia, ou autocriatividade, e a alteridade, ou o reconhecimento e respeito ao outro e à diversidade, mas em um mundo construído coletivamente e referenciado por valores, que se tomam socialmente relevantes nos grupos identitários e, às vezes, universalizam-se. Conforme Touraine (1994:213-45), 'o sujeito é a vontade de um indivíduo de agir e de ser reconhecido como ator, [...] tornar-se o agente de uma obra coletiva... É pela relação ao outro como sujeito que o indivíduo deixa de ser um elemento de funcionamento do sistema social e se torna criador de si mesmo e produtor da sociedade.'

Esse sujeito coletivo, assim definido, age no interior de grupos organizados e interage com outros grupos, articulando-os entre si. Pode-se definir esses grupos organizados como associações civis, que se distinguem do sujeito social, tratando-se de pessoas jurídicas de direito privado com fins públicos, que possuem algum grau de institucionalização com ações coletivas definidas pelas propostas criadas pelos sujeitos sociais. Estão entre esses grupos organizados as associações de moradores, ONGs, grupos de mútua-ajuda, grupos de jovens, mulheres, étnicos, ecologistas entre outros.

Conclui-se que o movimento social é fruto da articulação entre os sujeitos sociais e as associações civis sendo um conjunto mais abrangente de práticas socio-políticas. São exemplos os movimentos pela paz, ecológico, feminista, negro, de direitos humanos, de democratização da esfera pública, de combate à pobreza ou exclusão social, e assim por diante

Dessa definição começa a se perfilar a noção de rede, já que o movimento social não é visto de uma forma estanque e sim como um produto de articulações. Essas articulações podem ocorrer entre o sujeito social e a sua associação como também podem ocorrer entre diferentes associações. Esses grupos organizados são justamente os elos das redes de movimentos sociais. Esse conjunto de articulações é que dará origem ao conceito de rede.

O conceito de redes é um paradigma de análise utilizado por várias ciências, possuindo diversos significados. Além de conceito teórico e prático, o termo rede tem sido utilizado por algumas entidades e movimentos da esfera pública não-estatal, como nomenclatura para denominar a organização ou estrutura, é o caso da Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora no Brasil como

capacidade de
articulação
↓
origem
das
redes.

também a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (criada em março de 1999)⁸.

As ciências, em geral, utilizam de diversas maneiras o conceito de redes. Conforme relata SCHERER-WARREN⁹ pode-se extrair várias contribuições de diversas áreas da Ciências Humanas e Tecnológicas. A Administração por exemplo utiliza a análise de redes organizacionais, empresariais e de controle. A Antropologia analisa os conceitos de redes de vizinhança, de parentesco, de amizade. A Sociologia traz a idéia de redes como articulações política, ideológica ou simbólica. Já a Ciência da Computação contribui para essa multiplicidade de usos trazendo a idéia de redes de informação que auxilia a conceituação da Internet. Algumas abordagens ainda tendem a ser interdisciplinares para serem mais completas, dependendo do objeto de estudo. Na Europa, no campo econômico, encontra-se em uso a expressão Rede de Economia Solidária, referindo-se a articulação de certas atividades de financiamento, produção e comércio.¹⁰

A noção de redes presente neste trabalho será a que se refere a uma estratégia de ação coletiva proposta por atores coletivos e movimentos sociais. Esse conceito propositivo possui atributos ideológicos e simbólicos e refere-se a uma nova forma de organização e de ação, tal qual uma rede. Segundo SCHERER-WARREN¹¹, intrinsecamente a essa nova forma de organização encontra-se " uma nova visão do processo de mudança social - que considera fundamental a participação cidadã - e da forma de organização dos atores sociais para conduzir esse processo."

Só recentemente essa forma de atuação dos movimentos sociais em rede tem merecido destaque como objeto de estudo. GOHN¹² ressalta que

⁸ MANCE, Euclides André. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petropolis: Vozes, 2000. p. 19

⁹ SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras....** p. 21

¹⁰ MANCE, Euclides André. *op.cit.* p. 19.

¹¹ SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras....** p. 24.

¹² GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997. p. 337.

devido à ascensão das ONGs muitos pesquisadores começaram a interessar-se pelo estudo das redes sociais "...menos como articulação política e mais como elemento explicativo da estrutura e funcionamento das organizações que passaram a operar com certo grau de institucionalização."

A abordagem sociológica incorpora a noção de redes com base em duas perspectivas: a análise da ação coletiva e da teoria de mobilização de recursos da escola americana e a teoria dos novos movimentos sociais de tradição européia.

Para a Escola americana os atores coletivos se mobilizam e formam redes. Essas redes constituem a forma como os atores coletivos se organizam. Essas redes podem ser formais ou informais e ainda podem ter elos fortes ou fracos. As redes formais são aquelas institucionalizadas em que envolvem-se grupos já constituídos legalmente. As redes informais seriam aquelas submersas no interior da sociedade como as redes de amigos, de estudantes, de parentes. O que confere a característica de estabilidade e de permanência dessas redes seriam os elos que as conectam. Os elos fortes presentes entre grupos de amigos, de parentes, de vizinhos dão um caráter mais estável e permanente as redes constituídas mesmo que essas sejam informais. Os elos fracos decorrem de relações esporádicas entre grupos ou pessoas como as reuniões partidárias ou as reuniões de associação de bairro.

A escola européia já vê as redes como o campo de articulações políticas, ideológicas ou simbólicas dos atores coletivos. Seguindo essa orientação MELUCCI citado por SCHERER-WARREN¹³, define rede como :

...uma área de movimento, formada por pequenos grupos e indivíduos que compartilham de uma identidade coletiva e de uma cultura de movimento, comportam mensagens simbólicas que desafiam os padrões dominantes, propondo inovações culturais. Redes submersas, baseadas em códigos culturais e solidariedades construídas no cotidiano, podem tornar-se redes com visibilidade (articulações políticas) quando pequenos grupos se mobilizam para interferir nas políticas públicas. (p 60-62)

¹³ SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras....* p. 26

A tendência da escola norte-americana atual é justamente tentar conciliar as duas escolas na utilização da noção de rede. DIANI, citado por SCHERER-WARREN¹⁴, nesse sentido aponta a seguinte definição: "Um movimento social é uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajados num conflito político ou cultural, com base numa identidade coletiva comum." Assim, essa definição procura mostrar que uma organização formal não é por si só um movimento mas faz parte de um movimento maior (que poderia ser chamado de rede) que conecta grupos institucionalizados, grupos informais e indivíduos que estão relacionados por terem um objetivo em comum (um conflito político ou cultural).

Se for inserido nessa discussão a comunicação mediada por computadores que formam o ciberespaço, pode-se dizer que o ciberespaço dá a possibilidade aos atores coletivos se organizarem sob a forma de redes (tal qual propõe a escola americana) e compartilharem em tempo real suas idéias e políticas constituindo assim o campo de articulações dos atores coletivos seguindo a proposição européia.

O conceito de rede trazido por MANCE¹⁵ é mais amplo abrangendo também sua forma de atuação, o que seria o seu caráter revolucionário e complexo:

*Definição de rede
por MANCE*

Trata-se de uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nóculo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos.

Trazendo a rede para os movimentos sociais poderia se dizer que os nóculos maiores ou com maior estabilidade seriam as ONGs que estariam conectadas por fios a outros nóculos de mesmo tamanho, no caso outras ONGs, ou outros nóculos diversos, como grupos informais, atores sociais,

¹⁴ SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras....** p. 26

¹⁵ MANCE, Euclides André. *op.cit.* p. 24.

associações locais, instituições governamentais. Os fios que interconectam esses nódulos seriam as práticas sociais e os meios de comunicação.

DOIMO¹⁶ procura definir redes sociais como aquelas "...que se tecem no âmbito dos desejos e das intencionalidades, pois é através delas que circulam os interesses, os bens e as informações num universo político não-especializado e institucionalizado." Complementa dizendo:

No caso específico do movimento popular, constituíram-se diversos tipos de redes sociais, agregando uma infinidade de pessoas predispostas à participação movimentalista. Tratam-se de redes territoriais, temáticas e de influência que cruzaram transversalmente diversas instituições de porte, como a Igreja Católica e o ecumenismo secular, envolvendo segmentos da academia científica e agrupamentos de esquerda, inclusive alguns partidos e setores do sindicalismo, além de terem encontrado terreno fértil nas ONGs, não por acaso constituídas no processo de interação seletiva entre esses grupos e instituições.¹⁷

Versões da
Rede
por

DOIMO.

Nessa definição proposta por DOIMO (1995) há o destaque do papel das ONGs como o terreno fértil para a produção e articulação entre as mais diversas instituições e grupos. SCHERER-WARREN (1999) e GOHN (1997) também ressaltam o papel das ONGs na constituição e formação dessas redes de movimentos sociais. SCHERER-WARREN as coloca como o elo de ligação forte das diversas malhas que constituem as redes de movimentos sociais. Assim como, GOHN¹⁸ analisando as diferenças entre as ONGs e o próprio movimento social coloca-as em papel de destaque:

Nessa transformação, as ONGs ganharam maior espaço e centralidade na direção e condução do próprio movimento. Este aspecto também tem seu lado positivo: demonstra que a ausência de mobilização não significa colapso da rede movimentista social porque quando necessário, as ONGs acionam as ações coletivas e o movimento social reaparece em cena: impeachment, contra-reformas etc.

¹⁶ DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.p.151

¹⁷ DOIMO, Ana Maria. op.cit. 151-152

¹⁸ GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania.....** p. 52.

As abordagens acima citadas e os conceitos ali elaborados pretendem caracterizar os movimentos sociais dos anos 90. Percebe-se que a inovação dos movimentos sociais dos anos 90 está na sua forma e na sua ideologia. E a noção que melhor generaliza esses movimentos sociais novos seria a noção de rede. Em síntese, o conceito de rede aqui proposto é constituído de dois campos: um estrutural e outro ideológico. No campo estrutural entende-se rede como uma forma de auto-organização e de relacionamento interorganizacional dos atores coletivos. No campo ideológico, como característica fundamental dos movimentos sociais nos anos 90, essas redes devem ter compromisso com a transformação social através de bases democráticas plurais que possibilitem relações horizontalizadas e o respeito à diversidade cultural e ao pluralismo ideológico. Essas redes devem ter ainda o propósito de ligar o local com o global, fazendo a ponte necessária para que os problemas sejam mais facilmente resolvidos. O perfil das redes de movimentos sociais nos anos 90 é bem sintetizado na definição de SCHERER-WARREN¹⁹:

estrutura e ideologia das redes

A análise em termos de redes de movimentos implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo. Enfim, trata-se de buscar os significados dos movimentos sociais num mundo que se apresenta cada vez mais como interdependente, intercomunicativo, no qual surge um número cada vez maior de movimentos de caráter transnacional, como os de direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas, étnicos e outros.

2.2 As características e tipos de redes de movimentos sociais

Segundo SCHERER-WARREN²⁰ são características comuns das redes de movimentos sociais que estão se formando no Brasil na década de 90 "a busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais; transnacionalidade; pluralismo organizacional e ideológico; atuação nos campos cultural e político."

¹⁹ SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras...**p. 27.

²⁰ SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo:Loyola,1993.p.199.

As articulações de atores e movimentos sociais e culturais podem ocorrer de várias formas e por múltiplos motivos. Assim, pode-se classificar as redes de movimentos sociais quanto aos sujeitos sociais e grupos organizados que a integram:

- Redes de movimentos sociais formais: seriam aquelas formadas ou articuladas entre atores sociais institucionalizados (ONGs, associações de moradores, órgãos públicos)

- Redes de movimentos sociais informais: seriam aquelas formadas por atores sociais sem nenhuma institucionalização (grupos populares em geral, comunidades virtuais)

Redes de movimentos sociais mistas ou propriamente ditas : formadas por articulações entre atores sociais institucionalizados e os não institucionalizados. Essa forma seria a que mais caracteriza as Redes de movimentos sociais já que, baseando-se no conceito propositivo de Redes da escola americana atual, as redes se caracterizam justamente pela pluralidade de articulações que elas possuem entre as mais diversas formas de organismos sociais. Um dos exemplos seria o MST, onde há múltiplas organizações, acampamentos, assentamentos, grupos de coordenação, uma ONG, grupos de apoio, assentados, trabalhadores sem-terra articulados cuja proposta de transformação conecta seus membros e cria uma identidade de sem-terra. Outro exemplo seriam os Fóruns de movimentos sociais como o Fórum de ONGs Ecológicas (Rio de Janeiro, 1992) e o Fórum Social Mundial (Porto Alegre, 2001) que foram organizados pelas ONGs e reuniram diversas organizações multiformes, dando participação a todos aqueles interessados, sem a preocupação de serem institucionalizadas ou não, para discutirem a mesma temática e buscarem soluções, que no primeiro caso foi o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável e no segundo, foi a exclusão social.

As articulações também visam objetivos diferentes:

- interesses locais ou globais;
- interesses informacionais (troca de experiências, documentos, dados);
- defesa dos direitos sociais e cidadania;

Redes
Mistas

- interesses momentâneos (como exemplo pode-se citar o movimento pela Ética na política e o movimento dos caras-pintadas)

A transnacionalidade é uma característica que não está presente em todas as redes de movimentos sociais dos anos 90 mas trata-se de uma característica única e peculiar das organizações dessa última década principalmente quando se fala em redes de movimentos ecológicos e na luta pelos direitos humanos. Esses últimos atuam como mecanismos de pressão institucional e cultural, favorecendo movimentos populares locais e participando de redes transnacionais de informação e solidariedade. Essa característica possibilita a troca de informações, o repasse de recursos financeiros de fontes internacionais além de possibilitar a cooperação entre organizações locais e globais permitindo a discussão de estratégias e prioridades para a resolução de diversos problemas.

Além disso, essas redes de movimentos sociais são marcadas pelo pluralismo organizacional, pelo fato dos atores sociais participarem de várias organizações e pelo fato de incorporarem atores coletivos com as mais diversas concepções ideológicas ou simpatias partidárias variadas. As redes atuam ainda na transformação da opinião pública, constituindo-se força de pressão ao mesmo tempo que trabalham com a questão da criação de uma mentalidade ético-solidária coletiva.

As redes de movimentos sociais encontradas na América Latina são de vários tipos e articulam as ONGs de forma variada. SCHERER-WARREN²¹ enumerou as seguintes:

- redes temáticas que são aquelas que interligam ONGs e sujeitos sociais que atuam em torno de uma só temática como o meio-ambiente, a criança, o idoso, o negro. Um exemplo é o Rede Criança em Vitória-E.S que reúne instituições filantrópicas e entidades governamentais que apoiam e assistem a crianças e adolescentes. O Movimento Sem-Terra também se encaixa nesse tipo.

²¹ SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras*....p. 51

- redes de associações de ONGs são aquelas redes que associam grupos institucionalizados do mesmo tipo, como todas as associações de bairro de uma cidade, para a troca de experiências e informações. Um exemplo concreto é a ABONG (Associação Brasileira de ONGs) que foi criada em 1992 para atuar como apoio às outras ONGs brasileiras.

- fóruns de ONGs são redes especialmente voltadas para a discussão de propostas de ação, projetos em comum, estratégias sobre um mesmo tema, unindo para isso diversos organismos provenientes da sociedade civil e do governo. Alguns exemplos ocorridos no Brasil foram a Eco 92 no Rio de Janeiro e Fórum Mundial Social em Porto Alegre em Janeiro de 2000.

- redes de informação e de reflexão são redes responsáveis pela transmissão e divulgação de notícias entre os diversos organismos coletivos e ainda assumem o caráter de fomentadoras de reflexões políticas e culturais entre os diversos atores sociais através da publicação de artigos, revistas e jornais. Um exemplo dessa rede é o RITS, rede de informações para o terceiro setor, que age como difusor de informações via Internet, além de contribuir para que as organizações sociais entrem na rede.

- interface de experiências seria a união esporádica das ONGs em torno de um projeto em comum. Esse é a caracterização do Cecca (Centro de Estudos Cultura e Cidadania), com sede em Florianópolis, que busca articular ONGs, organizações populares, sindicatos e atores sociais em prol do fortalecimento da sociedade civil.

Interessante notar que essas redes se interligam através de seus atores, havendo conexões que ligam uma rede a outra e assim sucessivamente, o que forma uma rede constituída por várias redes articuladas. As ONGs constituem um forte elo na organização dessas redes, sendo o organismo melhor preparado para a conexão entre os mais diversos grupos sociais. Porém, estes não são necessariamente os únicos elos, podendo haver outras redes que se constituam sem a interconexão de uma ONG. O uso dos meios eletrônicos faz surgir redes informais ou submersas formadas por diversos atores sociais em articulação e em torno de um objetivo

comum. Na maioria das vezes utilizam-se do correio eletrônico e do mundo eletrônico para se articularem. Por exemplo: a procura de entes desaparecidos, doadores de órgãos ou sangue, movimentos de protesto contra políticas governamentais. São redes informais que estão sendo formadas no ciberespaço e que refletem a força de articulação possibilitada pelos novos meios de comunicação. SCHERER-WARREN²² em conferência na UFES em 23 de Março de 2001 as chamou de "redes de comunidades virtuais identitárias" que

(...) são a forma que os múltiplos atores específicos dos novos movimentos sociais têm encontrado para marcar sua presença e dar continuidade ao movimento no cenário globalizado. Estas comunidades são mais virtuais, baseadas em intercâmbios solidarísticos, do que formas de organizações coletivas centralizadas, como exemplo temos as múltiplas redes que se tem organizado no espaço cibernético. Ao lado das inúmeras redes de movimentos libertários [o movimento zapatista], também surgem redes reacionárias, como as dos neo-nazistas.

O sistema de redes funciona como um sistema aberto que se auto-reproduz, isto é, "como um sistema autopoietico"²³. A título de exemplificação, pode-se citar uma rede que conecta grupos de movimentos em prol da defesa da mulheres. A rede fará a articulação entre todos os movimentos deste tipo fortalecendo cada movimento em particular pelos intercâmbios que passarão a ocorrer entre eles e, assim, tal fortalecimento contribuirá para o surgimento de novos movimentos de mulheres em outras cidades, a fim de ampliar o combate à violência contra a mulher e a defesa de seus direitos, abrangendo uma área muito maior do que a atingida pelo conjunto dos movimentos de mulheres antes organizados sem a referida articulação.

Tem-se que a rede, portanto, possibilita uma reprodução articulada de movimentos que interagem entre si em uma linha horizontal, não havendo um único centro controlador nem uma hierarquização de movimentos, o que

²²SCHERER-WARREN, Ilse. **Ações Coletivas em tempos de globalização: movimentos sociais e ONGS**. Palestra proferida em conferência promovida pelo Núcleo de Estudos de Movimentos e Práticas Sociais/UFES, Vitória, 23 mar.2001.

²³ MANCINI, Euclides André. op.cit. p. 24.

contribui para a construção de uma consciência democrática dentro e fora dos próprios movimentos. Portanto, além de ampliar a ação de movimentos organizados através de sua auto-reprodução, as redes de movimentos sociais ajudam a consolidar ou formar práticas democráticas no âmbito da sociedade.

Pode-se destacar também que as redes ampliam a intensividade dos movimentos sociais. Isso significa que as redes podem atingir e envolver um maior número de pessoas no local onde aquele movimento atua, traduzindo-se em surgimento de outros pequenos nódulos naquela região articulados entre si e conectados à rede em geral. Outra marca importante das redes de movimentos sociais seria a sua possibilidade de expansão das práticas para outros territórios, colaborando no surgimento de novas unidades e no desenvolvimento destas, o que ampliaria a abrangência da rede e fortaleceria o seu conjunto.

A atuação dos movimentos sociais em rede é inovadora e revolucionário devido a sua diversidade, sua integralidade e a sua capacidade de realimentação. Assim, os movimentos sociais em rede são capazes de conectar diversos grupos e sujeitos sociais, além de diversas práticas e ações realizadas na esfera pública não-estatal e na esfera pública estatal que envolvem ONGs, organizações populares, associações, movimentos, comunidades virtuais, Conselhos populares, secretarias municipais e estaduais referentes ao objeto do movimento. Esses colaboradores atuarão em solidariedade uns com os outros, articulando seus recursos e consolidando a implementação de seus projetos, o que fortalecerá cada nó na medida em que ele manterá um fluxo constante com os demais.

A integralidade das redes de movimentos sociais estaria na capacidade de colocar os objetivos específicos de cada nódulo (cada agrupamento social) em comum a todos os nódulos que integram a rede. Assim, haveria uma colaboração solidária entre os nódulos daquela rede na luta por objetivos comuns, que não seriam mais de um nódulo em si mas de toda a rede de uma forma generalizada. Essa capacidade de integração acaba por contribuir no

Atuação
em
rede
os nós

fortalecimento das lutas de cada nóculo em si, além de ampliar a intensividade e a extensividade da rede de movimentos sociais.

A capacidade de realimentação da rede estaria na possibilidade de que as ações desenvolvidas pela rede, através de seus nóculos e articulações, agenciem novas ações, ampliando-a enquanto rede e expandindo o conjunto de suas ações

...em um círculo virtuoso capaz de envolver cada vez mais pessoas, atuando sobre objetos sempre mais diversos que fazem brotar novos nóculos que, por sua vez, fortalecem o conjunto da rede, na medida em que introduzem diversidades que perpassam os fluxos do conjunto, possibilitando novas transformações de cada nóculo em particular e da rede como um todo.²⁴

Conclui-se que os movimentos sociais atuando e se organizando sob a forma de redes poderão ampliar suas ações e seu campo de atuação, além de integrar vários grupos com objetivos diferentes que possibilitarão novas formas de atuação a partir das especificidades de cada grupo envolvido. Portanto, as redes de movimentos sociais, a partir de sua forma de atuação, teriam as seguintes características: intensividade, extensividade, diversidade, integralidade e capacidade de realimentação além de atuarem de forma horizontal e descentralizada.

Importante destacar que as redes de movimentos sociais colaboram para a construção de uma conscientização democrática na sociedade civil a partir de suas práticas horizontalizadas e descentralizadas. Além disso, as redes fortalecem a sociedade civil como um todo não deixando que ocorra a atomização da sociedade, pois caso isso ocorresse, existiriam vários grupos de interesses lutando em diversas direções e competindo entre si, o que resultaria no enfraquecimento da sociedade. As redes em sua articulação tentam justamente combater esse enfraquecimento.

As redes de movimentos sociais podem potencializar suas ações, isto é, intensificar suas características de atuação com a ajuda dos meios de comunicação informatizados, pois tais recursos permitem a comunicação com

²⁴ MANCE, Euclides André. op.cit. p. 25.

As redes
de movimentos
sociais

rapidez e agilidade. Tamanha é a facilidade que várias pessoas de diferentes localidades hoje podem conversar através do computador em tempo real. Além da comunicação ágil, os novos meios de comunicação informatizados permitem a organização dessas redes no interior do ciberespaço, como é o exemplo das comunidades virtuais. O tema é novo e receberá devida atenção no próximo capítulo. Porém, antes, será analisada, sob o enfoque jurídico, a consolidação das redes de movimentos sociais nos anos 90 como novos sujeitos coletivos de Direito, comparando-os com os movimentos sociais anteriores (70 e 80) e dentro da ótica do Pluralismo Jurídico.

2.3 As redes de movimentos sociais como sujeitos coletivos de Direito

A sociedade civil em movimento, a despeito do obstáculo jurídicos e institucionais, trouxe a percepção de que este processo de movimentação instaurava práticas políticas novas e criava condições para se abrir espaços sociais inéditos, revelando novos atores capazes de se auto-organizarem e de se autodeterminarem, à margem ou até mesmo em contraposição aos espaços constituídos para a sua expressão tradicional.²⁵

Essa era a visão dos autores que em 1991 tratavam dos movimentos sociais ainda em contraposição ao Estado e não como parceiros deste, mas conscientes que esses novos atores ocupavam espaços não dominados/determinados pela influência do Poder estatal dada a sua insuficiência para impor soluções diante dos conflitos modernos. Já era, portanto, reconhecido nos movimentos sociais dos anos 70/80 pelos doutrinadores do pluralismo jurídico a possibilidade daqueles construírem um novo paradigma de cultura política e de uma organização social emancipatória.

A estrutura dos movimentos sociais dos anos 70 e 80 se modificou e hoje fala-se em redes de movimentos sociais. Essa nova estrutura mostra-se adequada a globalização e vem renovando o que os sociólogos e os estudiosos dos movimentos sociais já tinham desacreditado. O que essa nova

²⁵ SOUZA Jr., José Geraldo de. op. cit. p.131

estrutura tem de diferente das antigas formas? Essa nova estrutura, as redes, são mais eficazes na concretização dos ideais democráticos e na formação de identidades e práticas de consenso. Em que elas podem contribuir para a cidadania e para educação digital? O momento talvez seja de consolidação das forças nascidas ou emergentes na década de 80 e potencializadas na década de 90 pela ajuda da tecnologia da informação assim como pelas políticas neo-liberalizantes, pela globalização econômica e pelo descrédito ou crise que passam as instituições de direito público como fontes legítimas para a solução de conflitos. Além disso, a partir dos anos 80 a militância partidária caiu em descrédito em razão da perda de prestígio dos partidos políticos, havendo uma crise de representatividade da sociedade civil e o aumento do fosso entre a mesma e o sistema institucional de representação no plano do Estado, o que reforçou a legitimidade dos novos movimentos sociais. O Estado que antes era o garantidor dos direitos fundamentais do homem "vem sendo (substituído) superado por órgãos, instituições ou entes que se apresentam como ' superiores' em nível econômico, financeiro, humanitário, coercitivo e de mecanismos internacionais."²⁶

Em suma, a globalização vem minando a força dos Estados-Nação, principalmente naqueles em desenvolvimento, e por isso deixando livre os espaços supra-estatais já que não há força reguladora capaz de controlar o imperialismo econômico dos grandes conglomerados internacionais. Ao minar a força externa, o Estado-Nação enfraquece-se, internamente, deixando espaços livres, ou sem a sua tutela, para que ocorram manifestações da sociedade civil. Se por um lado a sociedade civil se organizando, ocupa espaços antes exclusivos da esfera estatal e vai construindo o que se denomina espaço público não-estatal, constituído justamente por organismos privados que tem fins público; por outro percebe-se um descrédito das instituições públicas, da representatividade institucional através de Partidos Políticos, e a crise do próprio Direito além de uma aversão a tudo o que se

²⁶ BERTASO, João Martins. Políticas neo-liberalizantes e o Estado Social. *Revista Sequência*, Florianópolis, 2000, p.9-27.

denomina ou que possa estar incluído nesse órgão que já foi máximo, o Estado, que agora vem se reduzindo a contra-gosto daqueles que ainda não receberam a sua devida assistência e que são os mais dependentes de políticas sociais. Isto é, o Estado Social brasileiro vai aos poucos se neo-liberalizando sem que ao menos tivesse chance de se constituir por completo e, conseqüentemente, se consolidar.

As propostas nascidas de um Direito alternativo, com base no pluralismo jurídico contraposto ao monismo estatal se confirmaram na década de 90 com o fortalecimento das ONGs (essas como o elo forte das Redes de Movimentos) e das redes de movimentos sociais. Mais do que nunca tem-se incorporadas à práxis do cotidiano uma estrutura que ocupa cada vez mais espaço na lacuna deixada pelo Estado na sua postura regulatória da sociedade civil. As ONGs passaram a ocupar um espaço público não-estatal tendo muitas vezes maior legitimidade em solucionar os conflitos do que os canais tradicionais representativos como os Sindicatos, Partidos Políticos e organizações burocráticas estatais. Deve-se dizer, ainda, que esse processo de consolidação do papel da sociedade civil através das ONGs decorre de vários aspectos típicos da sociedade informacional que fortalece e amplia a atuação das mesmas em âmbito local e global, que em parte é devido aos instrumentos de comunicação como a Internet.

Essa reestruturação dos movimentos sociais, que se materializaram sob a forma de redes de movimentos sociais consolidou os movimentos sociais anteriores, sendo considerados como os sujeitos coletivos de Direito atuais, que dentro da ótica do pluralismo jurídico, configuram-se como fontes de produção jurídica, além de um dos fundamentos de sua efetividade material.

Outro fator importante na origem desse sujeito coletivo de Direito, segundo o autor, seria a própria reconstituição das relações entre a sociedade civil e o Estado e a crise da lei e da cultura legal que fazem emancipar o novo sujeito como sujeito de direito de um novo modo de produção social. WOLKMER²⁷ define os sujeitos coletivos de Direito como:

²⁷ WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico...** p.214

...identidades coletivas conscientes, mais ou menos autônomas, advindos de diversos estratos-sociais, com capacidade de auto-organização e auto-determinação, interligadas por formas de vida com interesses e valores comuns, compartilhando conflitos e lutas cotidianas que expressam privações e necessidades por direitos, legitimando-se como força transformadora do poder e instituidora de uma sociedade democrática, descentralizadora, participativa e igualitária.

De acordo com a definição de redes de movimentos sociais, exposta acima, percebe-se que essa nova estruturação dos movimentos sociais vem justamente atender aos requisitos que definem os sujeitos coletivos de Direito, pois tratam-se de entes com estruturas de auto-organização que superam os movimentos sociais dos anos 70/80, pois se preocupam com o relacionamento inter-organizacional dos atores coletivos e com a sua integração, fazendo com que sua força transformadora seja mais ampla.

Além disso, as redes apresentam como compromisso intrínseco em sua formação, a transformação social através de bases democráticas plurais que possibilitem relações horizontalizadas e o respeito à diversidade cultural e ao pluralismo ideológico. Características essas que se convolvam com os requisitos definidores apresentados no conceito de sujeito coletivo de direito, qual seja, a capacidade instituidora de uma sociedade democrática, descentralizada, participativa e igualitária.

No estudo feito dos Movimentos Sociais como fontes de produção jurídica na obra Pluralismo Jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito, Wolkmer analisa os assim denominados "Novos Movimentos Sociais" através das seguintes características: origem, objetivos, valores e princípios, formas de ação e base social. Fazendo uma comparação entre os "Novos Movimentos Sociais" e as atuais redes de movimentos sociais com base nessas características tem-se o seguinte quadro:

- Quanto à origem: os Novos Movimentos Sociais surgiram como forma de contestação ao autoritarismo das décadas de 70 e 80, com propostas reivindicatórias e setorializadas, além de serem reflexos da falta de uma real representação.

As redes de movimentos sociais são reflexo das transformações econômicas nos anos 90. Nesse contexto de mudanças, tem-se que a economia informal e o conseqüente trabalho informal ganham importância.

Com isso, a luta para melhoria das condições de trabalho vai se redirecionando para a luta pela manutenção do emprego e os sindicatos, diante de tal situação, vão perdendo a sua força e seu espaço na medida que fica difícil organizar esse setor do trabalho informal que não possui nenhuma garantia social. A proeminência do setor informal autoriza o Estado a se retirar da esfera social e as políticas econômicas vão dando suporte a essas atividades que tendem, cada vez mais, a uma produção semi-artesanal na própria unidade doméstico-familiar. Por outro lado, tendo como enfoque a sociedade civil, tem-se a conquista dos grupos e movimentos sociais que se organizaram e lutaram para se tornarem sujeitos coletivos. Assim, foram surgindo as redes de relações geradas pelas ações coletivas da sociedade civil que vem se reestruturando e se relacionando de forma diferenciada das antigas práticas com o Estado e com suas políticas públicas. O Estado, por sua vez, busca nos anos 90 transferir parte de sua responsabilidade para iniciativa privada pretendendo se tornar mais dinâmico e competitivo e, com isso, modifica suas políticas públicas que vêem a sociedade civil não mais apenas como alvo de interesse mas como uma parceira. Nessa parceria, cresce o papel das ONGs que seriam a marca dos movimentos sociais dos anos 90 devido a sua institucionalização e a sua capacidade de atuar como mediadora entre a sociedade civil e o poder governamental. Nas palavras de GOHN²⁸ essa transformação fica bem clara:

A construção de uma nova concepção de sociedade civil é resultado das lutas sociais empreendidas por movimentos e organizações sociais nas décadas anteriores, que reivindicaram direitos e espaços de participação social. Essa nova concepção construiu uma visão ampliada da relação Estado-sociedade, que reconhece como legítima a existência de um espaço ocupado por uma série de instituições situadas entre o mercado e o Estado, exercendo o papel de mediação entre coletivos de indivíduos organizados e as instituições do sistema

²⁸GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais...*p. 301

governamental. Este espaço é trabalhado segundo princípios da ética e da solidariedade, enquanto valores motores de suas ações, resgatando as relações pessoais, diretas, e as estruturas comunitárias da sociedade, dadas pelos grupos de valores motores de suas ações, resgatando as relações pessoais, diretas, e as estruturas comunitárias da sociedade, dadas pelos grupos de vizinhança, parentesco, religião, *hobbies*, lazeres, aspirações culturais, laços étnicos, afetivos etc. No Brasil, esse papel passou a ser desempenhado pelas ONGs, que fazem a mediação entre aqueles coletivos organizados e o sistema de poder governamental, como também entre grupos privados e instituições governamentais. Uma nova institucionalidade se esboçou a partir desta visão de mundo, na qual se observa a reformulação da concepção de esfera pública e do que lhe pertence. Isso resultou na construção de uma nova esfera ou subesfera, entre o público e o privado, que é o público não-estatal, e no surgimento de uma ponte de articulação entre estas duas esferas, dada pelas políticas de parceria.

Interessante notar que as redes de movimentos sociais dos anos 90, são, em última análise, a consolidação dos movimentos sociais dos anos 70 e 80 que conseguiram se afirmar na conquista do espaço representativo.

- Quanto aos objetivos: os movimentos sociais dos anos 70/80 tinham como objetivo a satisfação das necessidades humanas fundamentais locais e regionais. Já os movimentos sociais atuais trabalham com demandas globais como meio ambiente, direitos humanos, paz ou temáticas como fome, moradia, desemprego, crianças, que são objetivos mais amplos do que os movimentos sociais anteriores que atingem vários sujeitos e não mais uma classe específica e trazem, por isso, a necessidade de reestruturação das suas formas de ação .

- Quanto aos valores e princípios: os novos movimentos sociais (anos 70/80) buscavam identidade e autonomia, isto é, buscavam se tornar sujeitos de sua própria história sendo responsáveis por suas próprias ações na medida em que delas decorriam suas aspirações, seus interesses e na medida em que elas simbolizavam a ação autônoma e independente quando seus interesses não eram satisfeitos ou reconhecidos pelo Estado. As redes de movimentos sociais ultrapassam a conquista de identidade e autonomia, já se afirmando como sujeitos coletivos de Direito que agem segundo princípios da ética e da solidariedade.

- Quanto à forma de ação: os movimentos sociais dos anos 70/80 possuíam ainda ações informais e de pouca eficácia institucional, redefinindo

um espaço que minimiza a institucionalização e exige uma participação constante do corpo social, ora na tomada de decisões ora na concretização de ações. E, enquanto linhas das ações, esses movimentos assumiam, ora uma postura reivindicatória que tinha como objetivo pressionar o Estado, ora contestatória, que pretendia denunciar as lacunas do próprio Estado e ora uma postura participativa, que era uma nova perspectiva assumida por aqueles movimentos pois estavam contribuindo para a formação de cidadãos capazes de controlarem o Estado assim como assegurarem canais de participação popular descentralizadores do poder.

Com certeza, essa última linha de ação – a postura participativa – se tornou a linha principal dos movimentos sociais dos anos 90 que assumiram ações solidárias alternativas, em que parte das necessidades deve ser enfrentada coletivamente e não apenas demandada. Dentro dessa modalidade de linha de ação, os sujeitos coletivos que reivindicam, também, seriam os executores da implementação e gestão da necessidade reivindicada.

Com a proeminência dessa nova linha de ação, os movimentos sociais dos anos 90 tiveram que se estruturar e ter um grau maior de institucionalização passando a ser grupos organizados que têm como referência projetos e estratégias de execução das ações demandadas. Nessa relação, o poder público tornou-se repassador de recursos captados tanto dos cofres públicos quanto da iniciativa privada e as ONGs, por terem o conhecimento técnico na estruturação e na execução dos projetos, tornaram-se agentes mediadores dessa relação entre Estado e comunidade, desempenhando um papel central nessas ações coletivas.

Um exemplo claro dessa parceria é a recente regulamentação dessas organizações sociais que pelo seu caráter misto (entidades privadas com interesses públicos) são chamados pela doutrina jurídica de entidades paraestatais, isto é, são entidades que atuam paralelamente ao Estado. Destacam-se duas leis a respeito do tema: a Lei 9.637, de 15 de maio de 1998 que disciplina as chamadas organizações sociais e a Lei 9.790 de 23 de

março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº3.100, de 30 de junho de 1999 que disciplina as organizações da sociedade civil de interesse público.²⁹

Retomando a comparação quanto às formas de ação dos movimentos sociais anteriores e dos movimentos sociais dos anos 90, esses últimos, como já foi dito, passaram a ter infra-estruturas próprias, a se utilizar mais de recursos tecnológicos como computadores e redes da Internet. Nesse tocante, percebe-se que o uso da Internet favoreceu de duas formas os Movimentos Sociais dos anos 90. Além de tornar mais ágil a comunicação entre os diversos movimentos sociais atuantes na mesma área, possibilitou uma área de atuação mais ampla. Além disso, a própria Internet abre espaço para a criação de movimentos informais que vêm se convencendo chamar de comunidades virtuais. Essa movimentação se dá sob a forma de protestos, abaixo-assinados, correntes de ajuda mútua ou ainda comunidades temáticas de discussão como o Anarquismo, Liberdade de Expressão, além de temáticas reacionárias como Neo-nazismo.

- Quanto à base social: os novos movimentos sociais da América Latina das décadas de 70 e 80 estavam ainda identificados como as classes populares urbanas e proletárias que ainda tratavam de questões como força produtiva, relações de trabalho e subsistência material³⁰. Um dos grandes referenciais dos movimentos sociais dos anos 90 é justamente sua base pluriclassista, ideologicamente aberta. Por ter havido uma mudança dos objetivos de lutas que antes se baseavam em classes – os sem-teto, os sem-terra, as mulheres, o negro, agora se baseiam em temáticas como a fome, o desemprego, a moradia, a violência, a discriminação o que garante a esses movimentos uma base social pluriclassista, já que esses problemas não atingem a uma classe determinada e sim à sociedade como um todo.

Através dessa comparação entre os movimentos sociais, quis se demonstrar a sua evolução no sentido de se tornarem mais abertos, plurais e que compartilham de princípios básicos em comum como a participação

²⁹ Maiores informações em PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2000.p.397-409.

³⁰ WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico**.... p.124

popular, a cidadania e principalmente a construção de uma nova consciência democrática. Ressalte-se que essas foram as previsões para os movimentos sociais dos primeiros teóricos do Pluralismo Jurídico e que o momento de transformação, aqui relatado, se dá mais com relação as suas novas práticas e sua estrutura do que propriamente com suas origens. A nova geração dos movimentos sociais contribuem, através de práticas sociais alternativas e mais criativas, para a consolidação de um espaço público reformulado e inovam ao se situarem lado a lado do Estado e não abaixo dele. No próximo item será enfatizado o papel das redes de movimentos sociais na construção dessa reordenação democrática.

2.4 As redes de movimentos sociais e a democracia informacional

Como foi visto, os processos de transformação social sintetizados no tipo ideal de sociedade em rede ultrapassam a esfera de relações sociais e técnicas de produção: afetam a cultura e o poder de forma profunda. Nesse processo há que se ressaltar o papel dos meios de comunicação e a sua influência nessa transformação política. Como disse LÉVY³¹: "Os instrumentos da comunicação não serão reinventados sem que se reinvente a democracia, uma democracia distribuída por toda parte, ativa, molecular."

Os meios de comunicação são e serão sempre ligados às formas de governo. TOCQUEVILLE³² já via essa correlação de forças:

A soberania popular e a liberdade de imprensa são duas coisas absolutamente correlatas: a censura e o voto universal são, ao contrário, duas coisas que se contradizem e não podem encontrar-se, muito tempo, nas instituições políticas de um mesmo povo. Dentre os doze milhões de homens que vivem no território americano, não se encontrou um só que tivesse proposto a restringir a liberdade de imprensa.

³¹ LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva....** p.15

³² TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América.** São Paulo: Abril Cultural, 1983, p.223.

O controle sobre informações e entretenimento e por meio dele, sobre opiniões e imagens, historicamente tem sido o instrumento de sustentação de poder do Estado. Basta dizer que em tempos de governos totalitários os primeiros a sofrerem o impacto são os meios de comunicação de massa.

A partir do momento em que se tornou possível uma ampla difusão de livros e a existência de jornais formou-se a base da opinião pública. Além disso, a imprensa representa a primeira indústria de massa, e o desenvolvimento tecnocientífico por ela promovido foi um dos motores da Revolução Industrial. Até o início dos anos 80, na maior parte dos Estados, as redes de televisão eram controladas pelo governo, e estações de rádio e jornais dependiam de possíveis restrições por parte das autoridades, mesmo em países democráticos.

Na era da informação, e com apenas uma década, houve a transformação entre essa relação de controle dos Estados e da mídia. Os Estados são obrigados a enfrentar "três grandes desafios inter-relacionados: globalização e não-exclusividade da propriedade, flexibilidade e capacidade de penetração da tecnologia; e autonomia e diversidade da mídia."³³

A diversificação dos meios de comunicação e a impossibilidade de exercer controle sobre satélites que emitem sinais de comunicação além das fronteiras ou sobre a comunicação via computador por meio de linha telefônica, acabaram destruindo as tradicionais bases de defesa da regulamentação. Confirmando essa interligação entre mídia e poder, os regimes autoritários bem adaptados à mídia unidirecional, centralizadora e territorializada tiveram dificuldade em resistir às redes telefônicas, aos satélites de televisão, ao fax, às fotocopiadoras, a todos os instrumentos que estimulam uma comunicação descentralizada, transversal e não-hierarquizada. E agora, a mídia na era da Informação, com a capacidade de difundir imagens e informações via satélite ou pela Internet, aumentou de forma avassaladora a ponto de tornar qualquer tentativa de censura de notícias cada vez mais

³³ CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. p.298

ineficaz nos principais centros urbanos dos países autoritários, principalmente nos locais em que vivem as elites alternativas e de alto nível educacional.

Um exemplo da tentativa de governos totalitários manterem algum controle sobre a informação pode ser observado no governo chinês que tenta manter sob vigilância o que a população escreve e lê na internet. Em novembro de 2000, as autoridades anunciaram que os portais da internet só poderiam divulgar notícias da mídia internacional com permissão especial e que nos bate-papo somente poderiam ser discutidos temas aprovados oficialmente. No entanto, não é fácil monitorar as páginas e mensagens eletrônicas que trafegam pela rede devido ao número crescente de chineses usuários. Assuntos como o protesto na Praça da Paz Celestial e páginas e sites de dissidentes políticos no exílio ou de grupos internacionais pró-direitos humanos são terminantemente proibidas e censuradas pelo governo, há casos inclusive, de prisão dos donos das páginas acusados de subversão. O governo tenta bloquear o acesso a caixas de e-mail e páginas hospedadas em computadores fora da China, controlando as conexões da rede com o Exterior. Justifica essa atitude a proibição de publicar "segredos de Estado."³⁴

Os meios de comunicação de massa contemporâneos, ao difundirem em larga escala todo tipo de idéias e representações, colocaram em questão os estilos de organização rígidos e as culturas fechadas ou tradicionais. A partir do momento que as sociedades contemporâneas passaram a experimentar os poderes críticos e desterritorializantes da mídia clássica, e uma vez reconhecida a independência dos veículos de comunicação e demonstrada a aquiescência do caráter democrático, qualquer tentativa de cerceamento da liberdade da mídia terá um custo político elevado, pois os cidadãos, não necessariamente exigentes no que se refere à exatidão da notícia, defendem o privilégio de receber informações de fontes não relacionadas ao Estado³⁵.

Esses mesmos meios que ajudam a difundir idéias, pouco ajudam os povos a elaborarem coletivamente soluções para seus problemas e a pensarem em conjunto. LÉVY defende que esses mesmos cidadãos que têm

³⁴ MOSCHELLA, Alexandre. Democracia virtual. *Época*. São Paulo, 11 dez. 2000. p.91-92

agora a possibilidade real da liberdade de informação e expressão, devem experimentar também o aprendizado cooperativo e com isso reconstituir o laço social através da capacidade que esses novos dispositivos de comunicação têm para a formação da inteligência coletiva. Assim, a abertura comunicacional possibilitada pelas inovações técnica abrem novos campos de possibilidades para os atores sociais e principalmente para as redes de movimentos sociais. Como diz LÉVY³⁶

*Mas essa abertura talvez não dure muito. Antes de nos engajar às cegas em vias irreversíveis, urge imaginar, experimentar e promover, no novo espaço de comunicação, estruturas de organização e estilos de decisão orientados para um *aprofundamento da democracia*. O *ciberespaço* poderá se tornar um meio de exploração dos problemas, de discussão pluralista, de evidência de processos complexos, de tomada de decisão coletiva e de avaliação dos resultados o *mais próximo possível das comunidades envolvidas*.*

Os procedimentos de decisão e avaliação hoje em uso pelos governos foram propostos para um mundo relativamente estável, onde os meios de comunicação eram muito simples, ou pelo menos, mais simples do que agora. No entanto, as tecnologias da informação e da comunicação possibilitaram e forneceram um número infinito de informações que não se sabe, ainda, a sua utilidade. Mas a distância entre a quantidade de informações recebidas, ou poderia se dizer, de demandas em face das modificações sofridas pela sociedade e as decisões e orientações que estão sendo tomadas é muito grande, não só em razão da quantidade mas também em razão da forma desses procedimentos decisórios que ainda utilizam-se de formas burocráticas arcaicas o que emperra ainda mais esse sistema. Cabe ressaltar que nos governos democráticos, ainda se leva um tempo maior na tomada de decisões devido à pluralidade de interesses e de instâncias decisórias.

A administração pública, no entanto, recorre, com mais freqüência, à gestão clássica, a moda escrita, estática do que utiliza a informática de forma a agilizar a tomada de decisões. O uso da informática tem sido feito com o

³⁵ A respeito vide a nota de TOCQUEVILLE acima.

³⁶ LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**.... p.60-61.

objetivo de racionalizar e acelerar o funcionamento burocrático mas raramente com o objetivo de experimentar formas de organização ou de tratamento da informação inovadoras, descentralizadas, mais flexíveis e interativas.

O interessante dessa nova era de transformações e mudanças que está se vivendo é que na medida em que surgem os problemas, são criados meios para que esses problemas sejam resolvidos por quem tem mais interesse e de acordo com a mobilidade local. Nas palavras de LÉVY³⁷,

Entretanto, para responder à aceleração da mudança, um uso maciço das técnicas digitais de simulação, de acesso à informação *em tempo real* e de comunicação interativa pode ser revelar muito útil, *entre as mãos de todos os cidadãos*. Como tratar enormes massas de dados concernentes a problemas interligados em situação de mobilidade? Provavelmente adotando estruturas de organização que favoreçam uma verdadeira *socialização das resoluções de problemas*, em vez de seu tratamento por instâncias isoladas, com risco de rapidamente se tornarem concorrentes, serem engolfadas, superadas e expulsas da disputa. *O tratamento cooperativo e paralelo das dificuldades* requer a concepção de ferramentas de filtragem inteligente dos dados, navegação em meio à informação, simulação de sistemas complexos, comunicação transversal e observação de saberes. Pode-se supor que certas técnicas de construção interativa e de visualização de espaços de significação emergentes permitiriam caminhar nesse sentido. O uso generalizado dessas 'ágoras virtuais' melhoraria sensivelmente a elaboração das questões, a negociação e a tomada de decisão em coletivos heterogêneos e dispersos.

O fato de que esses instrumentos são aptos para propiciar a comunicação de muitos para muitos é real. A dúvida que persiste seria de como possibilitar a utilização desses instrumentos de uma maneira que todos tivessem realmente acesso. Muitas experiências têm sido feitas para que isso ocorra. E em grande parte os agentes dessa mudança e quem tem feito os melhores usos desses instrumentos são as redes de movimentos sociais. Observando esse quadro disse LÉVY³⁸:

A democracia só progredirá explorando da melhor forma as ferramentas de comunicação contemporâneas. De modo simétrico, o aprofundamento da democracia no sentido da inteligência coletiva constituiria uma finalidade ao mesmo tempo socialmente útil e... capaz de suscitar entusiasmo entre os administradores do ciberespaço. O

³⁷ LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**.... p.62.

³⁸ LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**..... p.62.

uso socialmente mais rico da informática comunicacional consiste, sem dúvida, em fornecer aos grupos humanos os meios de reunir suas forças mentais para constituir coletivos inteligentes e dar vida a uma democracia em tempo real.(sic)

Na mesma linha, CASTELLS³⁹, retrata que a democracia política nos moldes das revoluções liberais dos século XVIII e do modo como foi difundida em todo o mundo no século XX, transformou-se num vazio, numa mera forma. Não que tenha se tratado apenas de uma "democracia formal"⁴⁰ que seria a forma de governo baseada nos procedimentos democráticos, tais como o sufrágio universal e secreto e o respeito às liberdades civis que corresponderia a uma definição mínima de democracia em que se atribui a um grande número de cidadãos o direito de participar direta ou indiretamente da tomada de decisões coletivas baseada na regra da maioria.⁴¹ Porém, as novas condições institucionais, culturais e tecnológicas do exercício democrático tornaram obsoletos o sistema partidário existente e o atual regime de concorrência política como mecanismos adequados de representatividade política na sociedade em rede.

Uma das possibilidades vislumbradas por CASTELLS é a recriação do Estado local. Em várias sociedades em todo o mundo, a democracia local parece estar florescendo, ao menos em termos relativos à democracia política nacional⁴². Isso ocorre, principalmente, quando governos regionais e locais passam a atuar em conjunto, e estendem seu raio de ação buscando a descentralização nas comunidades e a participação dos cidadãos. No momento em que os meios de comunicação eletrônicos também são empregados no intuito de aumentar a participação e o número de consultas feitas pelo cidadãos (como é o caso da cidade digital de Amsterdã, na Alemanha e o sistema público de rede de Santa Monica, na Califórnia, Estados Unidos que serão vistos no capítulo seguinte), novas tecnologias contribuem

³⁹ CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. p.408

⁴⁰ Sobre democracia formal ver BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. 7ed. São Paulo: Paz e terra, 1999. p. 157.

⁴¹ BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade....** p. 20.

⁴² Nesse sentido pode se perceber a ampliação de competências dos municípios na Constituição Federal de 1988.

para uma maior participação no governo local. Percebe-se, portanto, que a comunicação eletrônica pode aprimorar formas de participação política e comunicação horizontal entre os cidadãos.

Com efeito, o acesso *on-line* a informações e a comunicação mediada por computadores facilitam a difusão e a recuperação de informações, proporcionando interação e realização de debates em um fórum eletrônico independente, capaz de escapar do controle da mídia. Referendos sobre uma ampla gama de questões podem ser uma ferramenta muito útil quando utilizados com cuidado, sem cair na estrutura simplista da política de referendos. Com relação aos cuidados que se deve ter com esse instituto tem-se o seguinte alerta de RAMONET citado por CEBRIÁN⁴³:

'Imaginemos um *referendum* sobre a pena de morte organizado alguns dias depois de um assassinato especialmente monstruoso e amplamente coberto pelos meios de comunicação. O resultado seria evidente. A democracia eletrônica pode conduzir, assim, diretamente ao linchamento eletrônico. A interatividade do cibercretinismo.'

No entanto, e acima de tudo, tais referendos asseguram aos cidadãos o direito de formar suas próprias constelações políticas e ideológicas, passando ao largo de estruturas políticas já estabelecidas, criando portanto um campo político flexível e adaptável. Seria a instauração do governo eletrônico que GORE⁴⁴ chamou de e-gov: "O mundo de e-gov é aquele em que os cidadãos podem usar a Internet para conseguir informações e serviços governamentais onde e quando precisarem."

Sérias críticas, no entanto, podem ser e efetivamente têm sido endereçadas às perspectivas de uma democracia eletrônica. Por um lado, caso essa variante de política democrática se instaure como importante instrumento de debate, representação e decisão, certamente institucionalizaria uma forma de "democracia ateniense" que era feita por meio de assembleias e não era representativa, tanto em nível nacional como internacional. Ressalte-

⁴³ CÉBRIAN, Juan Luis. op.cit.p.79

⁴⁴ GORE, Al. Reinvenção globalizada. *Folha de São Paulo*. p. A3, 29 mai. 2000.

se que não seria, portanto, uma democracia direta tal qual proposto e defendido por Rousseau, seria uma democracia em que apenas uma elite relativamente pequena, afluyente, e de bom nível educacional de alguns países e cidades teria acesso a uma extraordinária ferramenta de informação e participação política, realmente capaz de reforçar o exercício da cidadania, enquanto que as massas excluídas e desprovidas de educação em todo o mundo e nos diferentes países permaneceriam à margem da nova ordem democrática, a exemplo dos escravos e bárbaros nos primórdios da democracia na Grécia Antiga.

A possibilidade mais viável seria a utilização da Internet como um meio de capacitação de grupos populares, na qualidade de instrumento de informação, comunicação e organização. Nessa possibilidade é que se percebem justamente o papel das redes de movimentos sociais como sujeitos coletivos de Direito. Tem-se a impressão de que é na esfera política simbólica, e na organização de mobilizações em torno de um único tema realizadas por grupos e indivíduos externos ao sistema político "principal", que a nova comunicação eletrônica poderá produzir efeitos mais drásticos. Não há como avaliar, ainda, com clareza, o impacto de tais processos na democracia. Por um lado, permitir mobilizações em torno de um único tema que ignoram a política formal pode minar ainda mais as instituições democráticas. Por outro lado, se a representação política e os responsáveis pela tomada de decisão tiverem condições de estabelecer uma relação com essas novas fontes de contribuição de cidadãos interessados na política (redes de movimentos sociais), sem que o processo fique restrito a uma elite tecnologicamente capacitada, um novo modelo de sociedade civil pode ser reconstruído, possibilitando a popularização da democracia, via eletrônica. Torna-se claro, portanto, o papel das redes de movimentos sociais na elaboração e reconstrução da sociedade civil para que cada vez mais pessoas possam estar utilizando dessa ferramenta democrática por excelência. Nesse sentido, CASTELLS⁴⁵

⁴⁵ CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. p.411

O desenvolvimento da política simbólica bem como da mobilização política em torno de causas 'não-políticas', via eletrônica ou por outros meios, é a tendência que poderia integrar o processo de reconstrução da democracia na sociedade em rede. Causas humanitárias, tais como as defendidas pela Anistia Internacional, Medicina Sem Fronteiras, Greenpeace, ... e milhares e milhares de grupos ativistas locais e globais e organizações não-governamentais em todo o mundo [que compõe as redes de movimentos sociais], constituem o fator de mobilização mais poderoso e pró-ativo na política informacional.

O poder das mobilizações e das associações, visto modernamente como um dos critérios para distinguir uma sociedade democrática de uma não-democrática, era descrito por TOCQUEVILLE⁴⁶: " não há país em que as associações sejam mais necessárias para impedir o despotismo dos partidos, ou o poder arbitrário dos príncipes, do que os de estrutura social democrática."

Em última análise, o objetivo das articulações feitas pelas redes de movimentos sociais é atuar no processo político, isto é, influenciar a gestão da sociedade pelos representantes dessa sociedade. No entanto, não necessariamente, utilizam os canais de representação política e de tomada de decisões. Tais formas de mobilização política, não partidária, parecem estar ganhando legitimidade em todas as sociedades⁴⁷, e condicionando as regras e os resultados da concorrência política formal além de estar recuperando a legitimidade do interesse pelas questões públicas nas mentes e nas vidas das pessoas. Atingem esse objetivo ao introduzirem novos processos e novas questões políticas, agravando a crise da democracia liberal clássica⁴⁸ e ao mesmo tempo estimulando o surgimento de uma possível democracia informacional⁴⁹.

Neste capítulo, procurou-se destacar a formação das redes de movimentos sociais na América Latina e o seu perfil. No campo jurídico

⁴⁶ TOCQUEVILLE, Alexis de. op.cit. p.227.

⁴⁷ Basta ter como exemplo as manifestações populares contra as reuniões das lideranças mundiais como o G-8 e a OMC.

⁴⁸ Trata-se da democracia representativa tal qual proposta pelos escritores liberais como Constant, Tocqueville, John Stuart Mill, "onde o dever de fazer leis diz respeito não a todo o povo reunido em assembléia, mas a um corpo restrito de representantes eleitos por aqueles cidadãos a quem são reconhecidos direitos políticos." BOBBIO, Norberto MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vol. 1, 7 ed. Brasília: UnB, 1995. p. 324.

⁴⁹ Termo utilizado por CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. p.412

procurou-se demonstrar que as redes de movimentos sociais consolidam a proposta do pluralismo jurídico comunitário-participativo como fontes de produção jurídica, e são ideais na reordenação do espaço público devido às suas características. Cabe ressaltar que a consolidação das redes de movimentos sociais e o reconhecimento do pluralismo jurídico como base teórica não foram modificações gratuitas mas decorrentes da mudança de paradigmas da sociedade informacional. Em relação a essa mudança, concluiu-se que as redes de movimentos sociais possuem um papel importante na democratização dos usos das tecnologias da sociedade informacional principalmente porque esses usos se tornam indispensáveis para a construção de uma democracia aberta e ampla que inclua todos os cidadãos e proporcione uma verdadeira democracia informacional.

Na tentativa de estudar essa nova estruturação, tentar-se-á ressaltar como as novas tecnologias de comunicação tais como a Internet e o correio eletrônico são importantes na ampliação e potencialização das redes de movimentos sociais e conseqüentemente contribuem para um maior acesso dos cidadãos, para efetivação de uma cidadania preocupada com a consolidação dos direitos humanos de quinta geração e para a construção de um espaço público indispensável e essencial para a democracia. Cabe lembrar que a necessidade de acesso dos cidadãos às novas tecnologias motivou uma nova geração de redes de movimentos sociais que têm como temática o próprio acesso.

CAPÍTULO 3

AS REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS NO CIBERESPAÇO

O desenvolvimento da comunicação mediada por computadores penetra em todos os tipos de segmentos da sociedade. Trata-se de uma característica da sociedade informacional e, por conseguinte, a utilização dessa tecnologia encontra-se em todas as áreas desde o uso pessoal e entretenimento como para trabalho e educação. A Revolução Tecnológica que marca a sociedade informacional se espalhou por todos os campos sociais e está se vivendo a chamada Vida Digital¹. A partir do uso do computador como um meio de comunicação e do surgimento de uma nova esfera de interação, o ciberespaço, criou-se uma rede de sociabilidade que gradativamente foi recobrando o planeta.

A difusão desse tipo de comunicação e tecnologia iniciou-se com o movimento social californiano *Computers for the People* (Computadores para as pessoas) que quis colocar a potência dos computadores nas mãos dos indivíduos, liberando-os ao mesmo tempo da tutela do governo. Como resultado prático desse movimento, a partir do fim dos anos 70, o preço dos computadores nos Estados Unidos e na Europa estava ao alcance das pessoas físicas, e qualquer pessoa podia aprender a usá-los sem especialização técnica. O significado social da informática foi completamente transformado. Não há dúvida de que a aspiração original do movimento foi recuperada e usada pela indústria, no entanto, é preciso reconhecer que a indústria também realizou, à sua maneira, os objetivos do movimento.²

¹NEGROPONTE, Nicholas. *Vida Digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 12.

²LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. p.126.

Ressalte-se que a informática pessoal não foi decidida, e muito menos prevista, por qualquer governo ou multinacional poderosa. Seu inventor e principal motor foi um movimento social visando a reapropriação em favor dos indivíduos de uma potência técnica, o computador, que até então havia sido monopolizada por grandes instituições burocráticas.

No final dos anos 80 e início dos anos 90, um novo movimento sócio-cultural originado pelos jovens profissionais das grandes metrópoles e do campus americanos tomou rapidamente uma dimensão mundial. Sem que nenhuma instância dirigisse esse processo, as diferentes redes de computadores que se formaram desde o final dos anos 70 se juntaram umas às outras enquanto o número de pessoas e de computadores conectados à inter-rede (Internet) começou a crescer de forma exponencial. Como no caso da invenção do computador pessoal, uma corrente cultural espontânea e imprevisível impôs um novo curso ao desenvolvimento tecno-econômico. Os atores desse movimento exploraram e construíram um espaço de encontro, de compartilhamento e de invenção coletiva. Como disse LÉVY³:

Se a Internet constitui o grande oceano do novo planeta informacional, é preciso não esquecer dos muitos rios que a alimentam: redes independentes de empresas, de associações, de universidades, sem esquecer as mídias clássicas (bibliotecas, museus, jornais, televisão etc.). É exatamente o conjunto dessa "rede hidrográfica", até o menor dos BBS, que constitui o ciberespaço, e não somente a Internet.

O símbolo do ciberespaço é a Internet, "um dos mais fantásticos exemplos de construção cooperativa internacional"⁴, a expressão técnica de um movimento que começou por baixo, constantemente alimentado por uma multiplicidade de iniciativas locais. As tecnologias digitais surgiram, então, como a infra-estrutura do ciberespaço, novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas também do novo mercado da informação e do conhecimento. Espaço propício para a construção da inteligência coletiva que possibilitaria a construção de novas idéias, saberes,

³ LÉVY, Pierre. **Cibercultura**.p.126

⁴ LÉVY, Pierre. **Cibercultura**.p.126

experiências entre os vários usuários como técnicos, estudantes que confeccionaram, distribuíram e aperfeiçoaram os programas de comunicação pelo seu uso.

O ciberespaço é tido como prática de comunicação interativa, recíproca, comunitária e intercomunitária. A comunicação mediada por computadores (CMC) é o tipo de comunicação que ocorre no ciberespaço. A Internet é a tecnologia digital utilizada para essa comunicação no ciberespaço. O ciberespaço, portanto, é mais amplo do que a tecnologia que lhe dá infraestrutura.

A idéia da Internet surgiu em centros de pesquisa militares, passando por um período de incubação em instituições acadêmicas e centros de pesquisas para depois chegar ao seu uso cotidiano. A Internet é uma rede mundial de computadores que interliga inúmeras outras redes.

Em 1962, foi lançada a semente para sua formação: naquele ano foi iniciada a pesquisa para uma rede de computadores que fosse imune a bombardeios. Assim foi construída em 1969 a primeira versão da rede, a ARPANET (Advanced Research Projects Agency). A idéia original era utilizar os computadores para constituir uma malha de comunicações que pudesse resistir a um ataque nuclear soviético. Essa versão, com a proposta de comunicação em rede, não tinha um centro emissor, para que o resto da rede pudesse continuar a funcionar, mesmo que um ou mais computadores ligados a ela fossem desligados ou destruídos.⁵

Nos anos 70, a INTERNET foi crescendo dentro dos institutos de pesquisa e do meio acadêmico. Quando surgiu o primeiro programa de correio eletrônico para a rede, que já usava o sinal @, os cientistas e estudantes começaram a usá-la mais para se comunicar e trocar informações do que para compartilhar recursos dos computadores que era sua finalidade inicial.

A Usenet foi um dos primeiros fóruns de discussão em rede, tornando-se um dos primeiros sistemas de conversa eletrônica em larga escala. Interessante notar que foram iniciativas de estudantes, que paralelos ou

excluídos dos estudos militares, foram criando e divulgando suas informações e assim foram disponibilizando os meios tecnológicos para que qualquer pessoa tivesse conhecimento.

O advento de computação pessoal e comunicabilidade de redes estimulou o desenvolvimento do BBS (Sistema de Boletins Informativos), primeiramente nos EUA, depois para todo o mundo. Os BBSs não precisavam de redes de computadores sofisticadas, apenas de computadores pessoais, o modem e a linha telefônica, que é exatamente o que se precisa hoje para fazer as comunicações entre computadores.

Como grande contribuição para a utilização da Internet foi criado um sistema de interconexão e de pesquisa de documentos, a World Wide Web que tem a capacidade de transformar a Internet em um hipertexto gigante, independente da localização física dos arquivos de computador. A web, acrônimo de World Wide Web, foi criada em 1991 e significa Rede de Alcance Mundial. Trata-se de uma rede flexível formada por redes dentro do ciberespaço onde as instituições, empresas, associações e pessoas físicas criam os próprios sítios digitais, chamados em inglês de sites, e também possam produzir sua homepage⁶, feita da colagem de vários textos e imagens. A web também permite o acesso por palavras chaves a documentos dispersos em centenas de computadores espalhados no mundo, como se esses documentos fizessem parte do mesmo banco de dados ou do mesmo disco rígido. Virtualmente, todos os textos formam um único hipertexto, uma única camada textual fluída. As pesquisas sobre as interfaces de navegação são orientadas, direta ou indiretamente, pela perspectiva última de transformar o ciberespaço em um único mundo virtual, imenso, infinitamente variado e perpetuamente mutante. É conhecida, também, como a interface universal.

As novas tecnologias da informação difundiram-se pelo globo com a velocidade da luz em menos de duas décadas, por meio da aplicação imediata

⁵ Dados sobre a história da Internet retirados de ERCÍLIA, Maria. *A internet*. São Paulo: Publifolha, 2000 p. 15-20.

⁶ Homepage é a página principal de um site que por sua vez trata-se um conjunto de páginas sobre um determinado tema num único endereço da Internet.

no próprio desenvolvimento da tecnologia gerada, conectando o mundo através de tecnologia da informação. No entanto, apesar de crescimento e do seu uso se dar em ritmo intenso, a comunicação mediada por computadores ainda exclui a maior parte da humanidade e ainda fará isso por um longo tempo, ao contrário da televisão e outros meios de comunicação de massa.

Naturalmente, a comunicação mediada por computadores começa como o meio de comunicação do segmento populacional mais instruído e de maior poder aquisitivo dos países desenvolvidos e, freqüentemente, nas áreas metropolitanas maiores e mais sofisticadas. Trata-se, pois, ainda de um modo de comunicação urbano que nasce do centro e que irá se expandir graças, também, ao seu formato em rede.

Logicamente, que existem áreas e pessoas que estão ainda desconectadas desse processo. Segundo o relatório publicado pela ONU, em junho de 2000 eram em torno de 5% de pessoas no mundo, totalizando 276 milhões de usuários, sendo que na África apenas 2% têm acesso a linhas telefônicas, o que inviabiliza o acesso à Internet. No Brasil, 4% da população tem acesso à Internet⁷ computando um total de 7 milhões de Internautas⁸, 200 mil servidores e 2 milhões de e-mails⁹. O IBOPE em 2000 contabilizou 4,8 milhões de internautas nas 9 principais regiões do país.¹⁰

A CMC poderá se expandir via sistema educacional e não será, portanto, apenas de uso exclusivo da elite. Outras formas de utilização e de divulgação dessa forma de comunicação também serão adotadas pelas sociedades de uma maneira geral, principalmente porque a possibilidade e a utilidade de seus usos na esfera econômica, e inclui-se aí, o trabalho e a necessidade do mercado digital de vender seus produtos, tornarão a expansão da CMC vital para a nova era que se abre e a nova cultura nascente, a cibercultura. Os usos para fins políticos já começam a se esboçar no final da

⁷ Dados sobre o histórico da Internet no Brasil e no mundo ver em: ERCÍLIA, Maria. op. cit. p. 15-20; OLIVO, Luis Carlos Cancellier de. **Direito e Internet: a regulamentação do ciberespaço**. Florianópolis: UFSC, 1998.

⁸ Internautas significa usuários da Internet.

⁹ E-mails :corresponde a eletronc mail que significa correio eletrônico.

década de 80. Um dos primeiros exemplos de uso da Internet para fins políticos foi o uso do BBS para um dos primeiros protestos eletrônicos, que ocorreu contra os acontecimentos na Praça Celestial na China, em 1989 via redes de computadores operadas por estudante chineses no exterior.

A liberdade desse meio de comunicação, de qualquer país do mundo para qualquer país do mundo, permitiu que o ciberespaço fosse amplamente utilizado por movimentos de oposição política proibidos em determinados lugares ou por grupos alternativos para difundirem suas propostas. Um exemplo é citado por CEBRIÁN¹¹:

...guerrilheiros que mantinham como reféns, no Natal de 1996, dezenas de pessoas, na residências do embaixador japonês em Lima, encontravam-se cercados por tropas especiais do Exército; enquanto isso, no mundo exterior, outros militantes continuavam sua luta no ciberespaço. Os simpatizantes do Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA) encheram, durante semanas, como bastante propaganda de guerrilhas, dezenas de páginas da web que, em pouco tempo, se converteram em um lugar da moda para visitar.

Interessante notar que os movimentos revolucionários da América Latina foram especialmente ativos no ciberespaço. Além do MRTA, tanto as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) quanto os Movimento Zapatista mexicano utilizaram-se do ciberespaço para a difusão e propagação de seus ideais.

Grupos de todas as correntes ideológicas ou políticas estão presentes no ciberespaço. Há sites que propagam idéias sobre anticapitalismo, anticomunismo, antineoliberalismo, antiglobalização, antifumantes, antitelevisão, várias ONGs internacionais já possuem sites na Internet como o Greenpeace, os Cyber-rights entre muitos outros exemplos¹². No Brasil, menos de 3% do que estima-se como o número total de organizações não-governamentais estão presentes na Internet de acordo com a pesquisa¹³ feita

¹⁰ Dados retirados do relatório da ONU publicado na Folha de São Paulo em FARAH, Paulo Daniel. Nem 5% do mundo usa Internet, diz ONU. *Folha de São Paulo*. p. A 13, 23 jun. 2000.

¹¹ CEBRIÁN, Juan Luis. op.cit., p. 85

¹² VERSIGNASSI, Alexandre. Antitudo. *Folha de São Paulo*. p. F4 e F5, 27set.2000.

¹³ apud IIZUKA, Edson Sadao. Terceiro Setor e Internet. *Revista do Terceiro Setor*. Entrevista disponível em: <<http://www.rits.org.br>> Acesso em:22 de junho de 2001.

pela pesquisadora Leilah Landim sobre o terceiro setor. Esse número ainda é considerado baixo. Entre elas, há as organizações de voluntários que reúnem entidades filantrópicas, as organizações em defesa da natureza e dos animais como a do projeto Tamar, além de muitos outros. Existem sites de ajuda, como o dos alcoólicos anônimos e dos narcóticos anônimos, e o de crianças desaparecidas. Enfim, existem inúmeros sites tanto preocupados com o bem comum quanto sites que propagam o nazismo, o racismo, pornografia, tráfico de drogas. Percebe-se que muitas ONGs apenas transferiram as suas discussões do campo material para o campo do ciberespaço, isto é, o chamado espaço virtual, não utilizando a internet com escopo político mas de forma meramente educativa ou informativa como uma espécie de folder eletrônico.

A discussão dessa dissertação gira em torno de como as redes de movimentos sociais poderão se utilizar desse meio de comunicação com fins político e como instrumento de transformação social e conseqüentemente, de transformação da cidadania e da democracia, através da construção da inteligência coletiva. Trata-se, por conseguinte, de valorizar e demonstrar os usos políticos dessa ferramenta por redes de movimentos sociais.

Cabe lembrar que, as redes de movimentos sociais são movimentos sociais que se articulam com vários atores sociais, institucionalizados ou não, que procuram através de práticas solidarísticas, plurais e democráticas realizar os seus fins. Para a articulação desses vários atores, as redes de movimentos sociais podem ou não utilizar-se dos meios eletrônicos de comunicação, pois o que caracteriza a rede não é o tipo de articulação mas a articulação em si. No entanto, serão valorizados aqui as redes de movimentos sociais que utilizam-se das rede de computadores mundial e que através desse uso constroem uma inteligência coletiva e contribuem para a reordenação do espaço público.

Para essa análise, contribuem um breve estudo da formação do ciberespaço, os seus principais usos e instrumentos, além de suas características, para determinar quais as possibilidades existentes de uso disponíveis para as redes de movimentos sociais.

3.1 A composição, características e os usos do ciberespaço

Do ponto de vista do equipamento, a informática reúne técnicas que permitem digitalizar a informação (entrada), armazená-la (memória), tratá-la automaticamente, transportá-la e colocá-la à disposição de um usuário final, humano ou mecânico (saída). Todas essas técnicas contribuem para a formação do ciberespaço. As inovações da informática a nível de equipamentos tem facilitado o uso da informação digitalizada por pessoas comuns. A cada dia os processadores de informação estão se tornando mais potentes, menores, mais confiáveis, mais baratos e mais fáceis de serem utilizados, e igualmente, a capacidade de armazenamento de informação por esses processadores tem crescido de maneira veloz.¹⁴

Digitalizar uma informação consiste em traduzi-la em números. Quase todas as informações podem ser codificadas desta forma. Por exemplo, se fizermos com que um número corresponda a cada letra do alfabeto, qualquer texto pode ser transformado em um série de números. As informações codificadas digitalmente podem ser transmitidas e copiadas quase indefinidamente sem que haja perda de informação, já que a mensagem original pode ser quase sempre reconstituída integralmente apesar das degradações causadas pela transmissão ou cópia.

A digitalização da informação permite que vários meios de comunicação utilizem-se dessa informação; por serem transformadas em números pode-se manipulá-la com muita facilidade. O computador, então, não é apenas uma ferramenta a mais para a produção de textos, sons e imagens, é antes de mais nada um operador de virtualização da informação. A informação digital garante que uma pluralidade de informações possam ser transmitidas através de um mesmo meio. A pluralidade de informações é uma das características do ciberespaço que favorecem o uso desse meio pelos movimentos sociais.

¹⁴ LÉVY, Pierre. *Cibercultura*.p.33.

A digitalização, por sua vez, é também o fundamento para outra característica do ciberespaço que é a virtualidade, sendo seu fundamento técnico. A digitalização da informação pode se aproximar da virtualização¹⁵. Os códigos de computador inscritos nos disquetes ou discos rígidos dos computadores invisíveis, facilmente copiáveis ou transferíveis de um nó a outro da rede - são quase virtuais, visto que são quase independentes de coordenadas espaços-temporais determinadas. No centro das rede digitais, a informação certamente se encontra fisicamente situada em algum lugar, em determinado suporte, mas ela também está virtualmente presente em cada ponto da rede onde seja pedida.

A informação digital também pode ser qualificada de virtual na medida em que é inacessível enquanto tal ao ser humano. Só se pode tomar conhecimento direto de sua atualização por meio de alguma forma de exibição. Os códigos de computador, ilegíveis para os homens, atualizam-se em alguns lugares, agora ou mais tarde, em textos legíveis, imagens visíveis sobre tela ou papel, sons audíveis na atmosfera.

Indiretamente, o desenvolvimento das redes digitais interativas favorece outros movimentos de virtualização que não o da informação propriamente dita. O ciberespaço encoraja um estilo de relacionamento quase independente dos lugares geográficos graças à telecomunicação e à telepresença e da coincidência dos tempos devido à comunicação assíncrona. Não chega a ser uma novidade absoluta, uma vez que o telefone possibilita uma comunicação interativa e com o correio tem-se a comunicação recíproca, assíncrona e a distância. Mas a novidade está na possibilidade de organização:

Contudo, apenas as particularidades técnicas do ciberespaço permitem que os membros de um grupo humano (que podem ser

¹⁵ Em filosofia o virtual não se opõe ao real mas sim ao atual: virtualidade e atualidade são apenas dois modos diferentes da realidade. Assim, a virtualização pode ser definida como o movimento inverso da atualização. É virtual toda entidade "desterritorializada", capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem contudo estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular. Isso quer dizer que quando uma pessoa, uma coletividade, um ato, uma informação se virtualizam, eles se tomam não-presentes e com isso se desterritorializam. Em: LÉVY, Pierre. *O que é Virtual?* São Paulo: Ed. 34 1996.p. 17-19.

tantos quantos se quiser) se coordenem, cooperem, alimentem e consultem uma memória comum, e isto quase em tempo real, apesar da distribuição geográfica e da diferença de horários. O que nos conduz diretamente à virtualização das organizações que, com a ajuda das ferramentas da cibercultura, tornam-se cada vez menos dependentes de lugares determinados, horários de trabalhos fixos e de planejamento a longo prazo. Da mesma forma, ao continuar no ciberespaço, as transações econômicas e financeiras acentuam ainda mais o caráter virtual que possuem desde a invenção da moeda e dos bancos.¹⁶

Uma comunidade virtual pode, por exemplo, organizar-se sobre uma base de afinidade por intermédio de sistemas de comunicação telemáticos. Seus membros estariam reunidos pelos mesmos núcleos de interesses e pelos mesmos problemas. A localização geográfica não seria mais um ponto de partida, nem uma coerção. Apesar de "não-presente", essa comunidade está repleta de projetos, de conflitos e de amizades. Ela vive sem lugar fixo, de uma referência estável mas ela está por isso em toda parte onde se encontrem seus membros móveis ou em parte alguma.

A digitalização da informação permite, portanto, que o ciberespaço assuma as qualidades de plural e virtual. Outra característica do ciberespaço é a velocidade de troca de informações e diminuição de distâncias que são possibilitadas pelos progressos na transmissão tanto quanto em relação à velocidade de se transmitir como quanto à forma com que se transmite.

A transmissão de informações digitais pode ser feita por várias vias de comunicação, como por exemplo através de suportes físicos como discos, disquetes ou através de conexão direta em rede ou on-line (em linha) que é bem mais rápida. A informação digital pode usar a rede telefônica clássica ou pode ser transmitida por meio de cabos de cobre, de fibras óticas. Além disso, a transmissão das mensagens foi também melhorada pelo desenvolvimento de técnicas que permitem a compressão e a descompressão das mensagens digitais. Ao comprimir e descomprimir as mensagens, diminui-se uma parte das dificuldades de transmissão e de gravação que acabam se tornando cada vez mais baratos e mais rápidos.

¹⁶LÉVY, Pierre. *Cibercultura*.p.49

As inovações quanto aos meios de transmissão (cabos, fibra óticas, ondas hertzianas) garantem que essa informação seja transmitida de forma rápida. Essa velocidade na troca de qualquer tipo de informação é uma das principais peculiaridades do ciberespaço. A velocidade da troca de informações diminui as distâncias, uma vez que, o que demorava dias agora demora segundos. Por outro lado, quanto mais avançadas e rápidas essas tecnologias se tornam, mais caras ficam, contribuindo para criar, mesmo entre aqueles que possuem acesso à tecnologia, uma forma de classificação em usuários de primeira categoria e segunda categoria. Os usuários de primeira categoria corresponderiam a uma pequena elite que pode gastar cada vez mais com tecnologia enquanto que os de segunda categoria teriam que se contentar com as transmissões através de linhas telefônicas, mais baratas, porém, mais lentas.

As interfaces são as ferramentas que permitem a interação entre o universo da informação digital e o mundo comum. A alimentação dos computadores nos anos 70 era feita por cartões perfurados. Hoje, existem várias interfaces que interagem diretamente com a informação digital: os teclados, o mouse por meio do qual se consegue manipular manualmente as informações disponíveis na tela, telas sensíveis ao toque, digitalizadores automáticos de som (os samplers) e de imagens (scanners), programas que conseguem interpretar a voz, leitores óticos, entre tantas outras ferramentas que servem para facilitar o contato humano com a informação digital e o mundo virtual. A qualidade das interfaces têm evoluído bastante devido à própria diversificação dos modos de comunicação, podendo ser citado desde as imagens na tela, como a melhoria na qualidade de impressão a, até mesmo, a possibilidade de se acessar a rede via telefones celulares, computadores portáteis (lap tops) e de bolso (palm tops). As interfaces são interessantes do ponto de vista dessa dissertação, pois quanto mais fácil for o uso da informação digitalizada, ter-se-ão mais pessoas podendo utilizá-la e cada vez mais esse modo de comunicação irá penetrar na vida das pessoas.

Como disse LÉVY¹⁷: "A diversificação e a simplificação das interfaces, combinadas com os progressos da digitalização, convergem para uma extensão e uma multiplicação dos pontos de entrada no ciberespaço."

O computador, pelo fato de reunir através de uma montagem as unidades de processamento, de transmissão, de memória e de interface para a entrada e saída de informações, pode ser considerado um portal do ciberespaço: "O computador não é mais um centro, e sim um nó, um terminal, um componente da rede universal ..."¹⁸ Para que um computador se conecte ao ciberespaço foram necessários o avanço de tecnologias e técnicas que permitiram a descentralização da informação além da velocidade da transmissão, que são outras duas características imprescindíveis ao ciberespaço e, por isso, à comunicação mediada por computadores. A Internet tornou-se possível graças, principalmente, a três avanços tecnológicos: à comutação de pacotes, aos protocolos de transmissão e à espinhas dorsais da rede, também chamados de *backbones*¹⁹.

As primeiras versões da rede ganharam potência quando foram criadas técnicas de comutação e roteamento de mensagens que facilitariam e agilizariam o uso. Esse processo é um dos elementos fundamentais para entender a natureza descentralizada da Internet. Na rede, as informações são transmitidas através de um processo do chamado "roteamento ou comutação de pacotes". Cada mensagem é dividida em pequenos pedaços, ou pacotes, que são endereçados a um destino, porém, de forma separada. Quando chega ao seu destino, a mensagem é novamente montada. Os pacotes podem tomar vários caminhos, mais ou menos na direção do seu destino, se determinada rota está bloqueada. Numa ligação telefônica, a informação trafega por um "canal" dedicado exclusivamente a ela. Se aquele canal for interrompido, a comunicação não será possível. Na rede, através das tecnologias citadas, uma mensagem eletrônica pode seguir várias rotas possíveis e tomar aquela que estiver mais desimpedida no momento.

¹⁷ LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. p.38.

¹⁸ LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. p.44.

¹⁹ SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. op.cit. p. 23

Para que os computadores conectados na rede estivessem em sintonia e tivessem como interagir seria necessário que falassem a mesma linguagem. Caso contrário, não seriam capazes de ler as informações ou os pacotes de informações enviados pelo processo de comutação de pacotes. Assim, foram inventados os protocolos ATM (Modo de Transmissão Assíncrono) e TCP/IP (Protocolo de Controle de Transmissão/ Protocolo da Interconexão). Protocolo é um conjunto de instruções que diz aos computadores conectados em rede como as informações devem ser trocadas, para que os outros computadores possam entendê-los. É como se fosse a língua falada pelos computadores conectados à rede. O protocolo TCP é responsável pela divisão das informações em pequenos pacotes e diz como essas informações deverão ser remontadas no computador destino. O protocolo IP é o responsável por levar pacotes de informações até seu destino, sendo capaz de encontrá-lo dentre as milhares de redes e os milhares de provedores que compõem a Internet. ATM é um protocolo de transmissão de informações que permite que as informações sejam encaminhadas em tempos diferentes.

Além dessas duas facilidades, para que a Internet se tornasse possível em larga escala, foi necessária a construção de estruturas com grande capacidade de transmissão de dados que foram chamados de espinhas dorsais, os *backbones*. Esses *backbones* são a estruturas que formam uma grande conexão interligando redes em pontos distantes. Quando um usuário quer se conectar temporariamente à Internet, ele utiliza um provedor de acesso, que é uma instituição conectada à Rede através de linhas permanentemente conectadas. Esse provedor de acesso vai se ligar a um provedor de *backbone* que garantirá a conexão com outras redes. Nos EUA, um dos mais velozes *backbones* é National Science Foundation e no Brasil, a Embratel, a Rede Nacional de Pesquisa e a Global One são algumas das instituições que construíram e operam *backbones* de longo alcance. São essas estruturas que garantem a alta velocidade da Internet.²⁰

²⁰Dados extraídos de SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. op.cit. p. 24.

A descentralização desse sistema de comunicação, a sua velocidade e o seu não-controle decorrem justamente de sua origem, que é não haver apenas um único centro difusor de informações mas vários centros. As invenções mencionadas acima, propiciaram justamente essa capacidade à rede, pois criam um sistema de comunicação desprovido de controle centralizado que não é necessário quando toda a rede de distribuidores sabe encaminhar a informação. Por não ter centro, torna-se também um meio de comunicação anárquico, uma vez que os governos não podem controlá-lo. No entanto, já existem controvérsias sobre esse não-controle²¹. A descentralização, também, garante a capacidade de ser um espaço que possibilita a comunicação horizontal e aberta. Tanto a sua horizontalidade quanto a sua abertura dão ao ciberespaço um caráter democrático.

Como peculiaridade da comunicação mediada por computadores, permitida no ciberespaço está a interatividade que ela possibilita. Enquanto as formas de comunicação a distância mais comuns (rádio, televisão, imprensa, telefone, carta) conseguem transmitir mensagens de uma forma limitada, a comunicação mediada por computadores faz a transmissão de mensagens quase de forma ilimitada. No caso do rádio, da televisão e da imprensa a transmissão de mensagens é do tipo um para todos, pois partem de um centro único para atingir vários receptores. No caso do telefone e da carta o tipo de transmissão é de um para um, limitando-se a esses indivíduos. A interatividade existente nos meios comuns de comunicação ocorre entre um pequeno número de pessoas. No entanto, a comunicação mediada por computadores possibilita a transmissão interativa do tipo muitos para muitos, através de conferências eletrônicas, bate-papo em tempo real também conhecidos como *chats*, mundos virtuais com diversos participantes, sistemas para ensino ou trabalho cooperativo que serão falados nos usos do ciberespaço.

Em suma, as características do Ciberespaço que interessam a esse trabalho são:

- a velocidade na troca de informações;

²¹Ver SILVEIRA, Sergio Amadeu da. op.cit.

- a eliminação de distâncias;
- a comunicação assíncrona;
- o potencial de promover interconexões entre pessoas e informações;
- a capacidade de se tornar instrumento de organização de grupos de pessoas para pensarem coletivamente;
- a descentralização, não havendo um centro difusor de informações o que é essencial;
- o não controle, sendo por isso um meio de comunicação anárquico, sem um governo que possa controlá-lo;
- a pluralidade tanto na qualidade de informações quanto nas mídias utilizadas;
- a comunicação de muitos-para-muitos, diferente das comunicações tradicionais de poucos-para-muitos;
- a virtualidade;
- a penetrabilidade;
- a horizontalidade;
- a digitalização da informação;
- a flexibilidade;
- informalidade.

A comunicação mediada por computadores é usada pelas pessoas no trabalho e também muito utilizada em atividades sociais. Uma das formas que mais se desenvolveu foi a comunicação pessoal via correio eletrônico, que por ser um modo assíncrono e passivo de recebimento de mensagem, acabou se tornando uma das melhores opções para a comunicação direta. Geralmente, a primeira utilização do ciberespaço é o simples acesso a ele que ocorre quando pessoas sem nenhum conhecimento de programação podem usar as funções de correio e de conferência eletrônica, ou consultar um hiperdocumento a distância dentro de uma mesma rede.

Uma das principais funções do ciberespaço é o acesso a distância aos diversos recursos de um computador. Contanto que o usuário tenha esse direito, com a ajuda de um pequeno computador pessoal, pode se conectar a

um computador situado a milhares de quilômetros e fazer com que ele execute operações que o computador pessoal daquele usuário poderia levar dias ou meses para executar.²²

Com um computador convenientemente preparado para esse fim, também é possível acessar o conteúdo de um banco de dados ou, em geral, a memória de um computador distante. Dispondo de um software e de uma interface própria e uma taxa de transmissão com uma velocidade adequada, tudo aconteceria como se o usuário estivesse consultando o próprio computador. Se o custo da conexão for baixo, não é necessário, portanto, dispor apenas da informação no local em que o computador se encontra. Uma vez que uma informação pública se encontra no ciberespaço, ela está virtual e à disposição, independentemente das coordenadas espaciais de seu suporte físico. Pode-se ler um livro, navegar em um hipertexto, olhar uma série de imagens, ver um vídeo, interagir com uma simulação, ouvir uma música gravada em uma memória distante, mas também alimentar essa memória com textos, imagens etc. Torna-se possível, então, que comunidades dispersas possam comunicar-se por meio de compartilhamento de uma telememória na qual cada membro lê e escreve, qualquer que seja sua posição geográfica.

Uma outra função é a transferência de dados ou *upload*. Transferir um arquivo consiste em copiar um pacote de informações de uma memória digital para outra, geralmente de uma memória distante para a um computador pessoal. Entre todos os arquivos que é possível copiar a distância, há obviamente os programas em si. Nesse caso, a transferência de arquivos permite a distribuição muito rápida, por intermédio do próprio canal do ciberespaço, de programas que melhoram seu funcionamento. Foi assim que grande parte dos programas que otimizam a comunicação entre computadores e a pesquisa de informações no ciberespaço disseminaram-se.

As funções de troca de mensagens encontram-se entre as mais importantes e mais usadas do ciberespaço. Cada pessoa ligada a uma rede de computadores pode ter uma caixa postal eletrônica identificada por um

²² LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. p.92.

endereço especial, receber mensagens enviadas por seus correspondentes e enviar mensagens a todos aqueles que possuam um endereço eletrônico acessível através de sua rede. Essas mensagens são, hoje, basicamente texto, mas serão cada vez mais multimodais, podendo ser enviados também imagens e sons. O correio eletrônico pode ser comparado ao correio tradicional ou ao fax, mas possui uma série de vantagens. As mensagens recebidas em uma caixa postal eletrônica são obtidas em formato digital e por isso podem ser facilmente apagadas, modificadas e classificadas na memória do computador do receptor, sem passar pelo papel. Além disso, há a possibilidade de que a mensagem seja reenviada sem que haja a necessidade de impressão, podendo ser transmitida diretamente em sua forma inicial, para inúmeras pessoas. Essa forma, também conhecida como lista de e-mails, permite que várias pessoas compartilhem informações comuns possibilitando abertura de discussões sobre um determinado tema. O interessante desse sistema é que, com um custo muito baixo e com uma velocidade enorme, consegue-se informar várias pessoas ao mesmo tempo. Outra vantagem é a possibilidade de acessar a caixa postal eletrônica de quase qualquer lugar.

Outro uso do ciberespaço é o sistema de conferências eletrônicas. Trata-se de um dispositivo sofisticado que permite que grupos de pessoas discutam em conjunto sobre temas específicos. As mensagens são normalmente classificadas por assuntos e por sub-tópicos e não são dirigidas às pessoas, mas sim a temas ou sub-temas. O que não impede os indivíduos de responderem uns aos outros, já que as mensagens são assinadas. Além disso, indivíduos que tenham entrado em contato em uma conferência eletrônica podem em geral comunicar-se pelo correio eletrônico clássico, de pessoa a pessoa.

Há sistemas especiais que permitem uma comunicação direta entre todas as pessoas que estejam conectadas a uma conferência eletrônica no mesmo momento, sendo conhecidos como Chats²³. As mensagens trocadas nesse tipo de conferência eletrônica em geral não são gravadas. Os indivíduos

que se comunicam, compartilham de uma espécie de espaço virtual de comunicação efêmera onde são inventados novos estilos de escrita e de interação.

A Internet permite o acesso a uma infinidade de conferências eletrônicas que são chamadas de newsgroup²⁴ ou news. As conferências eletrônicas são uma forma de contatar as pessoas não mais em função de seu nome ou de sua posição geográfica, mas a partir de seus centros de interesses. É como se as pessoas que participam das conferências eletrônicas adquirissem um endereço no espaço móvel dos temas de debates e dos objetos de conhecimento. A semelhança do newsgroup e das listas de e-mails é que os dois usos possibilitam o compartilhamento de informações por várias pessoas catalogadas por interesses em comum, o que permite fazer um grupo de discussões ou utilizar essas ferramentas como um filtro das informações presentes na Internet. A diferença, porém, é que, numa lista de e-mail, os participantes recebem a informação passivamente através de seus correios eletrônicos, enquanto que no sistema do newsgroup as informações encontram-se armazenadas em uma página na Internet e o participante, para receber a informação, tem que acessá-la.

Quando sistemas de indexação e de pesquisa são integrados a elas e todas as contribuições são gravadas, as conferências eletrônicas funcionam como memórias de grupo. Obtém-se uma base de dados viva, alimentada permanentemente por coletivos de pessoas interessadas pelos mesmos assuntos e confrontadas umas às outras. Essa forma de comunicação permite que o documento ou as informações ali contidas sejam fonte de um saber plural, permanentemente em construção, que acolhe uma memória múltipla e que está sendo interpretada de uma maneira coletiva.

É dessa forma que funcionam os dispositivos de ensino em grupo que são especialmente projetados para o compartilhamento de diversos recursos computacionais e o uso dos meios de comunicação próprios do ciberespaço.

²³ Chat vem do termo IRC (Internet Relay Chat). Trata-se de um protocolo que permite entrar de forma síncrona, em um "bate-papo", em tempo real com as pessoas.

²⁴ Newsgroups termo em inglês que significa grupos de notícias.

Fala-se então de aprendizagem cooperativa assistida por computador. Estes dispositivos permitem a discussão coletiva, a divisão de conhecimentos, as trocas de saberes entre indivíduos, o acesso a bases de dados, hiperdocumentos e simulações, por isso são considerados uma das formas de difusão de muitos para muitos.

A forma de organização do trabalho foi também modificada pelo uso dos recursos de hiperdocumentos compartilhados das conferências eletrônicas. O trabalho organizado de forma cooperativa por meio das ferramentas da Internet são chamados de groupware ou Intranet que ajudam a organização interna das empresas ou de redes empresariais, através de instrumentos para correspondência, colaboração, compartilhamento de memória e de documentos imediatamente compatíveis com a grande rede externa.

Em menor escala de difusão, tem-se como um dos usos do ciberespaço os chamados os mundos virtuais de multiusuários. Esses mundos virtuais seriam, por exemplo, aqueles jogos de aventura que envolvem milhares de participantes no ciberespaço, que permitem a comunicação através da contribuição de cada indivíduo para construir o mundo virtual no qual participa. Esse tipo de comunicação se dá por meio da construção cooperativa de um mundo virtual na medida que seus jogadores ocupam o mesmo lugar virtual e utilizam-se de dispositivos comunicacionais de todos para todos. Esse uso poderia ser explorado para outras funções além do entretenimento.

A descrição das possibilidades de uso do ciberespaço teve como objetivo demonstrar as utilizações já conhecidas dessa ferramenta. Todas as técnicas aqui apresentadas podem e devem ser utilizadas pelas redes de movimentos sociais. A própria web é considerada uma ferramenta de acessibilidade e comunicação que permite a interação existente no ciberespaço como um todo. Inclusive o lado social dessa tecnologia foi enfatizado pelo criador da web, Tim Berners-Lee²⁵ :

A web é uma criação mais social do que técnica. Eu a construí para um efeito social - ajudar as pessoas a trabalharem juntas - e não como

²⁵ citado por ERCÍLIA, Maria. op.cit. p. 7.

um brinquedo tecnológico. A finalidade última da web é a ajudar a melhorar a teia de nossa existência no mundo. Nós nos agrupamos em famílias, associações em empresas (...) o que acreditamos, endossamos e aceitamos é representável, e, cada vez mais, representado na web.

Em resumo, o ciberespaço permite a combinação de vários modos de comunicação. Essa combinação faz com que uma multiplicidade de informações seja compartilhada, além de facilitar e agilizar as formas de comunicação interativas clássicas como o telefone e o correio. Encontram-se em graus de complexidade crescente: o correio eletrônico, as conferências eletrônicas, o hiperdocumento compartilhado e os sistemas avançados de aprendizagem ou de trabalho cooperativo. Quanto maior o número de possibilidades, maiores serão as possibilidades de uso. No próximo item serão enfatizados os usos políticos que as ferramentas, aqui descritas, podem receber, além de fornecer exemplos de como essa tecnologia foi utilizada pelas redes de movimentos sociais.

3.2 Os usos políticos do ciberespaço

O ciberespaço, como foi constatado, devido ao seu alto grau de penetrabilidade tem se popularizado e o seu uso pode ser observado em vários segmentos da sociedade. Sua formação e composição está relacionada ao seu uso, pois não haveria ciberespaço se não fossem os diversos participantes anônimos desse universo de informação. Nesse universo de atores, destacam-se, aqui, os movimentos sociais que já se mostram como usuários desse recurso desde o início do seu surgimento, sendo, inclusive, um movimento social um dos principais agentes causadores da ampliação da tecnologia como um recurso social a serviço de todos.

De forma descritiva foram abordadas as possibilidades de uso que o ciberespaço oferece aos seus usuários para que se pudesse demonstrar a variedade de usos e possibilidades que esse instrumento de comunicação e informação comporta. Nesse item, tentar-se-á identificar qual o impacto político

do uso das ferramentas do ciberespaço, tais como a Internet e o correio eletrônico, sobre a ação coletiva das redes de movimentos sociais, para que se possa compreender como as comunicações eletrônicas podem potencializar as práticas das redes de movimentos sociais.

Graças às características do ciberespaço como a velocidade, a eliminação de distâncias, o forte potencial de interconexão, a descentralização e sua forma quase que anárquica, os atores sociais podem intervir no espaço público formado pelo ciberespaço de uma forma mais ativa se for comparado às mídias comuns como a televisão e o jornal. Em breve, essa será a maneira usual dos movimentos sociais fazerem sua ação coletiva, através do que pode ser chamado de um "militantismo cibernético"²⁶. Para analisar a ação coletiva dos movimentos sociais no ciberespaço e criar um paradigma é preciso identificar, primeiramente, quais são os usos e os recursos de informática utilizados pelos movimentos sociais para compreender qual o nível de apropriação social dessa ferramenta e a concepção que se tem desses instrumentos do ciberespaço em termos políticos, sociais e educacionais em cada rede de movimento social.

Essa análise irá partir de três fenômenos políticos relacionados a ação coletiva dos movimentos sociais: a modificação da estrutura dos movimentos sociais, o impacto da ação coletiva na opinião pública e o impacto da ação coletiva no seu relacionamento com as forças políticas concretas. Esses fenômenos explicam as condições de sucesso do militantismo cibernético e renovam a idéia de que a influência da ação coletiva sobre a opinião pública e espaço público constitui-se num processo complexo e não mecânico.

Cabe lembrar que a ação coletiva das redes de movimentos sociais envolve duas dimensões, uma estrutural e outra ideológica. A parte estrutural está relacionada com a defesa de interesses, a mobilização de recursos, o controle, a estratégia e os fins a que se destinam o movimento social. Sob a ótica estrutural, as redes de movimentos sociais propõem uma forma de auto-

²⁶ GINGRAS, Anne-Marie. **Internet et démocratie: quels usages pour quelle politique?** Comunicação apresentada no Congresso da Sociedade Francesa da Ciência da informação e da comunicação em Grenoble, 15 de novembro de 1996.



organização e de relacionamento interorganizacional entre os atores coletivos que a compõem. A parte ideológica considera as questões relacionadas à identidade do grupo, à consciência, à solidariedade e ao simbolismo. No modelo proposto de redes de movimentos sociais a parte ideológica da ação coletiva deve ter o compromisso com a transformação social através de bases democráticas plurais que possibilitem relações horizontalizadas além do respeito à diversidade cultural e ao pluralismo ideológico. De certa forma, o paradigma de redes de movimentos sociais aqui proposto já prevê a sua finalidade político-participativa, quando comporta o compromisso com a transformação social através de bases democráticas plurais. Isto é, sua ação coletiva já prevê uma finalidade política. O que resta demonstrar é como as redes de movimentos sociais utilizam essa nova ferramenta de comunicação para atingir os seus objetivos.

Um dos primeiros usos identificados foi a utilização da Internet para que as organizações contatassem os seus membros de forma ágil e a um baixo custo. *Friends of the Earth*, por exemplo, comunica-se com seus oito escritórios regionais e suas duzentos e cinquenta organizações locais.²⁷ Um outro uso é o contato com o público que as organizações no ciberespaço podem fazer de uma maneira geral. Esse contato pode ser feito através de uma página na web onde várias informações são armazenadas ou através de listas de endereços eletrônicos. Organizações como o Greenpeace, Anistia Internacional, Cyber-rights, voluntários, e outros acima citados já fazem uso dessa forma, que é bem popular entre os internautas. Essa forma de contato evita a utilização de outras mídias tradicionais que em sua grande maioria são controladas por agentes econômicos e faz com que os grupos presentes no ciberespaço possam influenciar os usuários através da divulgação de suas idéias, de suas causas sem um intermediário. O responsável pela comunicação eletrônica do *Friends of the Earth* disse: "Através das páginas da

²⁷ GINGRAS, Anne-Marie. op.cit. p. 4.

web nós esperamos inspirar as pessoas a mudarem o seu estilo de vida para que eles se torne mais sustentável"²⁸

Nos Estados Unidos, foi identificado, também, um terceiro uso da lista de e-mails para se transmitir "alertas legislativos" que visam contestar ou apoiar determinados projetos de lei apresentados no Congresso. Essa prática ocorre principalmente nesse país devido à generalização da Internet e do correio eletrônico na classe política.

Uma outra forma de utilização seria a possibilidade de contactar os poderes públicos de uma forma mais rápida e mais direta. O grupo de defesa dos direitos do ciberespaço utilizou esse recurso no debate sobre o *Communication Decency Act*²⁹ e no debate com a FCC³⁰ na tentativa das companhias telefônicas bloquearem a comunicação auditiva via Internet. No entanto, apesar dessa forma de fazer pressão ser mais ágil, segundo algumas organizações, elas não causam tanto impacto como as maneiras tradicionais, como o envio de cartas, o telefone, os protestos diante os órgãos públicos, devido a sua virtualidade. No casos de protestos, percebe-se que a imaterialidade das manifestações do ciberespaço aparece como um fator negativo.

Esse é um ponto que merece destaque quando se fala em ação política via ciberespaço. A ação no interior do ciberespaço é ilimitada, porém, a sua reação fora dos limites virtuais são limitados e, portanto, devem ser complementados com práticas efetivas no mundo real. Um dos membros do Inpeg (Iniciativa Contra a Globalização Econômica), Ted Caim, responsável pela estrutura de apoio aos manifestantes que se dirigiam a Praga, capital da República Tcheca, durante a reunião do FMI com o Banco Mundial em 2000, utilizou a Internet para informar os participantes dos protestos sobre a

²⁸ GINGRAS, Anne-Marie. op.cit. p. 5.

²⁹ Lei de decência nas comunicações promulgado por Bill Clinton em 1996 e considerado inconstitucional pela Suprema Corte em 1997 por ofensa à primeira emenda americana que prega a liberdade de expressão. Os juizes do caso chegaram a declarar o seguinte: "...por ser a maior forma de expressão já desenvolvida, a Internet merece a maior proteção possível contra a intromissão governamental..." citado por CORRÊA, Gustavo Testa. **Aspectos Jurídicos da Internet**. São Paulo: Saraiva, 2000. p.68.

³⁰ FCC significa Comissão Federal de Comunicações

documentação necessária para entrada na República Tcheca, listas de locais para hospedagem e, até mesmo, onde se alugaria um telefone celular. No entanto, disse ele "Para nós, a Internet não é tudo, já que procuramos mobilizar pessoas de países pobres, como os da África e da América do Sul, onde a maioria das pessoas não tem acesso a um computador. (...) De qualquer maneira, a rede vem sendo uma boa ferramenta para nós."³¹ Percebe-se que paralelo ao protesto via Internet, as redes de movimentos sociais que querem projeção no cenário público têm que aliar essa prática virtual a manifestações massivas como as grandes manifestações públicas mundiais realizadas contra a globalização em Seattle (1999), Praga (2000) e Gênova (2001), assim como as Marchas do Sem Terra, do Movimento Zapatista, do Zumbi do Palmares em Brasília.³²

O uso das ferramentas eletrônicas possibilita também o contato dos movimentos sociais com as empresas, com o propósito de interferir e influir nas decisões das mesmas, principalmente em casos ambientais. Um dos exemplos que pode ser citado é caso da empresa Shell que foi alvo das pressões do Greenpeace que elaborou, em seu site na web, um documento contra as iniciativas da empresa no Mar do Norte e Nigéria. A Shell se viu obrigada a elaborar uma carta resposta no seu site, refutando toda a argumentação.³³

Há que se destacar aqui a possibilidade de constituir coalizões e possibilitar a colaboração de vários membros. A colaboração pode ser exercida pelo o acesso à web ou por meio de lista de endereços eletrônicos. O movimento *feminist.com* consegue através da difusão das informações via Internet levantar fundos para suas campanhas e protestos.

As redes de movimentos sociais usam com mais frequência o ciberespaço para contactar seus próprios membros, conseguir a adesão do público em geral e conquistar simpatizantes para as causas defendidas por

³¹ VERSIGNASSI, Alexandre. op.cit. p. F4.

³² SCHERER-WARREN, Ilse. **Ações Coletivas em tempos de globalização: movimentos sociais e ONGS**. Palestra proferida em conferência promovida pelo Núcleo de Estudos de Movimentos e Práticas Sociais/UFES, Vitória, 23 mar.2001.

³³ Exemplo citado por GINGRAS, Anne-Marie. op.cit. p. 7.

elas. Interessante notar que outros meios de comunicação tradicionais podem servir para essas funções, mas esses teriam limitações econômicas, geográficas e até mesmo temporais. No entanto, as características do ciberespaço, tais como a velocidade de troca de informações, a eliminação de distâncias, a possibilidade de comunicação assíncrona e a potencialidade de promover interconexões entre pessoas e informações, fazem com que esse meio seja a melhor maneira de se comunicar e se organizar atualmente. Pode-se dizer que o ciberespaço é um meio por excelência, onde as redes de movimentos sociais podem surgir, adquirir força e se expandir. Por proporcionarem a potencialização das redes de movimentos sociais e a partilha em tempo real de idéias e políticas dos atores envolvidos constituindo assim um campo de articulações, muitas vezes, global, esses usos foram aqui intitulados de usos políticos.

A penetrabilidade do ciberespaço também faz com que as redes de movimentos sociais possam influir indiretamente e às vezes de forma direta nas decisões de empresas multinacionais que refletem no direcionamento do mercado, como foi o exemplo da Shell acima mencionado. Além disso, torna-se uma forma eficiente da fiscalização dos poderes públicos e da ação dos representantes nas democracias representativas³⁴ através de alertas legislativos ou mesmo de abertura de debates e de fóruns no ciberespaço que são feitos pelo sistema de comunicação de muitos-para-muitos (que é característico do ciberespaço), diferente das comunicações tradicionais de poucos-para-muitos.

Cabe ressaltar que as comunicações mediada por computadores não substituem outros meios de comunicação existentes, mas fortalecem as redes de movimentos sociais, pois expandem seu alcance e, acima de tudo, permitem a interatividade de forma assíncrona e ativa.

³⁴ Sobre o tema interessante o artigo de Gilberto Dimenstein (DIMENSTEIN, Gilberto. Atenção, políticos: é só o começo. *Folha de São Paulo*. p. C8, 27 mai. 2001) em que faz um paralelo entre a queda dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda e a possibilidade dos usos dos e-mails dos Senadores que apareciam na tela da TV Senado.

Há que se falar que apenas as grandes organizações sociais tem se utilizado da Internet de forma estratégica como ferramenta propriamente política, isto é, com o objetivo de modificação das políticas públicas ou das decisões de empresas. A maioria das organizações a utiliza para fins educacionais, de coordenação e de acesso à informação. Essas utilizações, apesar de não serem diretamente políticas, não deixam de ser práticas que contribuem para a transformação social. Sobre essa possibilidade a responsável pelo *feminist.com* declarou em entrevista a GINGRAS³⁵:

O uso da Internet e do correio eletrônico é um meio de fortalecer as mulheres no mundo. Nós servimos de Fórum de comunicações para pessoas de todos os lugares, idades, opções sexuais... nós damos suporte a mulher para melhorar sua própria condição de vida, a situação mundial, o meio ambiente, os direitos humanos. Homens podem participar disto, embora em um proporção menor. Eu acho que o nosso principal objetivo é educar o público e Internet e o correio eletrônico contribuem em grande parte para isso. (tradução nossa)

Os fins educacionais são objetivos que revelam as finalidades da ação coletiva de cada movimento e por isso devem ser considerados fins políticos. Outro fim político seria o simples uso pelos movimentos sociais da comunicação mediada por computadores que faz com que gradualmente mais pessoas tenham acesso a esse meio, mesmo não tendo um computador em sua casa. Esses usos tornam efetivos, de uma forma indireta, o direito ao acesso eletrônico, o direito à conectividade, o direito de acesso ao ciberespaço, enfim ao que pode se chamar a de direito à educação digital. Por isso, acredita-se que mesmo sendo o acesso à comunicação mediada por computadores, ainda, cultural, educacional e economicamente restrito, no futuro essa perspectiva mudará, havendo um aumento de sua utilização por movimentos sociais, o que se torna uma saída para que esse acesso se torne cada vez mais amplo e irrestrito. Percebe-se, dessa forma, a perspectiva das redes de movimentos sociais como sujeitos coletivos de Direito contribuindo para criação e efetivação de novos direitos, os direitos humanos de quinta geração que são relacionados com direito ao ciberespaço. A cidadania se

³⁵ GINGRAS, Anne-Marie. op.cit. p. 8.

amplia fazendo com que esses atores por meio de sua práxis efetivem direitos ainda não reconhecidos pelo Direito positivo.

Os usos aqui identificados não encerram as possibilidades de uso do ciberespaço pelas redes de movimentos sociais. Novas possibilidades irão surgir a partir do momento que se difundir esse uso pelas redes de movimentos sociais. A capacidade de construção em conjunto através do ciberespaço, seja através da troca de experiências ou de informações, por meio de ações solidárias é que permitem a implementação da proposta da inteligência coletiva. Compartilha dessa opinião Edson Sadao Iizuka que, depois de visitar mais de dois mil sites de organizações do terceiro setor, concluiu um estudo sobre o que ele denominou "e-social", que seriam as organizações que promovem a cidadania e o desenvolvimento social através da Internet e do ciberespaço. Diz IIZUKA³⁶:

As maneiras podem variar conforme a nossa sensibilidade e criatividade. Cada pessoa ou organização vê a Internet de forma muito distinta, atribuindo maior ou menor valor a ela. De qualquer forma, temos que reconhecer que trata-se de um meio de comunicação muito diferente do que estamos acostumados a lidar e que há um longo caminho de aprendizagem.

A Internet pode ser amplamente utilizada para os objetivos das organizações da sociedade civil no cumprimento da sua missão e objetivos, colaborando na captação de novos recursos (financeiros, voluntários, materiais, etc.), pode ser utilizada na disseminação de informações e conhecimento (matérias, notícias, etc.); em pesquisas e levantamento de informações, na venda de produtos e serviços, como presença institucional, como *benchmarking* com organizações congêneres, enfim, muitas outras possibilidades. Além disso, as empresas de *e-business* podem incorporar uma estratégia de responsabilidade social – divulgação de causas sociais, por exemplo - numa velocidade muito maior em relação ao que vem acontecendo nas empresas.

Outro exemplo seria que os governos, em todos os níveis, podem fomentar alianças e parcerias com a sociedade civil, facilitando o acesso e o uso da Internet. As universidades podem ser uma ótima fonte de pesquisa e ensino para as pessoas que estão envolvidas no desenvolvimento social e as pessoas podem mobilizar campanhas, ações cívicas e disseminar informações que instiguem, promovam e fortaleçam iniciativas que construam a cidadania no Brasil. As possibilidades, portanto, são inúmeras, e cada internauta e cada organização presente na Internet é um potencial agente de cidadania. É importante frisarmos, contudo, que há uma clara necessidade de ações fora da Internet para resultados consistentes, ou seja, a Internet por si só não é suficiente para transformarmos a sociedade.

³⁶ IIZUKA, Edson Sadao. op.cit.

As possibilidades de utilização ressaltadas por IIZUKA, ultrapassam inclusive, os objetivos políticos e chegam a ter fins econômicos, o que de uma certa forma favorece a autonomia e a independência das organizações não-governamentais e fortalece as redes de movimentos sociais como um todo. Ademais, não são ainda conhecidos exemplos de utilizações por redes de movimentos sociais de ferramentas como a aprendizagem cooperativa assistida por computador ou mesmo a construção de mundos virtuais de multiusuários que poderiam ser explorados por esses grupos para fins educacionais ou troca de experiências, entre outras finalidades. Uma outra utilização, que poderia ser ressaltada, são as conferências eletrônicas em tempo real que ajudariam na dinamização da troca de informações. Um exemplo dessa experiência ocorre na organização conhecida como ICCSAW³⁷ que, semanalmente, utiliza essa técnica de modo a permitir um contato mais próximo e personalizado entre os membros da equipe.

Para finalizar o estudo dos usos políticos do ciberespaço, e como forma de sistematização dessa dissertação serão analisados, no próximo item, três fenômenos políticos relacionados à ação coletiva dos movimentos sociais: a modificação da estrutura dos movimentos sociais, o impacto da ação coletiva na opinião pública e a possibilidade de participação na formação de políticas públicas concretas.

3.3 As mudanças político-estruturais das redes de movimentos sociais através do uso do ciberespaço

Um dos primeiros itens a serem analisados será com relação à mudança de estrutura nos movimentos sociais. Como já foi ressaltado no capítulo sobre as redes de movimentos sociais, um dos motivos que

³⁷ ICCSASW (International Commission for the Coordination of Solidarity Among Sugar Workers) significa Comissão Internacional de Coordenação Solidária entre os plantadores de Cana de açúcar. Exemplo obtido em GINGRAS, Anne-Marie. op.cit. p. 10.

provocaram a articulação dos movimentos sociais em redes foi a utilização das tecnologias de informação e comunicação como ferramenta articuladora.

Interessante notar que as articulações entre pessoas e grupos sociais que antes encontravam-se de forma abstrata no mundo real, se materializam pelas conexões da Internet, estando presentes no ciberespaço. Portanto, o que antes era virtual na sociedade (mundo real ou factual) passa a ser material no ciberespaço. Essas conexões se dão de maneira concreta a partir do momento que na Internet ou no ciberespaço as instituições que formam as redes de movimentos sociais estão realmente conectadas e compartilham das mesmas informações. Forma-se um intrigante paradoxo entre a virtualidade das redes e sua materialidade, pois o que é virtual para sociedade torna-se concreto no ciberespaço como é o caso, por exemplo, das comunidades chamadas comunidades virtuais³⁸. Porém, a sociedade considera aquilo que está no ciberespaço como virtual.

Em termos de mudanças estruturais dos movimentos sociais, o primeiro fenômeno é a própria capacidade dos movimentos sociais articularem-se em redes passando a ser descentralizados, estando conectados através de equipamentos tecnológicos, apresentando características como a flexibilidade na construção de alianças e facilidade de concentração entre aliados. Algumas organizações internacionais com escritórios em vários países têm-se utilizado dessa possibilidade de modificação para a coleta dinamizada de informações e o reconhecimento dos interesses e problemas de várias regiões do mundo. No caso da ICCSAW, organização do trabalhadores de cana-de-açúcar, eles têm o maior interesse em conhecer as opiniões do países em desenvolvimento para a formulação de políticas públicas. Dentro desse parâmetro, será descrita a seguir: a rede de movimentos sociais Neighborhood Online, da Philadelphia nos Estados Unidos.

³⁸ Nesse sentido LÉVY tem a seguinte concepção: "Podemos, portanto, sustentar que as assim chamadas 'comunidades virtuais' realizam de fato uma verdadeira atualização (no sentido de criação de um contato efetivo) de grupos humanos que eram potenciais antes do surgimento do ciberespaço. A expressão 'comunidade atual' seria, no fundo mais adequada para descrever os fenômenos de comunicação coletiva no ciberespaço..." In: **Cibercultura**.p.129

A rede Neighborhoods Online³⁹ (NO) se constitui em um recurso estabelecido pelo Instituto de Estudos e Valores Cívicos da Philadelphia em cooperação com uma rede comunitária local conhecida como Liberty Net, que dá assistência a grupos, das cidades e do interior, que estão trabalhando para melhorarem as condições de vida no seu bairro e nas comunidades onde eles vivem. O NO concentra-se em assistir os grupos que trabalham com áreas suburbanas nos Estados Unidos onde a Internet ainda está fora de alcance das pessoas. As listas de endereços eletrônicos e os sites da web associados com o projeto são delineados para ajudar as equipes e as lideranças desses grupos a articularem-se entre si, obtendo fácil acesso à informação específica aos problemas de bairro e ajudando-os a se manterem informados sobre a legislação e as políticas públicas que poderiam afetá-los.

O movimento comunitário nos EUA envolve organizações para cuidar de questões como moradia e desenvolvimento econômico nos subúrbios, vigilância nos bairros, além de políticas públicas para os bairros. Alguns dos problemas enfrentados por esses grupos são o isolamento, não havendo estrutura que os conecte, a falta de informações sobre os programas do governo que poderiam ajudá-los devido à falta de cobertura da mídia tradicional e a falta de representação política. Grande parte das organizações civis locais e as coalizões nacionais de bairro não tem nenhuma representatividade política.

A rede NO foi formada com o intuito de ajudar a superar esses obstáculos políticos que têm impedido as organizações locais de exercerem, efetivamente, pressão nacional. O uso da Internet possibilita que os grupos locais se conectem uns com os outros de uma forma rápida, além de poder fornecer informações sobre os programas e legislação direcionados para eles. A intenção também é proporcionar uma conexão ágil com os poderes públicos e incentivar os grupos populares a utilizarem a Internet como

³⁹Neighborhoods On line significa Bairros em rede, por ser o nome da organização que ajuda os movimentos de bairros, o termo não foi traduzido. O exemplo acima descrito foi retirado de SCHWARTZ, Ed. An internet resource for neighborhoods. In: BRYAN, Cathy; TAMBINI, Damian & TSAGAROUSIANOU, Rosa. **Cyberdemocracy Technology, cities and civic networks**. New York: Routledge, 1998.p. 110.tradução nossa.

instrumento para expressar suas próprias idéias e opiniões para os cidadãos em geral. A Internet vem sendo o instrumento para superar o isolamento, a ignorância e a impotência que impedem que essas organizações e os ativistas individuais tornem-se uma força política.

A rede NO objetiva ajudar os grupos comunitários a utilizarem a Internet para fortalecer todos os esforços através da:

- construção de um website que acesse agências públicas diretamente, que ajude os ativistas a encontrar informações relevantes sobre os seus problemas e possíveis soluções;

- estabelecimento de listas de e-mails para os ativistas das comunidades a nível local, estadual e nacional, criando, assim, organizações em rede e contribuindo para a coalizão e para o trabalho em conjunto dentro de um processo político amplo.

- uso da página da web e as listas de e-mails a fim de mostrar para as pessoas como enviar mensagens para seus representantes eleitos e para mídia local e nacional, tornando, assim, a mobilização popular um movimento que pode afetar todos os níveis da política americana.

Além disso, a rede NO preocupa-se em facilitar o acesso à informação sobre programas e questões políticas que são relevantes para o fortalecimento das comunidades e em ajudar as organizações civis a acessar a Internet e aprender como usar o correio eletrônico e a web. Percebe-se que um dos objetivos da rede é a preocupação com a alfabetização e exclusão digital.

A rede NO utiliza-se da lista de endereços eletrônicos com mais de 1000 registros locais e nacionais para a discussão de matérias relacionadas com fortalecimento das comunidades dos bairros. A NO procura fortalecer e preservar a autonomia de cada organização, unindo-as através de um sistema que procura apoiar o desenvolvimento comunitário como um todo.

Os maiores obstáculos a serem vencidos pelo NO são conscientizar as organizações da importância e dos benefícios da Internet, o custo de uma conta na Internet além da capacitação e suporte técnico para que os grupos possam utilizar-se do Internet. A LibertyNet, no entanto, tem ajudado através

de oferecimento de contas na Internet para cada organização não-governamental, de treinamento para as organizações através de oficinas sobre a web e Internet e da instalação de terminais em bibliotecas públicas com equipes treinadas para mostrar como as pessoas podem utiliza-las.

A NO utiliza-se da lista de e-mails como ferramenta de organização política onde as pessoas podem compartilhar informações e desenvolver estratégias para mudança. Com esse intuito, a NO trabalha com quatro listas de e-mails, duas para Pensilvania e outras duas listas temáticas. Nas duas listas da Pensilvania, uma é voltada para as organizações de bairro que atuam na Philadelphia e outra é voltada para os ativistas de todo o estado. Existem duzentos e cinquenta organizações inscritas nas duas listas representando milhares de pessoas dentro de sua respectiva comunidade.

Além de conectar essas pessoas, a lista de e-mails tem o objetivo de fortalecer as relações entre essas organizações comunitárias que podem saber da existência uma das outras mas não trabalham juntas. Através da lista de e-mails são descritos os projetos de cada organização e compartilhados anúncios dos eventos que irão acontecer em cada organização. Também, são abertos fóruns para discutir legislações específicas à causa, o que proporciona um posicionamento único à cerca das questões através do consenso entre as diversos grupos envolvidos.

As outras duas listas de e-mails referem-se a temas que discutem a reforma do Estado, as políticas públicas em geral e os problemas que atingem as comunidades. As listas são recursos para a articulação e a coalizão entre as organizações, além de proporcionarem discussão de idéias e estratégias para a solução dos problemas, encorajando o trabalho em conjunto, o que contribui para o uso da Internet como instrumento de consenso.

O exemplo da NO é um dos mais completos e um dos mais ricos em termos de usos do ciberespaço por redes de movimentos sociais. Primeiramente, porque a rede NO é totalmente formada por organizações não-governamentais não tendo qualquer auxílio governamental ou participação estatal, sendo por isso um movimento típico da sociedade civil. A NO

fundamentou e enfocou sua ação na articulação dos diversos grupos comunitários, e não no indivíduo, através da Internet, utilizando-se além do correio eletrônico e da homepage, as listas de e-mails como formas de discussão e de articulação de seus membros. Outra característica que a torna mais completa é a preocupação específica com o analfabetismo e a exclusão digital que faz com que as ações não se limitem à esfera do ciberespaço expandindo-se para o mundo real, fazendo parcerias com instituições que possam fornecer, além dos terminais de computadores, o conhecimento e o treinamento para o uso das tecnologias de informação e comunicação. Não bastasse todas essas características acima, a rede NO procura incentivar a participação política institucional propagando o acesso ao Congresso e seus membros, além de trazer informes e alertas legislativos.

O outro fenômeno que se apresenta como modificação de estrutura é a possibilidade de formação de comunidades virtuais que têm suas ações e práticas situadas no próprio ciberespaço, sem que haja necessidade de práticas externas a esse movimento. Não que isso não possa acontecer como prática da comunidade virtual, mas não é essa sua característica principal. As comunidades virtuais normalmente tomam forma através de grupos formados dentro do próprio ciberespaço através de grupos de discussão, newsgroup ou conferências eletrônicas, sem que necessariamente haja contato físico entre nenhuma dessas pessoas. RHEINGOLD⁴⁰ as define como "um grupo de pessoas que pode ou não encontrar-se face a face e que troca informações, idéias através de BBS e redes". São comunidades que são constituídas por membros geograficamente separados, às vezes reunidos em pequenos grupos e às vezes trabalhando individualmente. São comunidades não de localização comum, mas de interesse comum.

A comunidade virtual pode ser definida, também, como uma rede eletrônica de comunicação interativa autodefinida, organizada em torno de um interesse ou finalidade compartilhados, embora algumas vezes a própria

⁴⁰ RHEINGOLD, Howard. Comunidades virtuais. In: HESSELBEIN, Frances et al. **A comunidade do futuro: idéias para uma nova comunidade**. Trad. Bazán Tecnologia e Linguística. São Paulo: Futura, 1998.p. 120.

comunicação se transforme no objetivo. Essas comunidades podem ser relativamente formalizadas como no caso de conferências com apresentador ou de sistemas de boletins informativos, ou serem formadas por redes sociais que sempre acessam a rede para enviarem e recuperarem mensagens.

Os membros das comunidades virtuais desenvolveram uma forte moral social, um conjunto de leis consuetudinárias, não escritas, que regem suas relações, o que se convencionou chamar de "netiqueta" isto é uma espécie de conduta ética ou moralmente aceitável dentro dos padrões de cada comunidade. Algumas regras dessa netiqueta são: não se deve enviar uma mensagem a respeito de um determinado assunto em uma conferência eletrônica que trata de outro assunto; é recomendável consultar a memória da conferência eletrônica antes de exprimir-se e nunca fazer perguntas para a coletividade se as respostas já estiverem disponíveis nos arquivos da comunidade virtual; a publicidade comercial é desencorajada nos fóruns eletrônicos e em geral os ataques pessoais ou argumentações pejorativas para qualquer categoria de pessoas não são permitidas.⁴¹

Existem dezenas de milhares dessas comunidades em todo o mundo. Em meados da década de 90, a maioria delas se encontrava nos EUA, mas foram avançando cada vez mais em escala global. Ainda não se conhece o grau de sociabilidade existente em tais redes eletrônicas nem quais são os efeitos culturais dessa nova forma de sociabilidade.

Essas redes, de uma forma geral, são efêmeras do ponto de vista dos participantes. Embora uma determinada conferência ou BBS possa continuar por um longo tempo em torno de um núcleo de usuários de computadores dedicados, a maior parte das contribuições para a interação é esporádica, com a maioria das pessoas entrando e saindo das redes para atender às mudanças de interesses e expectativas não satisfeitas. CASTELLS tem a seguinte opinião com relação a essas comunidades: "...a hipótese de que nessas comunidades virtuais 'vivem' duas populações muito diferentes: uma pequena minoria de aldeões eletrônicos 'residindo na fronteira eletrônica', e uma

⁴¹ LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. p.128.

multidão transitória para a qual suas incursões causais nas várias redes equivalentes à exploração de várias existências na modalidade do efêmero."⁴²

Para os propósitos dessa discussão, pode se dizer que as comunidades virtuais exploram novas formas de opinião pública. Assim sendo, contribuem para a formação de um espaço público mais aberto, amplo, marcado por práticas solidarísticas entre os membros da comunidade virtual principalmente quando os interesses políticos debatidos são questões de importância política, o que levam seus membros a ações democráticas e com isso renovam o laço social. RHEINGOLD⁴³ discute e questiona essa possibilidade nesse trecho:

O filósofo político alemão Jürgen Habermas escreveu sobre 'a esfera pública'. Ela é uma parte da vida social que vem à luz quando os cidadãos permutam pontos de vista sobre questões de importância política, a esfera pública se torna a base da democracia. Habermas baseou seu trabalho no papel dos cafés, salões, sociedades públicas e comitês de correspondência durante os séculos XVII e XVIII, quando os debates entre cidadãos levaram a revoluções democráticas na França e nos Estados Unidos. O advento dos meios de comunicação de massa e da manipulação da opinião pública através da propaganda levou à acomodação e à deterioração da esfera pública.

Será que a comunicação de muitos-para-muitos é uma ferramenta potencial para a revitalização da esfera pública? As comunidades virtuais podem ajudar as pessoas a se reconectar entre si e recriar a sociedade civil que é essencial a saúde da democracia? Ainda é muito cedo para saber, e sabe-se muito pouco. ...

Serão as comunidades virtuais belas ilusões que nos deixam acreditar que estamos participando do discurso ou são um passo na direção do renascimento da esfera pública? Acho que é esta a melhor pergunta que se pode tentar responder nos últimos anos do século XX.

Indubitavelmente é essa a pergunta dessa dissertação, se há a possibilidade da reconstrução de uma esfera pública a partir do uso da comunicação por meio de computadores. Como já foi dito, acredita-se que o uso coletivo da comunicação por meio de computadores, por isso enfatiza-se as redes de movimentos sociais, poderá contribuir para a reordenação do espaço público através de práticas descentralizadas e horizontalizadas. Acredita-se, ainda, que o ciberespaço como meio possa construir uma inteligência coletiva e permitir a valorização do homem por sua diferença e por seu saber. Na opinião de LÉVY:

⁴²CASTELLS, Manuel. *A sociedade em Rede*....p.386.

A cibercultura é a expressão da aspiração de construção de um laço social, que não seria fundado nem sobre links territoriais, nem sobre as relações de poder, mas sobre a reunião em torno de centros de interesses comuns, sobre o jogo, sobre o compartilhamento do saber, sobre a aprendizagem cooperativa, sobre processos abertos de colaboração. O apetite para as comunidades virtuais encontra um ideal de relação humana desterritorializada, transversal, livre. As comunidades virtuais são os motores, os atores, a vida diversa e surpreendente do universal por contato.⁴⁴

Um dos melhores exemplos⁴⁵ de comunidade virtual é a chamada WELL (Whole Earth 'Lectronic Link) que se iniciou através de BBS durante os anos 60. A WELL tornou-se um modelo para sociedades online por ser uma das pioneiras e por ter uma filosofia de ajuda mútua. Certa vez um membro do WELL anunciou que seu filho estava com leucemia. Apoio sob a forma de mensagens foram encaminhados a este membro, especialistas na área foram mobilizados, discussões e conferências foram organizadas sobre a doença e sobre as formas de tratamento, dentre outras ações foram organizadas pelos membros do WELL que se articularam para ajudarem o participante. Esse exemplo quer demonstrar que através das comunidades virtuais ações solidárias podem ser criadas e comunidades genuínas podem ser construídas no ciberespaço.

O segundo fenômeno político a ser analisado seria o impacto da ação coletiva na opinião pública. O movimento zapatista conseguiu após 10 anos de luta abrir o debate com o governo mexicano após a mobilização da opinião pública tanto nacional como internacional. Os zapatistas são formados por camponeses cuja maioria é composta por índios, que na década de 70 foram se aliando a Igreja Católica e organizando-se em sindicatos. A esse grupo juntaram-se militantes e intelectuais revolucionários formados nas áreas urbanas do México na esteira do movimento estudantil de 1968 como Marcos um dos dirigentes zapatistas. Os zapatistas estão em luta armada contra as formas de dominação estrangeira, contra o neo-liberalismo, contra

⁴³ RHEINGOLD, Howard. op.cit. p. 123-124.

⁴⁴ LÉVY, Pierre. *Cibercultura*.p.130.

⁴⁵ JORDAN, Tim. *Cyberpower: the culture and politics of cyberspace and the Internet*. Londres: Routledge, 1999. p.56-57.

globalização, contra o imperialismo norte-americano, e acima de tudo por melhores condições de vida para os camponeses e pelo reconhecimento dos povos indígenas.

O Movimento Zapatista teve um exemplo da opinião pública internacional através de um plebiscito eletrônico realizado, no qual houve a contagem de 81,775 votos provenientes de 45 países dos 5 continentes. Acredita-se, por isso, que as comunicações mediadas por computadores podem ser utilizadas para gerar uma solidariedade internacional que seria um movimento típico da sociedade civil global da era informacional. É o que diz o manifesto zapatista após o resultado no Plebiscito⁴⁶:

A organização e participação na Consulta foi um ato internacional de solidariedade com o Movimento Zapatista que é respeitado e adorado; com o Movimento Zapatista que é ouvido no levante contra a pobreza, a injustiça, o autoritarismo opressivo e a corrupção. A participação internacional na Consulta nos permitiu confirmar que as pessoas do mundo estão unidas na luta contra o neo-liberalismo e que juntas elas lutarão para defender a si mesmas das decisões e imposições de seus respectivos governos. (tradução nossa)

Logicamente, o sucesso desse movimento não decorre apenas da utilização dos meios eletrônicos mas também da luta armada e da criatividade de seus dirigentes. Os zapatistas foram protegidos da repressão do governo mexicano por sua inabalável conexão com a mídia, bem como pelas alianças estabelecidas em todo o mundo via Internet forçando o governo a negociar, e levando ao conhecimento da opinião pública mundial a questão da exclusão social e da corrupção política. Dessa forma, os zapatistas transformaram o México, provocando uma crise na política corrupta e na desigualdade econômica predominantes no país, e ao mesmo tempo apresentando propostas de reconstrução democrática que vêm sendo discutidas no México e em todo o mundo.

O sucesso dos zapatistas deveu-se, em grande parte, a sua estratégia de comunicação, a tal ponto que eles podem ser considerados o "*primeiro*

⁴⁶ Trecho extraído de GINGRAS, Anne-Marie. op.cit. p. 5.

*movimento de guerrilha informacional*⁴⁷. Os zapatistas fizeram uso das armas para transmitir sua mensagem, e então divulgaram à mídia mundial a possibilidade de serem sacrificados no intuito de forçar uma negociação e adiantar uma série de reivindicações bastante razoáveis que, segundo pesquisas de opinião, tiveram grande apoio da sociedade mexicana em geral.⁴⁸

Um elemento essencial nessa estratégia foi o uso das telecomunicações, vídeos e comunicação via computador pelos zapatistas, visando tanto difundir suas mensagens de Chiapas para o mundo quanto organizar uma rede mundial de grupos de solidariedade que literalmente cercaram as intenções repressoras do governo mexicano. Outras organizações auxiliaram na difusão de informações do grupos zapatista, entre elas a *La Neta*, uma rede alternativa de comunicação computadorizada no México e em Chiapas utilizadas por grupos femininos e o Núcleo de Defesa do Direitos Humanos "*Bartolome de las Casas*". A utilização amplamente difundida da Internet permitiu aos zapatistas disseminarem informações sobre sua causa a todo o mundo, de forma praticamente instantânea, e estabelecerem uma rede de grupos de apoio que ajudaram a criar um movimento internacional de opinião pública que praticamente impossibilitou o governo mexicano de fazer uso da repressão em larga escala.

Um outro fenômeno político é uso da Internet para promover a participação eletrônica dos cidadãos, como o programa *Public Electronic Network*⁴⁹ (PEN) organizado pela cidade de Santa Monica, Califórnia, iniciado em fevereiro de 1989, para facilitar o acesso à informação pública, aos departamentos governamentais, aos servidores públicos assim como promover fóruns de discussão pública no qual os cidadãos podem debater questões públicas locais e transmitir suas opiniões ao governo. O acesso ao PEN é gratuito aos residentes de Santa Monica que têm disponíveis terminais

⁴⁷ CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. p. 103.

⁴⁸ CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. p. 103

⁴⁹ PEN significa Rede Eletrônica Pública

públicos em bibliotecas, além de pessoal treinado para auxiliar o usuário. Além disso, o PEN permite a comunicação de cidadão para cidadão.

A experiência de Santa Monica foi uma das pioneiras em termos de uso governamental do ciberespaço e por isso serviu de exemplo para inúmeras outras ações no mesmo molde. A cidade digital⁵⁰ de Amsterdã, fundada em janeiro de 95, foi uma das que seguiu esse modelo, porém, a iniciativa da implantação foi da sociedade civil organizada. Atualmente, várias cidades brasileiras possuem páginas na Internet que possibilitam os cidadãos ter acesso a informações públicas, turísticas, serviços públicos, porém, não se conhece ainda políticas municipais de implantação de terminais em locais públicos, com pessoal treinado. Isso faz com que se crie distinções entre os cidadãos incluídos digitalmente que possuem recursos financeiros e conhecimento para acessar o ciberespaço e por isso detentores de uma cidadania cada vez mais ampla e os cidadãos excluídos digitalmente e, cada vez mais, socialmente.

Os cidadãos de Santa Monica foram beneficiados com a possibilidade de acesso às novas tecnologias dentro dos parâmetros da primeira emenda constitucional americana que garante a liberdade de expressão e por isso foi preservado o espaço livre e público que é o ciberespaço. Os cidadãos que tinham pouco envolvimento com a política e as questões públicas, devido à falta de tempo, tiveram meios de participar. Um dos exemplos mais significativos de possibilidade de participação foi a declaração de um sem-teto:

Ser um sem-teto faz com que um contato normal com outros seres humanos seja quase impossível... Esta é a razão porque o PEN de Santa Monica é tão especial para mim. Ninguém sabia que eu era um sem-teto até eu dizer a eles. PEN é também especial para mim porque mesmo após eu dizer a eles quem eu era, eu fui tratado como um ser humano. Para mim, a coisa mais marcante sobre a comunidade de PEN é que o membro do Conselho Municipal e um pobre podem

⁵⁰ Para mais informações ver em BRANTS, Kees & FRANCISSEN, Letty. *Virtually going places: square-hopping in Amsterdam's digital city* In: BRYAN, Cathy; TAMBINI, Damian & TSAGAROUSIANOU, Rosa. *Cyberdemocracy Technology, cities and civic networks*. New York: Routledge, 1998. p. 18-40.

coexistir, embora nem sempre em perfeita harmonia mas em bases iguais.(tradução nossa)⁵¹

Através da análise dos exemplos acima pode-se perceber que o ciberespaço tanto pode ser utilizado como ferramenta na articulação tanto como na própria estrutura, que é o caso das comunidades virtuais. Além disso, o ciberespaço tanto pode ser utilizado como estratégia política com a finalidade estritamente política como é caso do Movimento Zapatista tanto como uma finalidade estrutural-política, que além de ter fins reivindicativos de participação política na esfera estatal, tentam reordenar o espaço público de modo a criar uma esfera de participação cidadã em que as redes se colocam como parceiros na solução dos problemas sociais e visam o surgimento de um ideário ético-político promotor de uma visão emancipadora da sociedade civil, como é o caso do Movimento Neighborhoods Online da Philadelphia nos EUA e o também o caso do Rede Criança de Vitória no Espírito Santo que será o objeto de descrição do próximo capítulo.

3.4 A Rede Criança - uma experiência local

O uso da Internet no Brasil tem crescido rapidamente nos últimos anos e a democratização desse uso tem sido um dos objetivos presentes em algumas organizações não-governamentais brasileiras. A pioneira nesse tipo trabalho é o Comitê para a Democratização da Informática (CDI)⁵² criada em abril de 1995 com objetivo de levar à população carente cursos profissionalizantes na área de informática, associados a conceitos culturais, educacionais, cidadania e direitos humanos. O CDI já implantou Escolas Comunitárias de Informática e Cidadania em comunidades de baixa renda na

⁵¹ DOCTER, Sharon & DUTTON, William H. The First Amendment online. In: BRYAN, Cathy; TAMBINI, Damian & TSAGAROUSIANOU, Rosa. **Cyberdemocracy Technology, cities and civic networks**. New York: Routledge, 1998, p. 143.

⁵² Dados extraídos do site: < www.ibase.org.br/~cdi > capturado em 27 jun. 2001.

área metropolitana do Rio de Janeiro, e em outras 18 espalhadas por cinco estados brasileiros.

As Universidades Federais têm atuado para promoverem a difusão da tecnologia. Uma das iniciativas que tem gerado resultados é o Projeto Minerva do Departamento de Eletrônica da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro que aproveita os equipamentos da universidade que iriam para o lixo e instalam computadores em escolas públicas municipais ou estaduais nas redondezas da Ilha do Fundão. Um outro projeto que merece destaque é micro popular desenvolvido pela Universidade Federal de Minas Gerais ao custo de 250 dólares que se destina apenas para o acesso à Internet.⁵³

Muitos outros projetos têm sido desenvolvidos no ciberespaço procurando estimular o que se pode chamar de cidadania digital. Na área de defesa da criança e do adolescente existem inúmeros sites que difundem experiências de várias entidades, divulgam informações jurídicas e técnicas como o site da Fundação ABRINQ e Agência de Notícias dos Direitos da Infância - ANDI. A adoção infantil, também, é um tema que já conta com espaço na Internet como é o caso do GEAAF- Grupo de Estudos e Apoio à Adoção de Florianópolis, Santa Catarina, formado por iniciativa da sociedade civil que se organizou no sentido de informar e produzir informação.⁵⁴

Com a finalidade de se valorizar a experiência local, há que se falar da Rede Criança um projeto pioneiro desenvolvido em Vitória, no Espírito Santo, que tem como objetivo otimizar o atendimento aos meninos e meninas em situação de risco social e fortalecer as entidades civis que prestam esse atendimento, utilizando para isso os benefícios da Internet.

⁵³ GONÇALVES, Lúcia. Radiografia do PC barato. Caderno de Informática. A Gazeta. Vitória, p.1, 8 mai. 2001.

⁵⁴ SCHREINER, Gabriela. Cidadania Digital. Internet.br. Rio de Janeiro, n 22, mar. 1998. p.55.

A Rede Criança⁵⁵ se constitui em um Fórum on line que reúne 68 entidades que atuam no atendimento à criança e ao adolescente em Vitória, Espírito Santo. Trata-se de uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Vitória, dentro do projeto Criança Cidadão que visa o resgate/promoção das crianças e adolescentes, na faixa etária de sete a 17 anos e onze meses, que fazem das ruas da capital o seu local primário ou secundário de vivência. A necessidade de fazer com que as associações, programas governamentais, escolas que já estavam atuando em Vitória no atendimento à criança e o adolescente como redes de solidariedade tivessem consciência da existência de uma rede em si, que pudesse ser organizada e dotada de instrumentos necessários para uma eficaz ação comum foi o ponto principal para a construção da Rede Criança.

Através do uso da Internet, a Rede Criança foi planejada para interligar todos os seus 68 membros que prestam assistência à criança e ao adolescente, entre entidades governamentais e não-governamentais, além de gerenciar informações, acompanhar resultados, treinar as crianças e os jovens atendidos, disseminar as informações, fazer publicidade, captar recursos e assim democratizar o acesso ao atendimento e às informações. Com isso, pretende-se fortalecer cada entidade em si, efetuar um melhor atendimento e multiplicar a capacidade de gerenciamento e a prestação de serviços de órgãos públicos e privados no atendimento aos meninos e meninas em situação de risco de Vitória.

Contribuiu para a utilização da Internet, além da sua capacidade de gerenciamento de ações, o fato de que a prefeitura de Vitória já possuía um site, Vitória Online, em que eram oferecidos serviços imediatos ao cidadão, além de informações de interesse público, permitindo a absorção de técnicas de aplicação da Internet por parte de uma equipe ligada à Secretaria de Comunicação Social, responsável pela manutenção do site. Do ponto de vista do cidadão, o site da Prefeitura tem colaborado para disseminar e ampliar o

⁵⁵ Dados extraídos do projeto CARVALHO, Luiz Antonio Correia. **Crianças e adolescentes de Vitória em situação de rua: bases para um Sistema Integrado de Resgate e Promoção.** apresentado à Prefeitura Municipal de Vitória em setembro de 1998.

interesse e o uso da Internet na cidade. Além disso, Vitória é uma das cidades em termos percentuais que mais tem usado computadores, sendo uma das cidades em que a entrega de Imposto de Renda via Internet esteve acima da média nacional.

A Rede Criança é constituída por um site central⁵⁶, no endereço www.redecia.org, que descreve o projeto e seus objetivos, fornecendo informações periódicas sobre as atividades do conjunto por meio de um boletim eletrônico e dando acesso a todas as outras áreas do site. Desse site central é possível acessar o site específico⁵⁷ de cada uma das instituições participantes. Encontram-se também no site central uma página de doações para o fundo da criança e do adolescente, sendo que as doações específicas para cada entidade podem ser feitas no site de cada entidade, e uma página de "Ofereça Cidadania", que possibilita aos usuários informar sobre a existência de crianças ou jovens de rua, em situação de risco, para que a Prefeitura possa enviar uma equipe que faça contato.

O site central, com objetivo de mobilizar a opinião pública, tem aberto fóruns de discussão sobre temas ligados à criança e ao adolescente, sobre os problemas da comunidade. Um dos primeiros temas foi a questão da doação ou não da esmola, tendo uma repercussão muito grande entre a sociedade geral.

Cada instituição que, se agregada ao projeto, recebe um site interligado ao sistema. Cada um desses sites possui cerca de cinco páginas eletrônicas contendo a apresentação da instituição na página inicial, o formulário de doações online específico para essa instituição, a descrição das atividades e projetos desenvolvidos, os resultados obtidos e as páginas criadas pelas crianças e jovens da própria instituição.

A partir do site central ou dos sites de cada uma das instituições, o usuário terá acesso a um formulário de colaboração que permite doações, por meio de desconto em cartão de crédito ou transferência bancária. Além de doações em dinheiro, é possível aos interessados fazerem doações em forma

⁵⁶ Ver Anexo 1

de materiais, proposta de serviço ou voluntariado, oferecimento de oportunidades para crianças e jovens. Na área de treinamento, o site permite que as crianças e os jovens atendidos pelo programa acessem a Internet e aprendam elas mesmas a construir páginas online, que ficarão disponíveis em rede para serem visitadas por qualquer usuário. A central de oportunidades, por fim, reúne todas as ofertas e todas as demandas em relação à criança e aos jovens para permitir seu "encontro".

O banco de dados, que será montado, funciona como parte central do sistema. A partir deles, será efetuado tanto o gerenciamento do projeto como a geração das páginas que compõem o site na Internet. Haverá um banco de dados das instituições participantes, com todas as informações relevantes sobre cada uma delas, incluindo o acompanhamento das ações desenvolvidas, recursos aplicados e resultados obtidos, permitindo a avaliação e atualização do cumprimento das metas e objetivos gerais e particulares. Conectado a esse, estará o banco de dados de cada criança ou jovem integrado a qualquer uma das instituições, com todas as informações possíveis (atividades que desenvolve, idade, escolarização, habilidades, interesses, dados de saúde etc.), cumprindo as funções do cadastro integrado. O conteúdo do cadastro será estabelecido pelas instituições participantes do projeto.

Os bancos de dados serão tecnicamente configurados para que possam ser alimentados on-line pelas próprias instituições (com os devidos mecanismos de controle e segurança das informações) e que a partir deles possam ser geradas, dinamicamente, páginas de Internet. As informações contidas nesse banco de dados estarão sujeitas a qualquer tipo de consulta, que podem ou não ser acessíveis ao público em geral. Por exemplo, quantas crianças atendidas em determinada instituição, quantos atendimentos em determinado bairro, quais os recursos com que conta cada instituição, números estatísticos globais. É a ferramenta de acompanhamento global do projeto.

⁵⁷ Ver Anexo 2

O projeto teve início em 30 de novembro de 1999 com o lançamento do site Rede Criança, a campanha "Para além da esmola" que desestimula a sociedade na doação de dinheiro diretamente às crianças e o serviço de tele-atendimento, um serviço 0800 para solicitar a ação de resgate da Prefeitura de Vitória no caso de crianças e adolescentes em situação de risco e dar informações sobre a campanha e o site. Trata-se, portanto, de um projeto recente, em que muitas das ações previstas, ainda, estão em fase de implantação, como é o exemplo do banco de dados das crianças e adolescentes atendidos pela Rede. Em junho de 2000, iniciaram-se as visitas às entidades que prestam atendimento a crianças e adolescentes no município de Vitória com o objetivo conhecer *in loco* os trabalhos de cada entidade, o espaço físico e as atividades realizadas. Houve a aplicação de questionários para servirem de subsídios para a constituição do mapeamento e o catálogo da Rede Criança e, com isso, a formação do seu banco de dados. Também, as visitas tiveram como objetivo dar maior visibilidade a Rede Criança, fortalecer os vínculos com as entidades, detectar suas necessidades, assessorá-las, inserir todas no site da Rede Criança além de conscientizar as entidades da necessidade de se registrarem no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vitória – CONCAV.

Uma das propostas interessantes a serem implantadas é a construção de páginas sobre a criança ou jovem a partir do banco de dados. Essas páginas poderão ser acessíveis publicamente ou não, dependendo das disposições legais e das definições que forem adotadas no processo de discussão de implementação. Caso contrário, elas poderão ser acessadas apenas por pessoas autorizadas, por meio de senha de acesso. O sistema vai gerar, a partir das informações constantes no banco de dados, uma página com tudo o que se refere à criança ou jovem em questão: quem é, o que faz, que atividades está desenvolvendo, por quais instituições é atendido etc. Este cadastro de crianças e adolescentes será organizado de forma a gerar estatísticas gerais de controle, acompanhamento e avaliação da evolução da questão na cidade (número de crianças abordadas, origem, destino, etc).

Na mesma linha, e aliada à capacitação tecnológica, o projeto prevê que as crianças e jovens que freqüentam as instituições ligadas à rede possam acessar o sistema e montar sua própria página pessoal. É um modo eficaz para treinar crianças e jovens no manejo de computadores e no domínio das técnicas básicas de informática, de modo lúdico e estimulador. É algo que já tem sido feito com sucesso em algumas escolas das rede pública municipal.

Outra proposta é a possibilidade de doação online através de um mecanismo operando com servidor seguro (que garante sigilo das informações em trânsito) que permitirá doações on-line para o projeto, destinando recursos para o Fundo de Criança e do Adolescente (acessada a partir do site central) ou diretamente para as instituições (acessadas a partir do site da instituição). Com isso, o site colabora no objetivo de arrecadação de fundos. Atualmente, as doações têm sido feitas diretamente para o Fundo para Infância e Adolescência (FIA) ou através de doações de materiais, móveis, dentre outros.

Um dos maiores avanços está relacionado à Central de Oportunidades que tem sido empreendida como uma ação capaz de estabelecer parcerias entre a Rede Criança (instituições) e a sociedade em geral. Trata-se de uma espécie de classificados informando que tipo de ajuda pode ser oferecida ou demandada. Nessa área, irão ser cruzados os dados procurando otimizar a relação entre aquele que quer ajudar e aquele que procura ajuda. A cada dia, novas necessidades e oportunidades são introduzidas na Rede Criança através de tele-atendimentos, e-mails e visitas que abordam assuntos como oferta de trabalho voluntário, doação de recursos financeiros e materiais, denúncia de crianças em situação de risco, pedido de ajuda, informações sobre como entrar na Rede, etc. O cruzamento dessas informações tem possibilitado medir o grau de engajamento da sociedade e, ao mesmo tempo, conhecer demandas e prioridades dos programas e projetos de atenção à criança e ao adolescente na cidade de Vitória, sejam do poder público ou da

sociedade civil. Os resultados da Central de oportunidades no período de dezembro a janeiro de 2001, são os seguintes⁵⁸:

Categoria	Tele atendimento	e-mails	visitas	total	%
1. Oferta de trabalho voluntário	73	33	15	121	12%
2. Informações sobre a Rede Criança	87	32	80	199	19%
3. Denúncia de crianças nas ruas de Vitória	70	6	11	87	9%
4. Solicitação de material sobre a Rede Criança	43	203	86	332	33%
5. Pedido de ajuda	25	8	15	48	5%
6. Doação de recursos materiais	38	18	32	88	7%
7. Informações sobre as Instituições da Rede	17	0	0	17	35%
8. Doação de recursos financeiros	18	17	4	39	4%
9. Sugestões e dúvidas sobre o site	13	35	0	48	5%
10. Pedido de ajuda de entidades	0	8	0	8	1%
11. Outros assuntos	35	19	5	59	7%
TOTAL	402	371	248	1021	100%

Dos 1021 atendimentos realizados pela Central de Oportunidades, 23% são de pessoas oferecendo trabalho voluntário, recursos financeiros e materiais. Interessante notar, também, que a participação via e-mails representam 36,33% da participação total no Central de Oportunidades, sendo uma porcentagem superior ao número total de visitas que é de 24,3%. Se for comparado ao número de tele-atendimentos (39,4%) o número de participação via e-mail é menor. No entanto, se essa participação for analisada dentro do contexto socioeconômico vivido, em que há mais acesso ao telefone do que ao computador, esse número se igualaria ou seria superior ao número de tele-atendimentos em termos percentuais, o que quer dizer que há uma participação efetiva através da Internet.

⁵⁸ Dados extraídos de Secretária Municipal de Ação Social, Trabalho e Geração de Renda. **Relatório das atividades do projeto rede criança ao BNDES, janeiro a maio/2000.** Vitória, Espírito Santo em 16 de junho de 2000.

Outro grande destaque está na solicitação de material sobre a Rede Criança via e-mail representando 61% do total das solicitações de material, o que ressalta a função da Internet como difusor de informações.

Através da análise dos dados acima, fica claro que o site tem conseguido desempenhar uma de suas funções primordiais que é a de comunicação e engajamento social diretamente junto às classes médias e alta, que têm condições de se integrar a esse processo de resgate da cidadania e onde se concentra o maior uso atual da Internet.

Uma das principais ações da Rede Criança tem sido a execução de um projeto de qualificação que visa informar e mobilizar as entidades participantes sobre os benefícios e a importância da articulação e capacitar os membros de cada instituição para manusear a Internet. Esse Projeto de Qualificação foi financiado pela Fundação Telefônica sendo previstos cursos nas áreas pedagógicas, de desenvolvimento social e de informática entre outros. Os cursos visaram contribuir para que a entidade volte para si mesma, fazendo uma auto-análise de seu papel político-pedagógico, além de introduzir aspectos e conceitos, criando as bases necessárias para o entendimento das implicações do novo paradigma da Ação Social: rede, participação, superação do "puro assistencialismo", responsabilidade, cessão de poder aos atores envolvidos, etc. Nesse primeiro ano de projeto, a Rede Criança capacitou 15 entidades em curso com duração de 1 ano, nas seguintes áreas:

Curso	nº de horas
Desenvolvimento Social	08 horas
Pedagógica	80 horas
Social/Legislação Social	65 horas
Rotinas Administrativas	32 horas
Planejamento Estratégico	24 horas
Informática/Internet	65 horas
Capacitação de recursos	24 horas

Nesse quadro percebe-se a capacitação na área técnica de pessoas em cada instituição participante para habilitá-las a operarem o site e

atualizarem os bancos de dados. Além disso, foi prevista a capacitação de pessoas para serem difusoras das habilidades técnicas que atuarão no treinamento de jovens e crianças. O projeto foi encerrado com a entrega de computadores e impressoras para 12 entidades participantes.

Dessa forma, a Rede Criança contribui para efetivação do direito ao acesso tecnológico das várias instituições participantes e das crianças e adolescentes atendidos, criando condições para que se inicie um processo de inclusão digital entre aqueles que não poderiam usufruir dos benefícios tecnológicos e para que se construa uma cidadania digital.

As ações que envolveram a execução do Projeto de Qualificação contribuíram para o processo de amadurecimento e desenvolvimento organizacional de participação, envolvimento e co-responsabilidade das instituições e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vitória – CONCAV. A Rede Criança demonstra, assim, a preocupação em conscientizar as entidades da importância da atuação em rede e das práticas plurais e horizontais, tão necessárias à democracia, e que contribuem para o fortalecimento da rede como um todo.

Um dos exemplos foi a eleição do CONCAV que renovou seus representantes da sociedade civil, através de um processo eleitoral amplo e participativo. A importância desse fato dá-se pela constatação de que houve o compromisso, por parte do conjunto das instituições, em elegerem representantes efetivamente comprometidos com a consolidação da Rede Integrada.

Os dados sobre o atendimento de crianças e adolescentes são animadores. No período pré-campanha da Rede Criança (setembro, outubro e novembro de 1999) havia uma média de 242 crianças e adolescentes nas ruas de Vitória. Em dezembro de 1999, esse número era de 144 crianças e adolescentes e em janeiro de 2000 o número caiu para 94 crianças e adolescentes nas ruas de Vitória, o que demonstra uma queda de 41% no número de crianças e adolescentes nas ruas de Vitória no mês de dezembro

em relação à média do período pré-campanha (setembro a novembro/99) e 61% no mês de janeiro em relação ao mesmo período.

Após a descrição dos pontos considerados mais relevantes para a análise do presente caso, algumas considerações ao projeto são cabíveis. Apesar de ser um projeto de fortalecimento da sociedade civil a iniciativa dele foi do poder estatal, sendo as associações e entidades vistas como parceiras e agentes na implementação da Rede. Trata-se, por isso, de uma nova relação entre a sociedade civil organizada e o poder público, típica dos anos 90, por ser uma relação propositiva e não meramente reivindicativa.

Percebe-se no projeto Rede Criança o uso do ciberespaço com fim político-estrutural, pois tenta reordenar o espaço público através da renovação do laço social e da abertura de um canal para a participação da sociedade civil em geral, criando a consciência da necessidade de envolvimento em questões como o atendimento à criança e ao adolescente.

Interessante notar que a ação do projeto não se limita ao espaço virtual, prevendo ações que extrapolam esse espaço. Essas ações virtuais são complementadas por campanhas como "Para além da esmola" que visa a conscientização da sociedade civil em geral e um serviço telefônico gratuito para o resgate de crianças e adolescentes em situação de risco.

Através da análise dos dados acima, pode-se perceber que a mobilização da sociedade via Internet tem ocorrido dentro das devidas proporções. O oferecimento de trabalho voluntário, a busca de informações sobre o projeto, as doações, demonstram que a sociedade quer contribuir e tem se utilizado cada vez mais da Internet para disponibilizar essa ajuda. Isso reafirma a utilização do ciberespaço pelas redes de movimentos sociais na reconstrução do espaço público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma nova estrutura social que está associada ao surgimento de um novo paradigma tecnológico baseado na tecnologia da informação reestruturou o modo capitalista de produção. Nesse novo paradigma informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimento que visa a acumulação de conhecimentos e maiores níveis de complexidade do processamento da informação.

A sociedade vai se tornando informacional, a partir do momento em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas surgidas nesse período histórico. O novo modo de produção penetra nas estruturas sociais e provoca mudanças estruturais, culturais e de identidades. Esse novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para a expansão das redes em toda estrutura social. As redes, assim, constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão de sua lógica modifica de forma substancial as estruturas da sociedade.

O espaço passa a não ser fixo pois as práticas realizam-se por meio de fluxos. O espaço de fluxos comporta um circuito de impulsos eletrônicos e os nós das redes de fluxos que podem ser centros estratégicos ou centros de comunicação que interconectam, organizam e coordenam todos os elementos que se integram à rede e à organização espacial das elites gerenciais dominantes que exercem as funções direcionais em torno das quais esse espaço é articulado. O tempo não possui mais uma seqüência baseada em uma ordem cronológica, apresentando-se descontínuo e simultâneo e de efeito instantâneo.

Os problemas se flexibilizam, não se limitando mais a um território único e sendo colocados a nível global, demonstrando a incapacidade do Estado em resolvê-los e levando os movimentos de caráter supranacional a assumirem gradativamente a responsabilidade da cidadania global. O papel das ONGs fica fortalecido enquanto organizações da sociedade informacional global como entidades capazes de construir alternativas e mecanismos de cooperação transnacionais. As ONGs, com sua estrutura descentralizada, pluralista e democrática, além de basear a sua ação na informação, seguem a lógica das redes que, por sua vez, passa a dominar todos os aspectos dessa sociedade informacional. As instâncias decisórias infra e supra-estatais são obrigadas a operarem em redes articuladas por empresas, sindicatos e entidades representativas, que obrigam o Estado a sucumbir a essa lógica. O Estado então, fica obrigado a reconhecer toda essa pluralidade de decisões infra e supra estatais além de ceder e legitimar outras fontes de produção jurídica para não desaparecer como instância reguladora da sociedade.

O pluralismo jurídico surge como base teórica para essa sociedade informacional pois além de reconhecer a pluralidade de sujeitos, de instâncias decisórias e fontes jurídicas, preza por valores como a autonomia, a descentralização, a participação, localismo, diversidade e tolerância. A sociedade informacional requer, portanto, um Direito que abarque todas essas características plurais e descentralizadas e que seja aberto, possibilitando a participação dos diversos sujeitos que a compõem.

Conclui-se que a proposta do pluralismo jurídico comunitário-participativo é a que melhor se adequa à sociedade informacional sendo entendido pelo reconhecimento de outras fontes jurídicas além do Estado, e pela legitimação dos novos sujeitos coletivos de Direito como produtores autônomos de sua própria regulação e com a capacidade de criar novos direitos que ainda não foram regulados pelo Estado.

Os novos sujeitos coletivos de Direito são sujeitos sociais que se encontram no interior dos movimentos populares que agora passam a se definir, a se reconhecer mutuamente, a decidir e a agir em conjunto e a

redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas, fazendo de seu cotidiano um novo espaço político e inaugurando novas práticas de mobilização e de organização social. São atores coletivos que se autoconstituem e querem reordenar o seu espaço político com práticas democráticas e pluralistas. A sociedade civil como reordenadora do espaço comunitário é produtora de democracia que permite a consolidação dos direitos já instituídos e a criação de novos direitos e a de uma cidadania que tem como agente os sujeitos coletivos de Direito e se apresenta como estratégia política ligada à luta por direitos realizada pelos movimentos sociais.

Os sujeitos coletivos de Direito consolidaram-se sob a forma de redes de movimentos sociais que contribuem para efetividade material do pluralismo, não só como fonte de produção jurídica, mas também como uma estrutura organizacional baseada na autonomia, participação, articulação e descentralização que identificam-se com a proposta de reordenação do espaço público do pluralismo jurídico comunitário-participativo. Elas transitam na sociedade informacional pelo espaço de fluxos através das redes eletrônicas de comunicação, compartilhando as experiências e os problemas em comum e formando, juntamente com outros atores presentes no espaço de fluxos, um novo espaço público. Com a utilização dos recursos da informática para a organização de suas estruturas, as redes de movimentos sociais passaram a ser, mesmo que indiretamente, promotoras da educação digital proporcionando o acesso e a difusão da informação relativa tanto aos meios tecnológicos quanto aos conteúdos do ciberespaço, contribuindo assim para a implementação e consolidação dos direitos humanos que advém da realidade virtual e do desenvolvimento da cibernética, também chamados de direitos de quinta geração.

O ciberespaço proporciona para essa sociedade informacional e para as redes de movimentos sociais nela inseridos, a oportunidade de renovar os laços sociais e construir a inteligência coletiva através do uso da tecnologia como forma de desenvolvimento social. O ciberespaço, considerado o espaço em si e a interação das tecnologias e dos usuários ali presentes, se constitui

em um dispositivo interativo e comunitário que se apresenta justamente como um dos instrumentos privilegiados da inteligência coletiva.

A inteligência coletiva reconstrói o laço social baseado no saber humano, praticando-se a valorização do conhecimento alheio. Dentro dessa reconstrução, objetivou-se valorizar cada um pela sua diferença já que esse é o ponto de intercâmbio dos saberes. Além disso, tem-se como base e objetivo da inteligência coletiva o reconhecimento e o enriquecimento mútuos das pessoas. A mobilização deve partir necessariamente do reconhecimento das competências de cada um em um projeto coletivo de acordo com as suas capacidades. Ressalte-se que, a inteligência coletiva requer uma coordenação em tempo real sendo necessárias as tecnologias digitais da informação que devem oferecer aos membros de uma comunidade os meios de coordenarem suas interações no mesmo universo virtual de conhecimentos.

Os coletivos inteligentes são as novas formas de organização já centradas na inteligência coletiva e na valorização do saber humano em sua variedade, devendo ser considerados inteligências coletivas que elaboram e reelaboram seus projetos e recursos e redefinem constantemente suas competências, visando indefinidamente o enriquecimento de suas qualidades. Esses grupos reorganizam-se em tempo real, minimizando os atrasos e aproveitando todo ato humano, valorizando cada qualidade, trabalhando em conjunto e fundindo a pluralidade de competências e as qualidades individuais sem encerrá-las ou limitá-las.

Chegou-se à conclusão que as redes de movimentos sociais identificam-se com os coletivos inteligentes, pois ao utilizarem as ferramentas do ciberespaço para compartilharem conhecimentos e saberes, criam uma inteligência coletiva que se materializa na prática de suas ações, renovam os laços sociais e reordenam o espaço público de uma forma democrática e plural. Dentro das redes de movimentos sociais, cada membro possui uma autonomia que é respeitada enquanto ponto de conexão dessa rede e devido a sua diferença, já que serão acrescentadas novas idéias à inteligência coletiva

em construção. A inteligência coletiva contribui, assim, para a construção de uma nova democracia.

As redes de movimentos sociais são típicas manifestações dos anos 90 e tratando-se de movimentos que estão se articulando sob a forma de redes, articulando a complexidade social das sociedades pós-modernas e trazendo com isso uma nova concepção de sociedade civil na sociedade informacional. As ONGs são a marca dessa era, um dos nós dessa rede, e distinguem-se dos movimentos sociais anteriores, por sua forma institucionalizada e pela inovação na área de atuação, passando a cooperar com o Estado, tentando promover transformações dentro da própria sociedade e travando lutas contra a discriminação social, étnica e de gênero, de meio ambiente. Além disso, procuram desenvolver a própria sociedade atuando com relação à desigualdade e à qualidade de vida.

As redes de movimentos sociais prevêm, além das ações reivindicativas ou contestadoras, práticas que sugerem a participação dos movimentos sociais como parceiros na solução dos problemas sociais e que objetivam o surgimento de uma ideário ético-político promotor de uma visão emancipadora da sociedade civil.

O conceito de redes abrange atributos ideológicos e simbólicos e refere-se a uma nova forma de organização e de ação. No campo estrutural entende-se rede como uma forma de auto-organização e de relacionamento interorganizacional dos atores coletivos. No campo ideológico, como característica fundamental dos movimentos sociais nos anos 90, essas redes devem ter compromisso com a transformação social através de bases democráticas plurais que possibilitem relações horizontalizadas e o respeito à diversidade cultural e ao pluralismo ideológico.

A nova estruturação dos movimentos sociais veio justamente atender aos requisitos que definem os sujeitos coletivos de Direito, pois tratam-se de entes com estruturas de auto-organização que superam os movimentos sociais dos anos 70/80, pois se preocupam com o relacionamento inter-organizacional dos atores coletivos e com a sua integração, fazendo com que sua força

transformadora seja mais ampla. Além disso, as redes apresentam como compromisso intrínseco a sua formação a transformação social através de bases democráticas plurais que possibilitem relações horizontalizadas e o respeito à diversidade cultural e ao pluralismo ideológico. Características essas que se convolvam com os requisitos definidores apresentados no conceito de sujeito coletivo de direito proposto pelo pluralismo jurídico comunitário-participativo, qual seja, a capacidade instituidora de uma sociedade democrática, descentralizada, participativa e igualitária. As redes de movimentos sociais dos anos 90, são em última análise, a consolidação dos movimentos sociais dos anos 70 e 80 que conseguiram se afirmar na conquista do espaço representativo.

Na conquista desse espaço, as redes de movimentos sociais aparecem como importantes agentes para a implementação e difusão das novas tecnologias àqueles excluídos do acesso, figurando como fundamentais para que a democracia construída com base nas ferramentas eletrônicas não se torne uma democracia ateniense.

Nessa nova estruturação foi ressaltada a importância das novas tecnologias de comunicação tais como a Internet e o correio eletrônico na ampliação e potencialização das redes de movimentos sociais, dando início a uma nova geração de movimentos sociais que tem como temáticas o próprio acesso às novas tecnologias digitais.

As novas tecnologias da informação e da comunicação difundiram-se pela sociedade em rede em uma grande velocidade. No entanto, apesar do crescimento do seu uso a comunicação mediada por computadores ainda exclui a maior parte da humanidade, ao contrário da televisão e outros meios de comunicação de massa, formando uma massa de excluídos digitais. Por outro lado, as várias formas de utilização têm possibilitado a penetração dessas tecnologias em várias áreas sociais (trabalho, educação, saúde, lazer) sendo que o seu uso para fins políticos começou a se esboçar no final da década de 80 devido, em grande parte, à liberdade desse meio de comunicação, o que permitiu que o ciberespaço fosse amplamente utilizado

por movimentos de oposição política proibidos em determinados lugares ou por grupos alternativos para difundirem suas propostas. Assim, grupos de todas as correntes ideológicas ou políticas estão presentes no ciberespaço. No Brasil, o número de ONGs ainda é considerado baixo e muitas delas apenas transferiram as suas discussões do campo material para o campo do ciberespaço, não utilizando a internet com escopo político mas apenas como uma espécie de folder eletrônico.

Em termos de utilização são enormes as possibilidades do uso do ciberespaço pelas redes de movimentos sociais. Uma das formas que mais se desenvolveu foi a comunicação pessoal via correio eletrônico, que por ser um modo assíncrono e passivo de recebimento de mensagem, acabou se tornando uma das melhores opções para a comunicação direta. A informação digital garantiu que uma pluralidade de informações pudessem ser transmitidas através de um mesmo meio e, por ser virtual, favoreceu a reunião de pessoas pelos mesmos núcleos de interesses e pelos mesmos problemas quase independente dos lugares geográficos e da coincidência dos tempos. Outras características do ciberespaço que contribui para sua utilização são a velocidade de troca de informações e a diminuição de distâncias, possibilitadas pelos progressos na transmissão, tanto quanto em relação à velocidade de se transmitir como quanto à forma com que se transmite. Por outro lado, quanto mais avançadas e rápidas essas tecnologias se tornam, mais caras ficam, contribuindo para criar, mesmo entre aqueles que possuem acesso à tecnologia, uma forma de classificação em usuários de primeira categoria e segunda categoria.

Por não ter centro, o ciberespaço torna-se também um meio de comunicação anárquico, uma vez que os governos não podem controlá-lo. A descentralização garante também a capacidade de ser um espaço que possibilita a comunicação horizontal e aberta. Tanto a sua horizontalidade quanto a sua abertura dão ao ciberespaço um caráter democrático. Além disso, a comunicação mediada por computadores possibilita a transmissão interativa do tipo muitos para muitos.

As redes de movimentos sociais usam o ciberespaço para contactar seus próprios membros, conseguir a adesão do público em geral e conquistar simpatizantes para as causas defendidas por elas através de manutenção de páginas na web, correio eletrônico e lista de e-mails. Conseguem também influir indiretamente, e às vezes de forma direta, nas decisões políticas e na opinião pública, além de ser uma forma eficiente na fiscalização dos poderes públicos e da ação dos representantes eleitos através de alertas legislativos, ou mesmo, através da abertura de debates e de fóruns no ciberespaço que podem ser feitos pelo sistema de conferência eletrônica.

As características do ciberespaço, tais como a velocidade de troca de informações, a eliminação de distâncias, a possibilidade de comunicação assíncrona e a potencialidade de promover interconexões entre pessoas e informações fazem com que esse meio seja a melhor maneira de se comunicar e se organizar atualmente. Chega-se à conclusão que o ciberespaço é um meio por excelência onde as redes de movimentos sociais podem surgir, adquirir força e se expandir. Por proporcionarem a potencialização dessas redes e a partilha em tempo real de idéias e políticas dos atores envolvidos, constituindo assim um campo de articulações, muitas vezes, global, esses usos foram aqui intitulados de usos políticos.

Alguns dos usos políticos do ciberespaço podem ter efeitos limitados pela imaterialidade de suas ações não causando um impacto satisfatório no mundo material e devendo, por isso, ser complementados por outras ações. Há que se lembrar que os usos aqui identificados não encerram as possibilidades de uso do ciberespaço pelas redes de movimentos sociais; novas possibilidades irão surgir a partir do momento em que se difundir esse uso pelas redes de movimentos sociais e este se tornar mais acessível. No momento, apenas as grandes organizações sociais têm se utilizado da Internet como ferramenta propriamente política, sendo que a maioria das organizações a utiliza para fins educacionais, de coordenação e de acesso à informação que, apesar de não serem finalidades diretamente políticas, não deixam de ser práticas que contribuem para a transformação social pois

possibilitam que gradualmente mais pessoas tenham acesso a esse meio, tornando efetivo o direito ao acesso. Dessa forma, as redes de movimentos sociais cumprem o seu papel como sujeitos coletivos de Direito contribuindo efetivamente para criação e consolidação dos novos direitos, os direitos humanos de quinta geração.

Enfim, para demonstrar a possibilidade da reordenação do espaço público foram analisados três fenômenos políticos consequentes da utilização política do ciberespaço pelas redes de movimentos sociais: a modificação da estrutura dos movimentos sociais, o impacto da ação coletiva na opinião pública e a possibilidade de participação na formação de políticas públicas concretas.

Através de descrição de exemplos encontrados, procurou-se demonstrar que o ciberespaço pode ser tanto utilizado como ferramenta na articulação dos diversos movimentos sociais ou como própria estrutura para esse movimentos, como é o caso das comunidades virtuais que, por sua vez, ao explorarem novas formas de opinião pública, contribuem para a formação de um espaço público mais aberto, amplo, marcado por práticas solidarísticas.

Além disso, o ciberespaço pode ser utilizado tanto como estratégia estritamente política como é caso do Movimento Zapatista que conseguiu abrir o debate com o governo mexicano após a mobilização da opinião pública tanto nacional como internacional, quanto com uma finalidade política-estrutural como é o caso da Rede Neighborhoods Online da Philadelphia nos Estados Unidos e o da Rede Criança de Vitória no Espírito Santo que, além de terem fins de participação política, tentam reordenar o espaço público de modo a criarem uma esfera de participação cidadã em que as redes se colocam como parceiras na solução dos problemas sociais e visam o surgimento de um ideário ético-político promotor de uma visão emancipadora da sociedade civil. Outra característica é a preocupação com o analfabetismo e a exclusão digitais que faz com que as ações não se limitem à esfera do ciberespaço expandindo-se para o mundo real, fazendo parcerias com instituições que possam fornecer além dos terminais de computadores, o conhecimento e o

treinamento para o uso das tecnologias de informação e comunicação. Além disso, percebe-se que há uma preocupação em conscientizar as entidades participantes da importância da atuação em rede. Interessante notar que as duas redes de movimentos possuem várias características em comum, apesar de haver diferença com relação à iniciativa da rede, a primeira partiu da sociedade civil e a segunda do poder público.

Um outro fenômeno político que foi ressaltado é uso da Internet pelos governos municipais para promoverem a participação eletrônica dos cidadãos nas políticas públicas através da disponibilização de informação e serviços públicos na web. Os cidadãos podem, assim, ter acesso à informação pública, participar e promover fóruns de discussão pública além de debater sobre questões locais e transmitir suas opiniões ao governo. No entanto, percebe-se que se não forem implantados terminais em locais públicos, com pessoal treinado para possibilitar o acesso, criam-se distinções entre os cidadãos incluídos digitalmente e os desconectados ao acesso e, portanto, o mecanismo que pretendia ampliar a participação, acaba excluindo ainda mais.

Pode se concluir que os usos políticos do ciberespaço contribuem para o surgimento e a atuação das redes de movimentos sociais tanto em sua ação ideológica como estrutural. Os benefícios de articulação e de divulgação das redes de movimentos sociais através do uso político das novas tecnologias de comunicação e informação possibilitam concretamente a reordenação do espaço público, mesmo que ainda imperfeito, já que nem todos têm acesso, através de práticas plurais e horizontais, como prevê o pluralismo jurídico comunitário participativo, e gradativamente vão reconstruindo a sociedade civil, fator essencial para a democracia e para cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARATO, Andrew & COHEN, Jean. Sociedade Civil e Teoria Social. In: AVRITZER, Leonardo (org). **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994. p.147-182

AVRITZER, Leonardo. Introdução. In: AVRITZER, Leonardo (org). **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994. p.11-19

BERTASO, João Martins. Políticas neo-liberalizantes e o Estado Social. **Revista Sequência**, Florianópolis, 2000, p.9-27.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro:Campus, 1992.

_____. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. 7ed. São Paulo: Paz e terra, 1999.

_____; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. vol. 1, 7 ed. Brasília: UnB, 1995. p. 324.

BRANTS, Kees & FRANCISSEN, Letty. Virtually going places:square-hopping in Amsterdam's digital city In: BRYAN, Cathy; TAMBINI, Damian & TSAGAROUSIANOU, Rosa. **Cyberdemocracy Technology, cities and civic networks**. New York: Routledge, 1998. p. 18-40.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. 3. ed.vol.1 São Paulo: Paz e terra, 1999.

_____. **O poder da identidade**. 2. ed.vol.2. São Paulo: Paz e terra, 2000.

CAMACHO, Daniel. Movimentos Sociais: algumas discussões conceituais. In: KRISCHKE, Paulo J. & SCHERER-WARREN, Ilse (orgs.). **Uma revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.214-248

CARVALHO, Luiz Antonio Correia. **Crianças e adolescentes de Vitória em situação de rua: bases para um Sistema Integrado de Resgate e Promoção**. apresentado à Prefeitura Municipal de Vitória em setembro de 1998.

CÉBRIAN, Juan Luis. **A rede**. Trad. Lauro Machado Coelho. São Paulo: Summus, 1999.

CORRÊA, Gustavo Testa. **Aspectos Jurídicos da Internet**. São Paulo: Saraiva, 2000. p.68.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.p.103-115

DIMENSTEIN, Gilberto. Atenção, políticos: é só o começo. **Folha de São Paulo**. p. C8, 27 mai. 2001

DOCTER, Sharon & DUTTON, Willian H. The First Amendment online. In: BRYAN, Cathy; TAMBINI, Damian & TSAGAROUSIANOU, Rosa. **Cyberdemocracy Technology, cities and civic networks**. New York: Routledge, 1998. p.125-151.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

ERCÍLIA, Maria. **A internet**. São Paulo: Publifolha, 2000.

FARAH, Paulo Daniel. Nem 5% do mundo usa Internet, diz ONU. **Folha de São Paulo**. p. A 13, 23 jun. 2000.

FARIA, José Eduardo. Direitos humanos e globalização econômica: notas para uma discussão. **Estudos Avançados**. vol. 1, nº1 1987, São Paulo:IEA, 1997.43-54.

_____. **Direito e Globalização Econômica: Implicações e Perspectivas**. São Paulo: Malheiros, 1996.

GINGRAS, Anne-Marie. **Internet et démocratie: quels usages pour quelle politique?** Comunicação apresentada no Congresso da Sociedade Francesa da Ciência da informação e da comunicação em Grenoble, 15 de novembro de 1996.

GOHN, Maria da Glória. **Reivindicações populares urbanas**. São Paulo: Cortez Autores Associados. 1982.

_____. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GONÇALVES, Lúcia. Radiografia do PC barato. Caderno de Informática. **A Gazeta**. Vitória, p.1, 8 mai. 2001.

- GORE, Al. Reinvenção globalizada. **Folha de São Paulo**. p. A3, 29 mai. 2000.
- IANNI, Octavio. Globalização: Novo paradigma das ciências sociais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.8, n.21, mai/ago,1994.
- IIZUKA, Edson Sadao. Terceiro Setor e Internet. **Revista do Terceiro Setor**. Entrevista disponível em: <<http://www.rits.org.br>> capturada em:22 de junho de 2001.
- JORDAN, Tim. **Cyberpower: the culture and politics of cyberspace and the Internet**. Londres: Routledge, 1999. p.56-57.
- LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. **Estudos Avançados**. vol. 1, nº1 1987, São Paulo:IEA,1997.p.55-66
- LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- _____. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa.. 2 ed. São Paulo: Ed.34, 2000.
- _____. **O que é Virtual?** São Paulo: Ed. 34 1996.
- MANCE, Euclides André. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 2000. p.19-25
- MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- MOSCHELLA, Alexandre. Democracia virtual. **Época**. São Paulo, 11 dez. 2000. p.91-92
- NARDI, Maria Elenir. O acampamento da Telebrasil e a sua luta pelo direito de morar. In: Núcleo de Prática Jurídica e Escritório de Direitos Humanos e Cidadania. **Direito à memória e à moradia: realização de direitos humanos pelo protagonismo social da comunidade do Acampamento da Telebrasil**. Brasília: UnB, 1997. p.21-55
- NEGROPONTE, Nicholas. **Vida Digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

OLIVEIRA JR., Alcebiádes. Cidadania e novos direitos. In: OLIVEIRA JR., Alcebiádes. **O novo em Direito e Política**. Porto Alegre: Livraria do advogado, 1997. p.191-200.

OLIVO, Luis Carlos Cancellier de. **Direito e Internet: a regulamentação do ciberespaço**. Florianópolis: UFSC, 1998.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Estado, sociedade civil e legitimidade democrática. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n.36, p.85-104, 1995.

_____. & GRAU, Nuria Cunill. Entre o Estado e o mercado: o público não-estatal. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser & GRAU, Nuria Cunill(org). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro:Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.15-48.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**.12 ed. São Paulo: Atlas, 2000.p.397-409.

RHEINGOLD, Howard. Comunidades virtuais. In: HESSELBEIN, Frances et al. **A comunidade do futuro: idéias para uma nova comunidade**. Trad. Bazán Tecnologia e Linguística. São Paulo: Futura, 1998. p. 120-127

SANTOS, Boaventura de Souza. Notas sobre a História Jurídico-Social de Pasárgada, in: SOUSA Jr., José Geraldo de (org). **O Direito Achado na Rua**. Brasília: UnB, 1987. p.46-51

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. **Ações Coletivas em tempos de globalização: movimentos sociais e ONGS**. Palestra proferida em conferência promovida pelo Núcleo de Estudos de Movimentos e Práticas Sociais/UFES, Vitória, 23 mar.2001.

SCHREINER, Gabriela. Cidadania Digital. **Internet.br**. Rio de Janeiro, n 22, mar. 1998. p.55.

SCHWARTZ, Ed. An internet resource for neighborhoods. In: BRYAN, Cathy; TAMBINI, Damian & TSAGAROUSIANOU, Rosa. **Cyberdemocracy Technology, cities and civic networks**. New York: Routledge, 1998. p. 110-124.

SECRETARIA MUNICIPAL de Ação Social, Trabalho e Geração de Renda. **Relatório das atividades do projeto rede criança ao BNDES, janeiro a maio/2000.** Vitória, Espírito Santo em 16 de junho de 2000.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Poder no ciberespaço: o Estado-Nação, a regulamentação e o controle da Internet.** 169 f. Dissertação. Mestrado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

Site: < www.ibase.org.br/~cdi > capturado em 27 jun. 2001. (dados extraídos)

SOUZA Jr., José Geraldo de. Movimentos sociais - emergência de novos sujeitos: O sujeito coletivo de direitos. In: ARRUDA Jr., Edmundo Lima de (org). **Lições de Direito Alternativo.** São Paulo: Acadêmica, 1991.p.131-142.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América.** São Paulo: Abril Cultural, 1983

VERSIGNASSI, Alexandre. Antitudo. **Folha de São Paulo.** p. F4 e F5, 27set .2000.

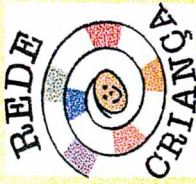
VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito.** 2ed. São Paulo: Alfa-omega, 1997.

_____. Crise de representação e cidadania participativa na Constituição brasileira de 1988. In: WOLFGAN, Ingo. **O direito público em tempos de crise-estudos em homenagem Ruy Rubem Ruschel.** Porto Alegre: Livraria do advogado, 1999. p.39-48

ANEXOS

Site Rede Criança: Página Principal



Address: <http://www.redecria.org/>

File Edit View

Go Links

Instituições

- Central de oportunidades
- Estatísticas
- Doações para o FIA
- Jornal
- Ofereça cidadania
- Fórum de discussão
- Assessoria Institucional
- Em destaque
- Links
- Busca
- Páginas das crianças e adolescentes
- Legislação
- O que é a Rede Criança
- Parceiros



REDE CRIANÇA

Online

ANÇA 0800-395055

Calvin de Jaburu será inaugurado

O projeto Caminhando Juntos (Cajun) vai inaugurar mais uma sede no Bairro Jaburu. A inauguração será nesta segunda-feira, dia 21, às 10 horas e contará com apresentações musicais feitas por crianças do próprio Cajun.

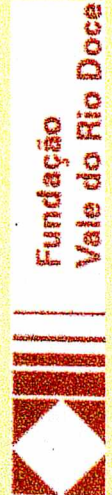
Apae realiza jantar beneficente

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Vitória (Apae) está em clima de festa. Hoje, dia 15, a Apae está comemorando 38

Instituições da Rede Criança serão qualificadas

Quinze entidades da Rede Criança participaram do Projeto de Qualificação.

Internet zone




Site Rede Criança: Página de Instituições



Address: <http://instituiçoes.redecria.org/redeinst.dll?CodSite=1118>

Go Links Efile Edit View


 Apresentação da Instituição | Público Alvo | Atividades | Resultados | Necessidades | Equipe | Prestação de Contas | Doação | Fale Conosco

Rua Professor Mário Bodart, 91 - Vitória, ES - 29072-570
 tel: (027) 327-4928, 225-7768
caoca@redecria.org


Nosso objetivo é assegurar prevenção a marginalidade e promoção da vida

Atualmente há cinco anos em uma região de grande incidência de prostituição de adolescentes e tráfico de drogas, na Grande Goiabeiras, a Casa de Acolhimento e Orientação Crianças e Adolescentes - CAOCA, já atendeu mais de 300 crianças e adolescentes, tirando-os de situação de risco. Em nosso trabalho, desenvolvemos várias atividades de promoção social, como reforço escolar, evangelização, cursos profissionalizantes, palestras mensais aos pais das crianças e adolescentes, visitas às famílias.

Atualmente atendemos a 218 crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 16 anos.

Nossas perspectivas para o ano 2000 são:

- Ampliar o curso de informática adquirindo mais computadores, consequentemente maior número de adolescentes serão beneficiados
- Ampliar o número de atendimento a crianças e adolescentes na área do reforço escolar
- Ampliação do espaço físico, mais salas de aula e mais salas para atendimentos especializados
- Pessoal especializado na área pedagógica, social, profissionalizante e de esportes.



Internet Zone

Radio Stations

